



Tradição e modernidade em Abdulai Silá: “Mistida” e o diálogo político-cultural

Maria Filomena Gomes Correia Umabano

Mestrado em Estudos Românicos: Estudos Brasileiros e Africanos



Maria Filomena Gomes Correia Umabano

Dissertação Orientada pela Professora Doutora Inocência dos
Santos Mata.

Lisboa, julho de 2014

ÍNDICE

Capa-----	1
Índice-----	3
Principais abreviaturas-----	5
Dedicatória-----	6
Agradecimentos-----	7
Resumo-----	8
Resumé -----	9
Abstract-----	10
Introdução-----	11
“Os camaleões chegaram” -----	14
Capítulo I - Contextualização histórica e definição conceptual -----	19
1 Contextualização histórica-----	19
2. A vivência de Silá e da sua geração em “Mistida”-----	25
3. Os meandros conceptuais de um binómio-----	27
Capítulo II - O universo colonial de <i>A Última Tragédia</i>-----	32
1. Retratos gerais-----	32
2. A Expansão portuguesa e as suas consequências culturais na Guiné-Bissau -----	35
2.1. Mudança de aparência e da forma de apresentação-----	40
2.2. Mudança de nomes-----	42
2.3. A imposição da Fé Cristã-----	44
2.4. O Assimilacionismo e a ausência da Educação-----	47
2.5. Consequências durante e após a conquista da Independência-----	51
Capítulo III - Conceção tradicional de Estado: identidade e cidadania-----	56
1. Considerações gerais-----	56
2. O papel das Tradições e da Modernidade na formação dos ideais da Independência -----	67
3. <i>Chefismo</i> vs Autoridade do régulo na sociedade tradicional-----	73
Capítulo IV- <i>Eterna Paixão</i> e a realidade do pós-colonialismo em África-----	78
1. Panorama geral-----	78
2. O caso da Guiné-Bissau-----	82

3. As características do <i>Chefe</i> -----	87
3.1 Práticas adjacentes ao <i>chefismo</i> -----	91
4. A desvalorização do intelectual e o fenómeno do militarismo-----	95
Capítulo V- Modernidade em <i>Mistida</i>-----	99
1. A precariedade social e a condição da Mulher-----	99
2. Mama Sabel e Djiba Mané: dois mundos em conflito-----	105
Conclusões-----	115
Bibliografia-----	122
ANEXOS I-----	128
ANEXOS II-----	133

Principais abreviaturas

AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

ANP – Assembleia Nacional Popular (Parlamento da Guiné-Bissau)

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

OUA – Organização da Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PRS – Partido da Renovação Social

RGB – Resistência da Guiné-Bissau

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste-Africana

MDG – Movimento Democrático Guineense

FRENAGOLPE – Frente Nacional Anti-Golpe

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MEN – Ministério da Educação Nacional

JAC – Juventude Amílcar Cabral

UDEMU – União Democrática das Mulheres

Dedicatória

*«Porque Dele, e por Ele, e para Ele são todas as coisas;
A Ele, pois a glória, eternamente. Amém!»*

(Apóstolo Paulo, *in* Romanos 11:36)

Agradecimentos

É praticamente impossível para mim encerrar este trabalho sem antes agradecer às Professoras Inocência Mata, Odete Costa Semedo e Cristina Ribeiro pela orientação e carinho que sempre demonstraram por mim. Muito obrigada, Professoras!

Expresso sinceramente a minha mais alta gratidão ao meu esposo, Gabriel Ambrósio Umabano, pelo apoio moral e material, sem o qual seria impossível a concretização deste objetivo.

Aos meus filhos Meama e Kael, pelo sacrifício de ficarem privados do carinho materno a fim de poder dedicar-me aos estudos.

Ao IPAD e ao Ministério da Educação Nacional, pelo apoio financeiro concedido através da bolsa para mestrado.

Ao *Soroptimist* Club Lisboa Fundador, pela concessão da bolsa para livros, especialmente às suas duas representantes, às Exmas Sra. Heidi Hauschild e Dr.^a Margarida Howel, pelo apoio e carinho com que sempre me trataram.

Aos meus pais, por me terem dado o maior de todos os presentes que se pode dar a um filho – a oportunidade de ir à escola.

Ao Sr. Duarte e à Sr.^a Linda Mendes, pelo carinho e por servirem de pais para os meus filhos nas horas em que se fecham as creches e ainda o que estar na Universidade. Do fundo do meu coração, os meus sinceros agradecimentos a toda a família Mendes.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, a todos vocês que de uma forma ou outra contribuíram para que este projeto se concretizasse, aceitem a expressão sincera da minha mais alta gratidão.

Resumo

Esta dissertação é um trabalho analítico e de interpretação das obras literárias africanas escritas em contextos pós-coloniais, suas características, seus objetivos e seus lugares tendo em conta a realidade histórico-social a que a obra se refere e o contexto sociocultural em que se insere.

Neste estudo procura-se analisar os aspetos da tradição e da modernidade abordados na trilogia que eu designo como “Mistida” – *Eterna Paixão, A Última Tragédia e Mistida* –, e na peça teatral *As Orações de Mansata*, cujos substratos histórico-culturais estão assentes em práticas políticas tradicionais e “modernas”, ou melhor, contemporâneas da sociedade guineense.

Entretanto, tornou-se necessária a introdução prévia de algumas das várias aceções dos dois conceitos para chegar à noção da vertente tradição/modernidade relevantes para este estudo e em função delas analisar o processo político e social deste país ao longo da sua independência.

Procura-se ainda identificar a evolução sociopolítica e os comportamentos provenientes das culturas étnico-tradicionais prevalentes na sociedade contemporânea desde a filosofia organizativa do Estado, sua estrutura política e a prática governativa.

Para esta análise político-social da Guiné-Bissau procedeu-se a uma divisão em etapas marcadas pelas obras em análise: os últimos 30 anos antes do fim da colonização e todo o período pós-colonial até aos nossos dias como no caso das incessantes lutas pelo poder.

Na primeira etapa procurou-se identificar as influências sociopolíticas com raízes no colonialismo e, na segunda etapa, as influências derivadas do processo de luta armada e porventura provenientes de sentimentos culturais étnicos. Ainda procedeu-se à análise dos seus impactos e das suas consequências no quadro político existente, assim como nos tipos de Estado constituídos após a independência.

Em função destas análises são identificados alguns pressupostos que permearam a perenização da luta pelo poder que caracteriza o Estado da Guiné-Bissau ao longo da sua existência, nomeadamente a impunidade e a corrupção generalizada. No entanto, desta análise profunda e interligada do retrato ficcional com a realidade atual da Guiné-Bissau, os pressupostos com vista à modernização do Estado da Guiné-Bissau passariam por:

1. A urgente reformulação da filosofia do Estado, que passa pela reforma do perfil do estadista e de todos os atores políticos tendo em vista o nível de formação académica, a idoneidade e a capacidade de liderança comprovada;

2. O desenvolvimento da educação e a garantia da formação de qualidade e de ensino sistematizado para todos os guineenses, assim como a efetivação do Estado de direito com base na justiça independente e imparcial.

Palavras-chave: Tradição, modernidade; cultura, política; pós-colonialismo e modernização do Estado.

Résumé

Cette thèse est un travail d'analyse et d'interprétation des œuvres littéraires africaines écrites dans des contextes postcoloniaux , leurs caractéristiques, leurs objectifs et leurs lieux en tenant compte de la réalité historique et sociale à laquelle les travaux se rapportent et le contexte socioculturel dans lequel elle opère .

Dans cette étude, nous cherchons à analyser les aspects de la tradition et de la modernité abordées dans la trilogie que je désigne comme " Mistida " Passion éternelle , la tragédie et le dernier Mistida , et dans le jeu Les prières de Mansata , dont les substrats historique et culturel sommes basés sur les politiques et les pratiques traditionnelles «moderne» ou mieux , la société contemporaine guinéenne .

Cependant , il est devenu nécessaire avant l'introduction de l'un des divers aceções les deux concepts pour obtenir le concept de la présente tradition / modernité pertinent pour cette étude et selon les analyser le processus social et politique de ce pays tout au long de son indépendance .

Il vise à mieux identifier l'évolution socio-politique et le comportement des cultures ethniques traditionnelles qui prévalent dans la société contemporaine , depuis la philosophie organisationnelle de l'État, sa structure politique et la pratique régissant .

Pour cette analyse socio- politique de la Guinée -Bissau nous avons procédé à une division en deux phases marquée par les travaux en question : les 30 dernières années avant la fin de la colonisation et pendant la période post-coloniale à nos jours comme dans le cas des luttes constantes pour le pouvoir.

Dans la première étape , nous avons essayé d'identifier les influences socio- politiques avec des racines dans le colonialisme et dans la deuxième étape , les influences provenant de la lutte armée et peut-être de ethnique culturelle processus de

sentiments . Pourtant, procédé à l' analyse de leurs impacts et leurs conséquences sur le cadre politique existant , ainsi que les types d'Etat survenus après l'indépendance .

À la lumière de ces analyses, des hypothèses qui imprégnait la perpétuation de la lutte de pouvoir qui caractérise l'état de la Guinée- Bissau au long de son existence , y compris l'impunité et la corruption généralisée sont identifiés . Cependant , cette analyse profonde et interconnecté de portrait fictif avec la réalité actuelle de la Guinée- Bissau , les hypothèses de la modernisation de l'Etat de Guinée -Bissau pourrait être :

1. La révision urgente de la philosophie de l'Etat , ce qui implique la réforme de l' Etat et l'inscription de tous les acteurs politiques en vue de le niveau de formation académique , la compétence et la capacité de leadership éprouvé . ;

2. Développement de l'éducation et d'assurer une formation de qualité et de l'éducation pour tous les Guinéens systématisées , ainsi que la réalisation de l'état de droit fondé sur la justice indépendante et impartiale .

Mots-clés: Tradition et modernité; culture ; la politique ; post-colonialisme et la modernisation de l'État .

Abstract

This dissertation is an analytical and interpretative work of African literary works written in postcolonial contexts, their characteristics , their goals and their places taking into account the historical and social reality to which the work relates and the sociocultural context in which it operates .

In this study we seek to analyze the aspects of tradition and modernity addressed in the trilogy that I designate as "Mistida " Eternal Passion, Last Tragedy and The Mistida , and in the play The Prayers of Mansata , whose historical and cultural substrates are based on traditional policies and practices " modern " or better , the Guinean contemporary society.

However, it has become necessary prior to introduction of any of various aceções the two concepts to get the concept of the present tradition / modernity relevant to this study and according them analyze the social and political process of this country throughout its independence.

It seeks to further identify the sociopolitical evolution and behavior from ethnic- traditional cultures prevailing in contemporary society since the organizational philosophy of the state , its political structure and governing practice .

For this socio-political analysis of Guinea-Bissau we proceeded to a division into stages marked by the works in question : the last 30 years before the end of colonization and throughout the post-colonial period to the present day as in the case of constant struggles for power.

In the first stage we tried to identify the socio-political influences with roots in colonialism and in the second step , the influences derived from the armed struggle and perhaps from ethnic cultural sentiments process. Yet proceeded to the analysis of their impacts and their consequences on the existing policy framework , as well as the types of State arising after independence.

In light of these analyzes some assumptions that permeated the perpetuation of the power struggle that characterizes the state of Guinea-Bissau throughout its existence, including impunity and widespread corruption are identified. However, this deep and interconnected analysis of fictional portrait with the current reality of Guinea-Bissau, the assumptions of the modernization of the State of Guinea-Bissau could be:

1. The urgent overhaul of the state philosophy, which involves the reform of the statesman and listing of all political actors in view of the level of academic training, competence and proven leadership ability.

2. Development of education and ensuring quality training and education for all Guineans systematized, as well as the realization of the rule of law based on independent and impartial justice.

Keys- Words: Tradition and modernity, culture, politic, post -colonialism and modernization of State .

INTRODUÇÃO

Falar da *Tradição* e da *Modernidade* em Abdulai Silá é fazer uma abordagem sociopolítica e cultural da Guiné-Bissau como Estado-nação forjado na guerra pela conquista da independência há quatro décadas, cuja vida sociopolítica reflete uma concepção um pouco destorcida desses dois conceitos, pelo que torna-se pertinente a análise profunda das obras cujas temáticas espelham essas realidades através da confluência de vários aspetos da vida político-cultural como fatores que concorrem para as mudanças sociais decorridas nos últimos 40 anos.

Ao escolher este tema fui confrontada com várias questões, principalmente sobre que caminhos percorrer para cumprir os objetivos que me proponho nesta dissertação. Apaixonada pelos argumentos da trilogia “Mistida”, a saber: os últimos anos de convivência entre o colonizador português e o guineense colonizado, a resistência cultural em *A Última Tragédia*, os dissabores de um Estado sem filosofia própria e de poder centralizado, a corrupção e a violência dos primeiros anos de independência em *Eterna Paixão*, a luta desenfreada pela posse do poder e a personificação do Estado em *Mistida* assim como a depravação total e consumação da barbárie na busca incessante dum poder efémero em *As Orações de Mansata* moveram-me a embarcar nesta empreitada. Nestas obras do escritor guineense Abdulai Silá, publicadas respetivamente em 1993, 1994, 1997 e 2007, se encontram registados aspetos marcantes da história contemporânea da Guiné-Bissau.

Ora, considerando a necessidade de proporcionar melhor cumprimento dos objetivos desta dissertação, torna-se aconselhável a inclusão de um breve historial sobre o contexto sociopolítico e cultural da Guiné-Bissau, numa abordagem que abrangerá as duas últimas décadas do período colonial até à atualidade.

Pretendo ainda, proceder a uma abordagem sobre o lugar da palavra “mistida” na língua crioula, a sua dimensão semântica e cultural assim como a preferência pela sua utilização no seio dos falantes do crioulo. No entanto, torna-se pertinente e mesmo necessária uma pequena abordagem sobre o autor, na qual vou incluir alguns comentários de estudos já realizados sobre as suas obras, e principalmente a sua opinião enquanto sujeito pertencente à geração dos intelectuais que viveram o colonialismo e acreditaram nos milagres da independência.

Conforme se enuncia no título, este trabalho tem como corpus base as obras de Abdulai Silá: o romance *Mistida* e a peça teatral *As Orações de Mansata*.

“Mistida” é uma expressão conotativa do crioulo da Guiné-Bissau, rica e ambígua nos seus múltiplos significados, cuja apropriação e utilização confere ao falante, ou melhor ao utilizador no momento em que a expressa, um poder especial que varia entre possuir ou conhecer um segredo/mistério, que pela sua natureza ou importância não é do conhecimento público, um enigma, algo que tem que ser feito em segredo, de forma discreta e eficaz, um imperativo, etc. Portanto, a sua utilização como título do terceiro romance deste escritor, e consequentemente da trilogia, denota uma intenção estético-ideológica que abre caminhos para novas interpretações de fatores inerentes a esta expressão.

De acordo com alguns estudiosos do crioulo da Guiné-Bissau, tais como o crioulista Luigi Scantamburlo, António Ferreira e Artur Biassutti, a palavra “mistida” tem origem clara no português antigo e deriva da expressão latina *ministerium*. E, ainda se lhe acresce outras aceções: ofício, ocupação, incumbência, propósito, meta ou fim (FERREIRA, 1999:13). Também Luigi Scantamburlo afirma que “‘Mistida’ é tudo o que uma pessoa deseja ou necessita; necessidade; desejo.” (SCANTAMBURLO, 2002: 132). Do mesmo modo, para Russel Hamilton,

‘*Mistida*’ significa amor, desejo, ambição, afazer, etc. No entanto deve-se salientar que, ultimamente, este termo tem adquirido outros significados, que não têm nada a ver com a sua origem etimológica, nomeadamente negócio, compromisso, etc. De facto, o seu significado só pode ser determinado no contexto de uma frase específica, tantos são seus possíveis significados e/ou sentidos. Deste modo, “safar uma mistida” (esta é a expressão que se usa) pode significar tanto ir beber um copo de vinho de caju, como concretizar um negócio, participar numa reunião do partido ou ainda fazer amor com uma amante. (HAMILTON, 1999: 20)

Bastante significativa, esta expressão ganha dimensão na sociedade num período de grande tensão social associada a uma crescente indignação e desejo de mudança política face aos abusos, violações de direitos, corrupção e hipocrisia dos líderes políticos, cujas atitudes criaram no povo e especialmente nos funcionários públicos uma grande crise de confiança e sentimento de revolta. Na ficção, assim como em entrevista concedida à prefaciadora do romance *Mistida*, Abdulai Silá não esconde essa frustração, enquanto cidadão que vive e experimenta o desmoronar da esperança no seu quotidiano. A ostentação de bens materiais por parte dos governantes a que o povo era de uma forma ou outra obrigado a assistir passivo, sem condições para reivindicar uma distribuição mais justa «da pobreza» como o próprio Silá diz, contrastava com a precariedade em que vivia e, ainda vive o cidadão comum na Guiné-

Bissau. Como se não bastasse, a classe política guineense dirigia-se ao povo com discursos de inocente, daquele que era vítima de calúnia, ou ainda como se outros, não eles, fossem os culpados pela má governação do país, pelo subdesenvolvimento e o sofrimento contínuo em que o país inteiro se encontra.

No entanto, em face a prepotência dominante e a impotência generalizada, a classe assalariada inicia um processo de resistência silenciosa que conduziu a mudanças drásticas na sociedade. Mudanças nas relações humanas, familiares, mudança de ordem de valores e muitas evoluções descontroladas em termos comportamentais. Tudo porque tem que se desenrascar para sobreviver, tem que «*safar uma mistida*». Portanto, a esse estado em que o país se encontrava, a essa nova forma de relação social e de relacionamentos interpessoais tinha que se dar um nome e, *mistida*, mais que um simples vocábulo caracterizava esse estado de espírito, pois o que quer que se tenha que fazer para resolver um problema era uma *mistida*, e não importavam os meios que se utilizar para o fazer e, aliás o facto de denominar uma acção de *mistida*, o autor fica automaticamente descomprometido de prestar qualquer declarações, detalhes e, ou justificativas sobre o assunto.

A crise social era de tal modo insustentável que tornava-se inevitável um colapso. Esta situação é espelhada ao longo dos dez capítulos do romance *Mistida*, de formas diferentes, e em *As Orações de Mansata* mas cada um recuperando uma faceta da miséria social e da sede mortal pelo poder. Em *As Orações de Mansata*, ainda se vê o lado humorístico da cegueira e da ganância pela posse do poder as suas finalidades. Ainda em *Mistida*, constata-se que, n que tange as relações sociais, valores como a honestidade, a solidariedade e a tolerância se encontram em grave crise. Vejamos o, o excerto da entrevista a prefaciadora da trilogia *Mistida* em que o autor dá um esclarecimento daquilo que se encontra subjectivo na ficção.

Passamos de uma fase de autoconfiança, de esperança, para uma fase de autodestruição e de salve-se quem puder. Como é que isso aconteceu? Como é que foi possível passar de um extremo ao outro? (...) Hoje o guineense não tem confiança em si, não acredita no futuro (...) o que interessa é saber desenrascar-se e mesmo que isso leve a aldrabar um amigo. (SILÁ, 2002: 10)

Esta constatação é, também reafirmada pelo escritor em entrevista a autora desta dissertação, em que diz o seguinte: “Hoje o guineense não tem confiança em si, não acredita no futuro, o que interessa é saber desenrascar-se.” (SILÁ, 2011)¹.

“Os camaleões chegaram”: apresentação

Não foram anunciados nem tão pouco desejados, mas os camaleões chegaram. E chegaram todos de uma vez. Apressados. Poderosos e violentos. (SILÁ, 2007:329)

É significativo constatar que, não só através do vocábulo do título, mistida, mas também através da imagem que comporta a capa da 1ª edição do romance, o autor transmite de modo subjetivo o assunto da obra, assim como a sua intencionalidade discursiva. Essa capa mostra a imagem de um camaleão², animal que no imaginário guineense representa o mistério, a incerteza e a instabilidade, e constantes mutações, que tem várias caras, e que se adapta a qualquer uma delas tendo em conta as suas conveniências.

Este animal, comporta, características e comportamentos que de acordo com o simbolismo cultural estabelecido pela memória coletiva, o torna bastante significativo para com a intencionalidade discursiva deste romance. Estabelecendo um paralelismo com a realidade social, na medida em que, os últimos 40 anos da existência da guiné tem sido marcados pela imprevisibilidade e constantes alterações da ordem sociopolítica e constitucional, o que era menos conveniente passou a ser considerado normal e aceitável, desde que a fórmula seja desenrascar-se para ganhar a

¹ Entrevista conduzida pela autora deste trabalho em Fevereiro de 2011, no SITEC, Bissau (em anexo).

² “As imagens que constituíram até então o rosto das capas de todos os meus livros são escolhidas por um técnico que (...) com base no conhecimento dos conteúdos neles tratados consegue estabelecer um diálogo entre o texto escrito e a imagem que o representa” (Entrevista ao autor por MFGCU, Bissau, SITEC, Fevereiro de 2012).

“Profundamente ligadas aos sentimentos, as representações que acompanham as relações com os animais, tal como na sociedade, vão da dominação ao respeito, do amor ao medo. Constituídas em objectos de pensamento, estas relações dão origem a conceitos e sistematizações, permitindo a atribuição de significados diversos segundo os elementos retidos em cada caso como relevantes. Excedendo essas categorizações vamos encontrar algumas espécies de animais fora do comum e que ocupam no imaginário o estatuto de símbolos. É através da linguagem e sobretudo da palavra que as características e significações particulares atribuídas aos animais são transmitidas e reforçadas, explicitando, sugerindo ou omitindo – aquilo que o próprio receptor virá a preencher mais tarde – os elementos que levam a configurar uma imagem.” (MONTENEGRO, 2009: 12).

vida. A corrupção generalizou-se a todas as camadas sociais, pois tudo era feito com o propósito de “safar a mistida”.

Portanto, é esta a expressão em crioulo que conseguia traduzir o sentimento de frustração dominante; cada um se ocupava da sua “mistida” e dava tudo para “safá-la” (resolvê-la) da forma que achasse mais conveniente, sem se importar com os meios. A palavra “mistida”, além de ser o título do terceiro romance deste autor, é também o título da sua trilogia, na qual se encontram reunidos os dois romances anteriormente publicados.

No entanto, o meu interesse relativamente à prossecução de um estudo deste género decorre de uma intenção há muito acalentada, e cuja origem assenta na visão crítica da vida social e do sistema político da Guiné-Bissau, tendo em conta a experiência vivida da sociedade guineense, assim como da guerra fratricida de junho de 1998 e a que o contacto com as obras de Silá em 2002 vieram dar corpo, servindo-se no entanto de base teórica para a prossecução deste objetivo.

O estudo das obras de Silá se revelaram bastante profícuas, abrindo horizontes para a constatação da existência de um diálogo permanente com a sociedade guineense, constituindo, portanto, um instrumento ideal para a prossecução de estudos da tradição e da modernidade do homem guineense. Ao analisar a trilogia, encontramos nela a narrativa crítica de um país que vive constantemente mergulhado em conflitos de poder, e um grande dilema entre tradição e modernidade, dinâmicas contudo não antagónicas, mas interpretadas de modo antagónico.

A trilogia “Mistida” apresenta-se como um monumento memorial da literatura guineense onde se encontram condensados aspetos importantes da história passada e recente da Guiné-Bissau, e que marca de modo significativo a rutura com a literatura de exaltação exacerbada da luta armada e dos combatentes de liberdade da pátria, para uma literatura crítica da realidade passada e atual. É uma literatura pós-colonial no sentido geral da sua significação: tanto como anticolonial assim como contestatária dos regimes pós-coloniais que governam os novos países independentes da África, em particular a Guiné-Bissau, colocando em discussão o próprio conceito de libertação deste país. Pois, ao que parece não tem servido para mais que “uma mudança de turno dos opressores” (COUTO, 2005: 25), assim como para o monopólio político e económico desses novos detentores do poder. Como se pode constatar das

atuações do PAIGC após a tomada da independência, a sua primeira investida foi no sentido da eliminação física de todos os presumíveis “traidores”³.

No entanto, a ambiguidade da palavra *mistida* transparece nos emaranhados assuntos nela abordados, pois ela “constitui mais um exemplo do abrir de novos espaços que caracteriza a pós-colonialidade” (HAMILTON, 1999: 20). No entanto, neste trabalho vou servir-me de estudos anteriores realizados por estudiosos importantes das literaturas africanas de língua portuguesa e da história política e social da Guiné-Bissau, tais como Russell Hamilton, o prefaciador de *As Orações de Mansata*, Moema Parente Augel, Laura Padilha, Carlos Lopes, Inocência Mata, Julião Soares Sousa, Álvaro Nóbrega, Carlos Cardoso, Odete Semedo, entre outros.

Trata-se, com efeito, de mais uma contribuição no sentido de efetuar uma análise sociocultural e política da Guiné-Bissau, lançando bases para uma reflexão nos termos que proponho: estabelecer o elo entre as práticas tradicionais e as consideradas modernas, analisar até que ponto a sociedade guineense se modernizou e, consequentemente, refletir sobre a influência das tradições na estrutura orgânica do Estado guineense e no exercício do poder, assim como falar das incongruências inerentes ao processo de transição do colonial para o pós-colonial que ao longo de aproximadamente quatro décadas persistem em impelir o país para o colapso; analisar a forma como mudanças sociais, nomeadamente a questão da identidade, as crenças, os usos e os costumes afetam o desenvolvimento do país atual.

A análise dos assuntos ora propostos desenrolar-se-á dentro do *largo espectro* do pós-colonialismo por dele não se poder desvincular, pois constitui uma parte fundamental da história passada da Guiné e palco em que se desenrola o enredo do primeiro romance desta trilogia. Portanto, pretende-se uma abordagem de temas que vão ser divididos em cinco capítulos, os quais serão subdivididos em vários pontos com vista a permitir um desenvolvimento mais coerente.

No primeiro capítulo, proponho-me a fazer uma breve contextualização sobre os conceitos de tradição e de modernidade, ou seja, os meandros conceptuais de

³ “No mês de Março de 1975 começaram as prisões. Foi um mês muito negro para os comandos. Eu fui preso. E fui torturado. Como muitos outros camaradas. Obrigavam-nos a carregar pneus gigantescos, pneus de Berlet, com jantes e tudo... era uma das torturas, mas havia outras: como pendurar uma pessoa pelos pés, com cordas e dar-lhe chicotadas”. “Não se tratando de um conflito interno ao partido, as perseguições e ajustes de contas no pós-independência do novo Estado obedecem a uma estratégia de punição considerados ‘traidores’ e de consolidação do regime em terreno desertificado de opositores.” (NÓBREGA, 2003: 213 e 214).

um binómio. No segundo capítulo, falarei do universo colonial de *A Última Tragédia*; no primeiro ponto vou fazer um retrato geral desse período e no segundo, proceder à análise da expansão portuguesa e suas consequências em relação ao colonizado na guiné no que tange a alguns dos objetivos da colonização, nomeadamente: a missão civilizadora e evangélica do assimilacionismo cultural e a ausência de educação como um entrave à emancipação do negro e o paradoxo religioso colonial. Ainda, no ponto 2.5 deste capítulo pretendo fazer as conclusões dos aspetos analisados tendo como pano de fundo a descoberta de possíveis reflexos destes no comportamento social atual em comparação com outras sociedades africanas outrora colonizadas.

No terceiro capítulo, vou falar da conceção tradicional do Estado: identidade e cidadania. Este capítulo é subdividido em dois pontos. No primeiro vou tecer as considerações gerais e no segundo vou abordar o papel da tradição e da modernidade na formação dos ideais da independência.

O capítulo quarto, o mais extenso, é baseado no segundo romance da trilogia “Mistida” e tem como título *Eterna Paixão* e a realidade do pós-colonialismo em África, na qual ao longo dos vários pontos vou analisar a utopia das independências africanas, os fundamentos e a prática política governativa do Estado da Guiné-Bissau, as questões da crise de liderança que se prendem com a figura do chefe, suas características e práticas e sua similaridade com os chefes tradicionais. Ainda, no ponto 4º deste capítulo pretende-se uma reflexão sobre a desvalorização do intelectual e o fenómeno do militarismo, assim como o seu reflexo na ascensão ao poder no país atual.

No quinto capítulo vou falar da modernidade em *Mistida*, da precariedade social e a condição da mulher, do dualismo entre tradição e modernidade na sociedade contemporânea guineense com base nos capítulos quinto, sexto e sétimo deste romance, com relevância em duas personagens femininas: Mamã Sabel e Djiba Mané, através das quais vou percorrer os vários lugares sociais que ocupam na sociedade contemporânea: na família, no casamento e na vida pública. Pretendo ainda, neste capítulo, falar dos antagonismos entre tradição e modernidade na Guiné-Bissau a partir da abordagem de práticas sociais tradicionais em conflito com a modernidade que ainda persistem na sociedade contemporânea, concretamente: fanado (circuncisão) – tradução minimalista do termo, pois em culturas como a Bijagó são rituais de iniciação e mesmo no caso da mulher não implica a mutilação genital –, casamento forçado, paternalismo e negação ao direito a escola.

CAPÍTULO I: Contextualização histórica e definição conceptual

1. Contextualização histórica

(...) As novas burguesias e as novas elites estatais africanas conseguiram estabelecer um sistema de conservação do poder que passou a funcionar a todo preço, baseado na repressão, no partido único e no governo do “homem forte”.

(HALL, 2007: 78)

Situada na costa ocidental da África, entre o Senegal ao Norte e a Guiné-Conacri ao Sudeste, a Guiné-Bissau faz fronteiras a Sul e a Oeste com o Oceano Atlântico. Tem uma superfície de 36.125 km², composta por uma parte continental e outra insular que compreende 40 ilhas, as quais formam o arquipélago dos Bijagós. Atualmente, tem uma população de cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes (dados do último recenseamento geral da população apresentados pelo Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, através do Instituto Nacional da Estatística INE) dos quais contam-se mais de vinte grupos étnicos e mais de vinte línguas étnicas e culturas diferenciadas.

A República da Guiné-Bissau tem o português como língua oficial e o crioulo como língua franca de comunicação. De 1446 a 1974 a Guiné foi território de influência portuguesa, sendo certo que a colonização efetiva teve lugar somente no séc. XIX. Como se sabe, inicialmente a Guiné era governada a partir de Cabo Verde, e só em 1641 ganha o estatuto de província “quando a coroa decide mandar construir o forte de Cacheu e, pela primeira vez nomear um capitão-mor para Cacheu na pessoa de Gonçalo Gamboa de Ayala” (LOPES, 1993: 252-256.). A Guiné foi a colónia portuguesa onde o tráfico de escravos durou mais tempo. Embora tenha sido oficialmente proibido em todo o território português pelo decreto de 10 de dezembro de 1836, esta atividade continuou até aos fins do séc. XIX.

Porém, a partir dos anos 1860 a sua prática tornou-se muito perigosa devido à fiscalização da esquadra inglesa destinada a reprimir esta atividade, facto que levou à sua substituição pelo comércio de produtos locais que rapidamente foi monopolizado por outras companhias europeias de comércio, devido à fraqueza económica de Portugal.

Neste contexto, para fazer face às despesas com a administração e a manutenção das tropas destinadas à ocupação, foi instituído o denominado *imposto de*

palhota através do regulamento criado em 1903. Este imposto, cujo valor inicial foi fixado em 10 escudos portugueses e cuja recolha era feita por intermédio dos chefes locais, conhece no espaço de um ano um aumento de mais de 8,3%⁴.

A instituição deste imposto assim como a sua cobrança desempenharam um papel decisivo na multiplicação das revoltas e das resistências da população a partir de 1903⁵.

Porém, antes da chegada dos portugueses já existiam estruturas tradicionais bem constituídas (reinos e régulos) com poderes instituídos que governavam aquelas terras⁶. O poder político se encontrava nas mãos dos régulos africanos. No entanto, já a partir de com a ocupação colonial portuguesa, constatou-se a partir dos anos a atuação de duas autoridades políticas paralelas sobre o mesmo território: a eurocêntrica representada pelos colonos e todos os seus agentes, cidadãos europeus e colaboradores africanos e a etno-africana, representada pelos regulados e chefados.

No entanto, na coabitação entre esses dois paradigmas de poder verificaram-se grandes problemas, principalmente de ordem cultural que prende com a presença europeia neste território e as suas pretensões de assimilar os Outros à sua cultura, o que guerras de várias ordens. Por um lado, as guerras interétnicas que desestabilizavam o comércio e, por outro, as guerras de resistências fragmentadas contra a dominação estrangeira, levadas a cabo por diferentes grupos étnicos e que a partir de 1900 viriam a ser fortemente reprimidas pelas autoridades coloniais. Em 1850, com a crescente tensão instalada entre as forças em disputa e em virtude da “corrida ao armamento” apressou-se o processo de transição desse poder em favor dos colonizadores através da “guerras de pacificação” (LOPES, 1993: 277-285), que veio a consumir-se nos anos 1920 com a dominação de todos os blocos de resistência étnico tradicional.

A ideologia colonial na Guiné portuguesa teve um impacto negativo na construção da estrutura social, pois não priorizava a educação dos negros, antes a segregação através de um esforço em demonstrar a supremacia da raça branca sobre a negra que resultou na criação de leis assim como na adoção de mecanismos coercivos com vista à dominação e aculturação da “classe subalterna”. A par de Angola e

⁴ Cf. República da Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo Verde. (PAIGC, 1974: 97-98)

⁵ *Ibid.*

⁶ Reino de Kaabu, extensão do império do Mali (séc. XIII), abrange os territórios do leste da atual Guiné-Bissau (LOPES, 2010: 26).

Moçambique, a Guiné é uma das colónias portuguesas em que vigorou o estatuto de indigenato aprovado em 1954 pelo Decreto-Lei nº 39 666; é a colónia onde a educação foi instituída muito tardiamente, além de ser selectiva e rudimentar, também estava restrita aos filhos dos “assimilados” e “civilizados”.

A atividade académica na Guiné colonial era praticamente inexistente, assim como, a palavra escrita era desconhecida da maioria esmagadora da população. Esta fase de total ausência de escrita vai conhecer uma ligeira alteração através da criação da primeira imprensa nacional em 1879, com a instituição de Bolama como a primeira capital da Guiné portuguesa, tornando-se num lugar de concentração de pessoas oriundas dos mais variados pontos da Guiné. Não obstante o tão proclamado objetivo da colonização como missão civilizadora, evangelizadora entre outros, ao longo de quatro séculos de contacto e instalação da Administração Colonial, toda a sua atuação se restringia à exploração económica (venda e instalação das companhias privadas de comércio de escravos).

A escolarização rudimentar tinha como expoente máximo a quarta classe e estava a cargo das missões católicas, tendo surgido o primeiro liceu quando faltavam menos de duas décadas para o fim da colonização. Com efeito, a criação do liceu Honório Barreto⁷ trouxe uma mais-valia para a sociedade, pois foi nesse estabelecimento de ensino que viria a ser formada a nova geração de intelectuais guineenses. O liceu foi criado em 1957, autorizado pelo Decreto-Lei n.º 41558 do mesmo ano e publicado no *Diário do Governo*. O que significa que os guineenses que possuíam os requisitos exigidos só puderam aceder ao ensino liceal 15 anos após a transferência da capital da província da cidade de Bolama para Bissau (1942)⁸. Muitos fatores terão contribuído para a desvantagem desta colónia. Entretanto, com o advento dos movimentos de libertação na década de 50 do séc. XX que atingiu quase toda a África, em 1956 foi criado na Guiné o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a liderança do agrónomo Amílcar Lopes Cabral. Este partido conduziu a luta armada do povo da Guiné pela sua libertação em 1963. Após

⁷ Honório Pereira Barreto, natural da praça da Cacheu (1813-1858), era o primeiro e provavelmente terá sido o único negro da Guiné nomeado pela Administração Central da metrópole como governador (governador interino da Guiné, 1877) (LOPES, 1993: 280-281).

⁸ Decreto-Lei n.º 41558. Converte em liceu o instituto liceal que funciona na cidade de Bissau, da província ultramarina da Guiné, passando a designar-se “Liceu Honório Barreto”, no qual será ministrado o ensino dos três ciclos, em regime de frequência mista, e revoga as portarias n.ºs 13124, 13130 e 13564.

uma década de guerra, este partido proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, a qual só veio a ser reconhecida por Portugal um ano mais tarde, a 10 de setembro de 1974.

A ideia da independência para o povo guineense parece estar sempre associada à ideia de prosperidade e soberania do homem negro. Contudo, a mesma aparece desligada de um processo de criação de mecanismos imprescindíveis para o desenvolvimento no período pós-independência. Diria mesmo que a conceção da independência foi entendida pela maior parte dos guineenses (incluindo alguns dos mais importantes dirigentes do PAIGC) apenas como a ausência do colonizador, não obstante Amílcar Cabral ter chamado a atenção para a necessidade de trabalhar para o desenvolvimento económico do país, repudiando a ideia do militarismo, a prática do uso indevido das armas e tantas outras barbaridades que tendiam a pôr em causa o sucesso preconizado⁹.

Como se pode constatar, atualmente, a independência conquistada através da guerra libertária que durou onze anos não parece ter libertado a sociedade – serviu apenas para marcar o início de uma nova etapa nas relações sociais e políticas, que até ali vinha a ser construída na base da dicotomia colonizadora, colono/colonizado ou branco/preto, e que com o desaparecimento dessa componente eurocêntrica que outrora impunha as regras do jogo, deu-se lugar ao surgimento de novos agentes percursores dos mesmos objetivos. Ainda durante a luta armada surgiram conflitos no seio do partido, que se tornaram cada vez mais intensos após a conquista da almejada independência e que levaram ao fracasso o projeto da unidade da Guiné Cabo Verde, marcando então o início de uma nova saga histórica construída pelas mãos daqueles que juraram dar liberdade e dignidade ao povo, mas que na prática se serviriam dos mesmos artifícios dos colonos para dominar o país e subjugar o povo. Ao longo da luta armada houve espancamentos e mortes de pessoas acusadas de feitiçaria e de agirem contra o partido. Esses acontecimentos levaram à convocação do congresso de Cassacá, que foi precedido de uma conferência de quadros para pôr fim a essas matanças.

Contudo, a realização dessa conferência e as consequências que dela sobrevieram não foram suficientes para eliminar os objetivos de detenção do poder por parte dos guerrilheiros e o seu uso em benefício próprio. No entanto esta saga de

⁹ Prática revolucionária, *Unidade e Luta*, vol. II.

constante luta pelo poder tingida de sangue levou ao assassinato de Amílcar Cabral em 1973 na República da Guiné-Conacri. Seis anos após o reconhecimento da independência, dá-se o golpe de Estado de 14 de novembro, liderado pelo então comissário principal, João Bernardo Vieira, que depôs o presidente Luís Cabral e assumiu a liderança do país, embora sem uma preparação académica que lhe permitisse exercer esse cargo de forma mais moderada, não obstante o seu antecessor também não a possuir. Com esse golpe militar inicia-se uma sequência de golpes inventados e concretizados como única forma de conquista e manutenção do poder.

Os primeiros anos após a independência decorreram sob a ditadura de um poder absolutista e autocrático liderado por um governo de partido único, o PAIGC, em que a coerção, a prisão arbitrária, o espancamento, as matanças assim como o culto do chefe foram os métodos usados durante de décadas para submeter a sociedade ao estado de “*boca yem*”¹⁰ e legitimar a violência em nome da proteção do nacionalismo exacerbado, como se pode constatar no excerto que se segue¹¹:

Este discurso “nacional”, elaborado pela direcção geral do PAIGC, justificava a violência legítima contra os obstáculos a edificação do Estado-Nação, isto é um aparelho de Estado centralizado sob o controle de uma burocracia política constituída pela aliança entre as direcções intelectual e militar do PAIGC reforçada pelos funcionários da antiga administração colonial (...) Esta violência dirigia-se contra os antigos *comandos africanos*, milícias africanas do exército colonial, e contra os chefes tradicionais (...) Esta violência fez-se acompanhar pelo monopólio sobre a economia do país. (FERNANDES, 1993: 44-45)

¹⁰ Expressão em crioulo da Guiné-Bissau que significa silêncio (como reflexo do medo).

¹¹ O PAIGC instala-se oficiosamente em Bissau, e assiste-se a uma onda de “raptos” seguidos de fuzilamentos no mato de indivíduos que haviam abandonado o PAIGC, e se encontravam em Bissau, e de outros que eram acusados de colaborar com o “colon”. Nem sequer havia julgamentos. Uma ‘brigada’ composta por uma suposta gente na clandestinidade ávida de mostrar serviço apontava-os e localizava-os não se sabe com que critério. Eram levados e fuzilados. Quando se perguntava por um fulano, que se supunha nessa situação, a resposta era: “Partido lêbal!” (O Partido levou-o!). As coisas passavam-se à calada da noite e sob a cumplicidade silenciosa de todos. Tudo era permitido ao PAIGC, inclusive tirar vida aos seus concidadãos, por simples decisão dos seus dirigentes e sem que tenha de prestar quaisquer justificações públicas (Armindo Ferreiro, “As crises políticas na Guiné-Bissau). *In Expresso das Ilhas*, nº 546, 2012: 2).

Conquistada a independência, as novas burguesias e as novas elites estatais africanas conseguiram estabelecer um sistema de conservação do poder que passou a funcionar a todo preço, baseado na repressão, no partido único e no governo do “homem forte” (HALL, 2007: 78).

Face a esses fatores de fragilidade social decorrentes do uso indevido do poder do Estado, as expectativas criadas com a chegada da independência foram frustradas¹². Os dirigentes guineenses tinham e ainda têm uma visão patrimonial do Estado, que contribui para o fracasso da efetivação do modelo ocidental de Estado democrático e serviu para alimentar as rivalidades de outrora (étnicas e tribais), que teimam em minar a efetivação do Estado de direito. Pois, por incrível que pareça, as tradições nunca deixaram de influir na visão do Estado e na forma como o poder é exercido após a independência.

Estas são algumas das inúmeras “patologias” do Estado guineense: o patrimonialismo, o tribalismo, o nepotismo, o clientelismo. A perenidade destes fatores negativos na condução do Estado deitou por terra toda a esperança renascida com a implantação da democracia em 1990.

Embora sejam poucos os estudos que abordam de forma profunda a evolução da situação política e social da Guiné-Bissau, a verdade é que mais que o passado colonialista, a causa do subdesenvolvimento deste país está no comportamento sociopolítico existente ao longo dos 40 anos de independência. Espero com este estudo contribuir com mais um instrumento para a construção de uma cultura que ultrapasse a utopia e que saiba destruir o males e aproveitar os bens que a modernidade e a tradição nos oferecem a fim de criar homens que saibam que o poder não é eterno nem deve ser usurpado e que o utilizem de modo a não esmagarem os outros. Portanto, esta dissertação, além de tudo, é mais uma contribuição para a resolução das inúmeras “mistidas” que o país tem a “safar” em todos os domínios da sua vida.

¹² Em muitos países se instalou uma oligarquia corrompida, preocupada com o seu próprio enriquecimento e com as suas próprias vantagens, enquanto o povo continuou nas mesmas dificuldades, lutando por uma sobrevivência material e moral, cada vez mais miserável. As esperanças existentes aquando do fim da colonização e que animava aos que lutavam por ela, acenando para um mundo de igualdade e justiça, foram substituídas pela frustração, pelo derrotismo e pelo acomodamento. Tal estado de espírito é comum em toda a África negra (GUY OSSITO MIDIOHOUAN, 1986: 208).

2. A vivência de Sila e da sua geração em “Mistida”

Como diz Carlos Lopes no prefácio à primeira edição de *Eterna Paixão*, Sila pertence “À geração dos excitantes anos 70, geração que, com fervor, acreditou no novo Homem, na construção de um todo diferente, geração que partilhou a utopia e tentou dar-lhe corpo” (SILA, 1994: 33). Algo semelhante ao sentimento que o escritor angolano Pepetela expressa no seu romance *A Geração da Utopia*.

Abdulai Sila nasceu em 1958 na cidade de Catió, sul da Guiné-Bissau, e ali fez os estudos primários. Entretanto, assim como a maioria dos jovens oriundos do interior da Guiné teve que mudar para a cidade de Bissau para fazer o ensino secundário. Após a conclusão do secundário em Bissau, seguiu para Alemanha, para estudar Engenharia Electrónica na Universidade de Dresden, em 1985.

Escritor, engenheiro e investigador social, Silá é uma das mais destacadas vozes da literatura contemporânea guineense, iniciador de uma corrente ficcional original. É o primeiro romancista guineense a publicar uma obra no contexto pós-colonial, de conteúdo reformista e intimista, considerando o enquadramento da pós-colonialidade das literaturas africanas feito por estudiosos das literaturas africanas de língua portuguesa, que apontam para o surgimento nas três últimas décadas da colonização de uma temática diferente que, de acordo com Russell Hamilton, é uma:

Expressão literária de reivindicação cultural, protesto social e combatividade que vinha preparando a cena nos cinco PALOP para a actual escrita pós-colonial (...) uma literatura intimista, experimentalista e reformista. Na categoria da literatura “séria”, em contraste com as obras politicamente comprometidas, circunstanciais e mesmo panfletárias, verificava-se uma tendência entre escritores nacionais a reescrever e assim re-inventar a África e os seus respectivos países, tanto do período pré-colonial como pós-colonial. (HAMILTON, 1999: 16)

Este facto confere a Abdulai Silá um lugar importante na literatura moderna guineense. Estreou-se com o romance *Eterna Paixão* em 1994, um ano depois publicou *A Última Tragédia* (1995) e *Mistida* em 1997. No campo do drama, Silá publicou em 2007 a peça teatral *As Orações de Mansata*, que afirma ser uma versão africana de *Macbeth*, de Shakespeare. Com esta obra passa a ser não só o primeiro romancista, mas também o primeiro guineense a publicar uma peça de teatro.

Sila, foi cofundador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau (INEP); cofundador da primeira editora privada, a “Ku Si Mon Editora”, e cofundador da revista cultural *Tcholona*, tendo publicado na revista *Soronda* vários trabalhos nas áreas do desenvolvimento energético e tecnológico¹³. Salienta-se que o romance *A Última Tragédia* foi traduzido para francês com o título *L’Ultime Tragédie*.

Tal como alguns escritores de renome da África lusófona, Sila pertence à geração das independências, viveu intensamente os últimos anos do período colonial e a utopia da construção de uma nação próspera sem violência e opressão. Portanto, ele, o mais prolífico prosador da literatura guineense, mais que um simples escritor é um representante de destaque de uma “literatura que pretende recobrar a memória subalterna, recuperando a voz do silêncio lançando mão da reconstrução da história” (AUGEL, 2006: 8).

Sila vive em Bissau e escreve sobre a Guiné-Bissau, uma atitude corajosa que lhe permite fazer uma incursão sobre a vida política e social deste país de forma bastante aprofundada, servindo-se da experiência vivida e testemunhada de um país em constante sobressalto faz da literatura sua arma para denunciar e caricaturar a desenfreada luta pelo poder permanentemente desencadeada na grande Bissau. Denuncia a ineficácia do poder judiciário e a legitimação ainda que não formal do uso da força que conduz a enormes perdas de vidas e mudanças inesperadas de regime político, conforme se pode constatar no seu penúltimo trabalho, *As Orações de Mansata*. Esta obra é uma sátira à realidade política guineense dos últimos anos cuja consequência tem vindo a conduzir o país ao retrocesso permanente. Contudo, *Mistida* não só satiriza a situação sociopolítica, mas também intervém, ou seja persuade a intervenção, como se pode constatar ao reproduzir aqui as palavras do escritor numa declaração que expressa o objetivo pelo qual escreve:

A actuação dos políticos tem que ser denunciada, ridicularizada, apresentada de uma forma que faça as gerações vindouras tomarem

¹³ Abdulai Silá publicou em revistas como *Tcholona* e estudos para o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa): “Aproveitamento de energia solar na Guiné-Bissau: perspectivas e problemas” in *Soronda*, nº 1, Bissau, Janeiro de 1986; “Potencialidades e necessidades energéticas da Guiné-Bissau”, in *A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000*, INEP, Bissau, Janeiro de 1987; “Estratégias de desenvolvimento e alternativas tecnológicas: um estudo de caso da Guiné-Bissau” in *Soronda*, nº 13, INEP, 1992; “A penúltima vaga. Perspectivas de desenvolvimento das telecomunicações”, Bissau, 1998; “O Reencontro” (conto), in *Tcholona* (Revista de Letras, Artes e Cultura) nº 1, GREC, 1994.

consciência e condenarem esse tipo de situações, de comportamento, condenarem essas pessoas” (SILA, 2002: 11).

No entanto, este objetivo foi alcançado neste romance sarcástico, porém verosímil e interventivo, como afirma o acima citado Hamilton no seu estudo sobre as literaturas pós-coloniais de língua portuguesa, em que referindo-se ao romance *Mistida* diz o seguinte:

O que é especialmente irónico é que *Mistida* (...) saiu em Março de 1997, e em Junho de 1998 estourou a guerra civil em Bissau que eventualmente resultou no afastamento do presidente João Bernardo “Nino” Vieira. Lido no contexto da situação política da Guiné-Bissau desde 1980, *Mistida* exige a derrubada do Presidente Vieira. (HAMILTON, 1999: 20)

A importância deste escritor para a literatura da Guiné-Bissau revela-se na dimensão significativa das suas obras, no sentido metafórico entre aquilo que escreve e a realidade do país, na sua capacidade de articular o cultural e o tradicional com o político em diferentes contextos sócio-históricos de forma a produzir uma literatura da nação capaz de traduzir a identidade de um povo. Começando pelo seu passado como subalterno dos interesses hegemónicos da metrópole, dos seus sentimentos de pertença a uma identidade e a consciência da preservação dessa identidade, da reivindicação e luta pela libertação, assim como da afirmação da ainda débil identidade, da instituição do Estado e das incongruências da governação desse Estado.

As obras de Abdulai Silá aqui estudadas falam do passado recente e da contemporaneidade da Guiné-Bissau.

3. Os meandros conceptuais do binómio *Tradição/Modernidade*

A verdadeira tradição está provida de sentido histórico: “o sentido histórico envolve uma percepção não só da condição passada, do passado, mas também de sua contemporaneidade” (ELIOT, *apud* SANTIAGO, 1987: 121). No entanto, ciente da ambivalência da noção de tradição, considerando a existência de múltiplas formas de tradicionalismo¹⁴ diferentes, usando a expressão do sociólogo francês Balandier

¹⁴ Há o tradicionalismo fundamental “que tenta assegurar a salvaguarda dos valores das organizações sociais e culturais mais garantidos pelo passado”; há o tradicionalismo formal que, coexistindo geralmente com o tipo anterior, mantém instituições sociais ou “quadros sociais ou culturais”, porém com conteúdos, funções e finalidades modificados; e há, também, como desdobramento da figura precedente, o tradicionalismo de resistência, que implica reações de recusa e/ou oposição em relação a

tradições e tradições, a parte de que me vou ocupar neste trabalho terá necessariamente que explorar as várias aceções da mesma em relação com os assuntos abordados na obra.

No campo das ciências sociais (Sociologia, Antropologia e Religião) encontram-se várias definições do termo tradição. No Direito, mais especificamente no ramo do Direito das Obrigações, por exemplo, ela significa a passagem de um material, um bem móvel, objeto de uma transferência de propriedade. Porém, esta não será a definição mais adequada neste caso concreto. A perspetiva mais adequada será aquela que concebe a tradição como um processo de transmissão de usos e costumes, doutrinas e padrões comportamentais de geração em geração durante um longo período de tempo; ou seja, que concebe tradição como o laço que liga o passado com o presente e que permite fazer o recurso à memória, à recordação, à forma de pensar e agir herdada de gerações anteriores, conceitos e preconceitos.

Um dos aspetos importantes que também vou exorar é a transmissão oral dos factos, lendas, dogmas de uma sociedade¹⁵.

A tradição requer um retorno contínuo à fonte. Entretanto, entendida como uma extensão do passado que leva à compreensão do presente, é passível de imperfeições, assim como, qualquer sistema social. Importa reconhecê-la, reformulá-la, e adaptar ao presente todos os bens que nela residem. Evitando porém, a conceção fixista ou comportamentos extremistas face a este conceito, conforme alerta Georges Balandier:

Tradição é muitas das vezes concebida em sentido fixista – como se passado fosse desprovido de extensão, profundidade e movimento. E mais: como se a tradição não envolvesse desordens, tensões, incompatibilidades, vista sempre em estado de equilíbrio perene;

uma ordem nova em formação; neste caso, o autor se refere “às tradições modificadas ou ressuscitadas (que) abrigam as manifestações de oposição e as iniciativas que colimam romper os laços de dependência” como forma de imprimir sentido às realidades novas, “ou de exprimir uma reivindicação marcando a dissidência em relação aos responsáveis modernos” (BALANDIER, 1969).

¹⁵ “A tradição oral africana, com efeito, não se limita a histórias e lendas, ou mesmo a relatos mitológicos ou históricos, e os *gritos* estão longe de ser seus únicos guardiães e transmissores qualificados. A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspetos. (...) Nas tradições africanas – pelo menos nas que conheço e que dizem respeito a toda a região de savana ao sul do Saara –, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um carácter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência, grande vetor de ‘forças etéreas’, não era utilizado sem prudência. Inúmeros fatores – religiosos, mágicos ou sociais – concorrem, por conseguinte, para preservar a fidelidade da transmissão oral. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é” (BÂ, 1981: 166, 168, 169).

homogeneamente como universo fechado. Portanto, a tradição pressupõe a existência da modernidade, sendo os dois conceitos não antagônicos, mas sim complementares na medida em que ambos comportam imperfeições e virtudes dos quais cabe à sociedade e os seus agentes saber selecionar, melhorar e servir-se dela para o bem comum. No entanto, a existência de um não elimina de forma radical a presença do outro. (BALANDIER, 1997)

Etimologicamente, modernidade significa “dos nossos dias, recente, atual”. Ela significa “atualidade, o que é de hoje” (BUARQUE, 1994: 14). Igualmente, o acabado de fazer ou acontecer, o diferente do passado, contudo importante para a sua percepção¹⁶.

Na literatura, modernidade não pressupõe a existência de uma nova corrente estética, mas sim a existência de uma noção muito frequente com a qual se qualifica muitas vezes, em termos positivos, a qualidade de uma obra. Semanticamente ela não está ligada ao conceito de modernismo, pois evoca outros momentos históricos de renovação estética e cultural, nomeadamente “a modernidade do humanismo renascentista, modernidade do espírito iluminista, modernidade da concepção do tempo e da arte de Baudelaire e, sobretudo, a partir da II guerra mundial, a libertação em relação as últimas peias das convenções literárias, artísticas e culturais”.

Historicamente, modernidade corresponde a um período da civilização em que a razão e a ciência são as únicas formas de entendimento. Como aponta Joseph Ki-Zerbo, a modernização não é um conceito novo, pois constata-se a sua presença desde o antigo Império egípcio, na criação da escrita e da álgebra e na construção das pirâmides; são, entre outras, as componentes que comprovam avanço da sua civilização.

A par duma interpretação ambivalente da modernidade em todos os domínios da vida humana, nomeadamente as reformas políticas, económicas e culturais em torno do mundo ocidental, também essa forma de pensar e agir de acordo com a razão e em nome da liberdade como um bem supremo de todo o ser humano impulsionou profundas transformações nas décadas de 50 do século passado na África colonial. Com efeito, nos meados do séc. XX teve início uma grande vaga de reformas provocadas pelas reivindicações levadas a cabo pelos movimentos independentistas

¹⁶ Considera-se que a ideia da modernidade pressupõe a da tradição, ainda que em várias combinações e arranjos históricos, pois aquilo que se denomina de novo (moderno) só se define em oposição ao tradicional. (BALANDIER, 1997)

africanos, principalmente através da escrita, com o surgimento do movimento da negritude, da Casa dos Estudantes do Império e de outros espaços de expressão do sentimento de revolta e denúncia contra os abusos do colonialismo. O impacto explosivo dos poemas de Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e outros nacionalistas ecoou no mundo em reivindicações de autonomia e exercício pleno da soberania total sobre os seus territórios, assim como de liberdade coletiva e individual de todos os povos colonizados.

Em suma, exigiam direitos iguais aos dos povos do chamado primeiro mundo, o que para Amílcar Cabral significa “um ato de cultura”¹⁷.

A “modernidade” não se limita simplesmente à esfera política, abrangendo a sociedade em toda a sua estrutura e gerando mudanças que permitem constatar que o passado não se conservou intacto. A Guiné-Bissau conheceu novas formas de estar e de agir que se supõe novas e que muitos tendem a chamar de modernas, não obstante serem uma apreciação dos benefícios materiais da modernidade que não conduziram a transformações políticas e sociais na história passada e recente do nosso país.

No entanto, modernidade nesta dissertação não pressupõe o desenvolvimento, a elevação do nível de vida das populações, mas um processo de mudanças que englobam os vários estágios sociopolíticos e culturais da Guiné-Bissau ao longo de quatro décadas, sem prejuízo de em casos analógicos referir-se a outros países ou à África independente, por as obras que servem de corpus trazerem algumas questões que não se circunscrevem exclusivamente ao espaço geopolítico guineense.

Como salienta Fernanda Cavacas no prefácio à primeira edição da trilogia *Mistida*, “Os problemas que foram retratados em *Mistida* não ficam confinados às fronteiras do seu país” e, ainda afirma “na obra de Sila encontramos a vida social como temática na sua transição das estruturas colonialistas para uma nova burguesia (SILA, 2002: 7-11). Elas são uma espécie de repertório gráfico onde se encontram destacadas aspetos importantes que marcaram e ainda marcam o dia-a-dia do guineense, essencialmente no tocante à sua cultura política. Destacam-se em *Mistida* uma interligação histórica e cronológica dos acontecimentos nele retratados com o percurso diacrónico da história da Guiné as mudanças a nível institucional decorridas na passagem do primeiro ao segundo romance assim como a grande reviravolta

¹⁷ Conferência pronunciada no primeiro memorial dedicado ao Dr. Eduardo Mondlane, na Universidade de Siracusa (Estados Unidos de América) – (Programa de Estudos da África do Leste), 20 de fevereiro de 1970.

político-cultural na transição deste para o terceiro romance entre as quais salienta-se a instituição de uma política administrativa de estilo ocidental baseada na obediência a um partido único, o PAIGC, não vinculado a nenhuma etnia ou zona específica diferentemente das autoridades tradicionais. No entanto, a implementação de um poder temível baseado no chefismo e na neopatrimonialização do Estado, enriquecimento à custa do sofrimento do povo o que denotava a falta de corte com o antigo regime ou seja a sua continuidade. Vigorava o modelo administrativo do poder colonial, ainda que com veleidades nacionais, não obstante, ao nível formal, os indivíduos passaram a ter uma única identidade (a da nação), pela posse de documentos de identificação como Bilhete de Identidade, Passaporte e outros e também pela apropriação e uso do crioulo como língua própria e sua consequente utilização de forma livre como língua de entendimento nacional.

A construção de uma nação constitui um dos ideais principais da luta pela conquista da independência. Porém, esta forma de organização política e administrativa não conseguiu aniquilar de todo as pequenas divergências étnicas, e muito menos conseguiu dismantelar as influências dos poderes tradicionalmente instituídos, embora excedendo-os em termos de dimensão e capacidade de atuação¹⁸. No entanto, as autoridades tradicionais, mediante os velhos métodos de resistência e a fraqueza e a ausência da nova autoridade na vida social do povo aliada a falta de educação, voltaram a ter um peso enorme nas tomadas de decisões.

¹⁸ A sociedade moderna atribui-se a um estágio civilizacional e tecnológico mais avançado e espera-se que a sociedade tradicional se comporte de acordo com um novo quadro de valores e normas... a sociedade tradicional mesmo apreciando os benefícios materiais da modernidade não pode, nem está disposta a abdicar de todo o regime de regras, de valores e crenças que sempre conheceu (NÓBREGA, 2003:164).

CAPÍTULO II: O universo colonial de *A Última Tragédia*

1. Retratos gerais

Os registos mais antigos da história do povo da Guiné reportam-se ao séc. VII, período bastante anterior à expedição portuguesa comandada pelo cavaleiro Nuno Tristão, sob a orientação do Infante D. Henrique no séc. XV (LOPES, 2010). Contudo, o que se sabe relativamente à organização social e política deste território antes da chegada dos europeus é relativamente pouco, resumindo-se basicamente às informações compostas de referências fugazes feitas pelos navegadores nas suas crónicas, e que mais tarde vieram a consubstanciar-se sob a forma de documentos com a implantação da administração colonial nesse território.

Assim como reza a história o território da Guiné é habitado há séculos por povos de diferentes origens, estratos, línguas e culturas, facto que o transforma num território multicultural, multiétnico e multilinguístico. Um exemplo dessa confluência de povos oriundos das mais variadas proveniências é a chegada dos Mandingas vindos do Mali durante o apogeu do seu império nos meados do séc. XIII, que conquistaram a parte leste, estabelecendo o reino de Kaabu. Durante esse período, os Mandingas exerceram a soberania sobre os outros povos que habitavam esse território, repelindo para o litoral os povos animistas sobre os quais exerciam o domínio político baseado na cobrança e pagamento de tributos, concedendo-lhes, portanto, a liberdade de autodeterminação no que tange ao resto da sua organização política, social, cultural e religiosa. Como explica o sociólogo guineense Carlos Lopes, a relação política entre o poder mandinga e os povos dominados era do tipo federativo¹⁹.

O modelo de relações sociopolíticas vigente nessa época era diferente do que veio a ser implementado pelos portugueses durante a sua dominação, visto que, nessa altura, cada reino mantinha a sua soberania, ainda que mediante o pagamento de um tributo ao reino de Kaabu, conforme referi no parágrafo anterior. Portanto, a relação de subordinação não era igual à do modelo europeu do feudalismo que assenta na ocupação de terras e na imposição de uma nova ordem social e submissão à sua autoridade (LOPES, 1993: 14). Os Mandingas tinham uma organização social de tipo vertical com uma estrutura que tinha o “Mansa”, termo mandiga equivalente a rei na

¹⁹ Os povos da zona constituíam uma comunidade e integraram-se em estruturas políticas articuladas, e que, durante muito tempo, o Mansaya Kaabunké federou (LOPES, 1993: 13).

monarquia ocidental, como a categoria suprema que ocupa o topo da pirâmide social. Este modelo de organização social e política, embora não tenha sido seguido em detalhe pela maioria dos grupos étnicos. No entanto, verifica-se, na prática, que a maioria deles adotaram os seus elementos mais significativos na medida em que, em quase todos os reinos havia um régulo que detinha o poder absoluto (político, judicial e económico), e a ele eram pagos os impostos.

Esta breve constatação histórica demonstra que os povos da Guiné já se encontravam política, cultural e administrativamente organizados em pequenos reinos, sendo a mais importante organização política e administrativa a do Kaabu.

Considerando o excerto a seguir reproduzido, a definição do conceito de civilização dada pelo sociólogo francês Mauss, em comparação com o que acontecia na Guiné nessa altura, analisado em termos antropológicos e sociológicos, esses elementos de organização da vida social e económica apontam para a existência de modos de vida, portanto, de culturas similares que partilham muitos valores, hábitos e crenças, e em termos gerais apontam para a existência de uma civilização ainda que em processo de consolidação. Pois, para Mauss, a civilização não é mais de que:

Um conjunto de fenómenos suficientemente numerosos e importantes que se alargam a uma extensão considerável de território; a cultura é a civilização enquanto própria de um povo, de uma nação, partilhada por mais nenhuma, e que transporta, indelével, a marca desse povo e dessa nação... é um conjunto de valores materiais e espirituais criados por uma sociedade no decurso da sua história – e, bem entendido por valores, é necessário entender elementos tão diversos como técnicas ou as instituições políticas, uma coisa tão fundamental como a língua e uma coisa tão fugaz como a moda; tanto as artes, como a ciência ou formas de relacionamento. (MAUSS in SANCHES, 2011: 255)

Nesta óptica, o romance *A Última Tragédia* que retrata os últimos anos que antecederam o fim do colonialismo português na Guiné apresenta um panorama marcado por conflitos identitários, civilizacionais e políticos. Com efeito, embora o escritor nunca o afirme em qualquer parte da obra, através da análise dos factos nele descritos em comparação com a realidade histórica e política deste país nesse período da sua história, descobrimos que entre eles há uma grande coincidência no que concerne a abordagem os seguintes aspetos:

A relação entre os povos da Guiné e os portugueses durante os últimos anos da colonização; a subalternização dos negros residentes nos centros urbanos e em torno deles; a exploração pela cobrança de impostos em benefício do sistema colonial; a sujeição do colonizado a um processo de reificação ou assimilação da cultura do colonizador (civilização) por parte de uma minoria; a ausência da educação de qualidade; o acesso condicionado ao ensino rudimentar; o seu carácter evangelizador predominante no ensino.

Neste período, a colonização se encontrava no seu auge, pois, já se havia consumado a “pacificação” e o poder colonial tinha o domínio absoluto sobre todo o território nacional através da aniquilação de todos os blocos de resistência constituídos pelos grupos étnicos e/ou laborais. Porém, essa conquista do domínio colonial nunca pôs fim à resistência cultural, antes, permitiu fortificá-la e mudar de estratégia para definitivamente combater o colonialismo português.

2. A Expansão portuguesa e as suas consequências culturais na Guiné-Bissau

Um aspecto importante do discurso colonial é a sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade.
(BHABHA, 1998: 105)

À luz da abordagem feita por Bhabha sobre as questões fundamentais que alimentaram os choques culturais entre o colonizador e o colonizado, durante a colonização, nomeadamente “a fixidez na construção ideológica da alteridade”, ou seja, a maneira como se vê o Outro, de raça, cultura e continente diferente, assim como a ideia preconcebida que se tem do Outro e principalmente a conotação pejorativa atribuída ao desconhecido, explica em muitos casos a adoção de mecanismos drásticos para a sua eliminação total. No entanto, à medida que o colonialismo se expandia, muitas consequências foram sendo registadas nessa procura de sobreposição cultural, o que provocou alterações políticas várias.

No caso específico da Guiné, seguindo o roteiro de *A Última Tragédia*, vou analisar algumas consequências do colonialismo português neste país. Considerando que este romance não abrange todo o período colonial, retratando especificamente os últimos anos do mesmo na Guiné. A par dos aspetos culturais de carácter eurocêntrico que eram impostos aos colonizados, neste romance também existem referências às mais variadas tradições culturais e étnico-identitárias, usos e costumes dos povos deste

território, nomeadamente: choro, toca-choro, casamento, crenças, reinado e poder, topónimos de predominância étnico-tradicional, que demonstram que a organização da vida e das relações sociais estão fundamentadas nas tradições e culturas da etnia maioritária ou predominante, que em tudo, eram diferentes e divergentes dos que vieram a ser implementados posteriormente pelo colonialismo.

Como referi anteriormente, os dados historiográficos demonstram que, à chegada, os portugueses encontraram no território da Guiné povos com uma estrutura política, social e civilizacional com características bastante semelhantes, ainda que com algumas particularidades. O território e os povos estavam sob a orientação de autoridades legítimas que organizavam e dirigiam toda a esfera civilizacional. Retomando o pensamento de Bhabha inicialmente introduzido na epígrafe em que diz o seguinte: “A fixidez como o signo da diferença cultural, histórica e racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem e degeneração e repetição demoníaca” (BHABHA,1998: 105) para reforçar a constatação de que a tentativa de implementação de um projeto civilizacional de matriz eurocêntrica conduziria a um choque brutal entre os dois paradigmas civilizacionais, visto que até então a tradição era a única base de comportamento aceitável, cujas regras eram uma espécie de códigos deontológicos, vigiados pelas autoridades tradicionais, que eram as únicas donas da terra e detentoras do poder político e económico.

No entanto, na obra em análise, Sila apresenta um certo paralelismo entre os dois poderes que atuavam no território da Guiné nessa época e, com base nisso procederei a uma breve análise sobre as competências atribuídas ao poder tradicional e aos seus representantes nesse período, nomeadamente os régulos, os sacerdotes e os anciãos, sem prejuízo de a análise se estender aos períodos subsequentes a fim de proporcionar melhor compreensão sobre a inevitabilidade da existência de conflitos entre o poder colonial e o tradicional.

Nessa altura, na Guiné os régulos eram os únicos representantes máximos do poder tradicional, o que lhes permitia receber tributos, arrendar terras, celebrar acordos com outros reinos, praticar o comércio de longa distância e ainda proceder à julgamentos e aplicação de penas de acordo com as regras da em uso tradição em uso na sua comunidade. Isso demonstra o carácter centralista e absolutista do poder tradicional.

Um outro aspeto que caracteriza as autoridades tradicionais é a ausência de substituição. O poder tradicional é vitalício e hereditário e, mesmo em casos de incapacidade a substituição só se faz mediante a morte (natural ou provocada).

Contudo, sendo esta uma questão que requer um estudo particular, vou retomar a parte vou retomar à parte relativo às competências dos régulos. No que tange ao arrendamento de terras, consta de vários documentos oficiais sobre a colonização na Guiné que os próprios portugueses pagaram tributos aos reis Papéis²⁰ nos primeiros anos da sua estada na Guiné²¹. De acordo com a divisão periódica feita pelo sociólogo guineense Carlos Lopes, este período corresponde à primeira fase da colonização, a fase de contacto entre os europeus e os africanos na costa da Guiné, concretamente em Cacheu como se lê no excerto a seguir.

Vossa Alteza se intitula Senhor da Guiné, não tendo em toda aquela costa mais que uma pequena parte da terra, e o pior é que conserva V. A. porque paga um tributo ao Rei negro... que em espécie são quarenta quintais de algodão, 160 peruleiras de vinho, 180 cruzados em dinheiro; e a dinheiro importa tudo 569\$000 réis. (SILVA TEIXEIRA, *apud* LOPES, 1993: 103)

Ao analisar o excerto acima exposto, percebe-se algo mais que uma simples descrição de um facto, mas uma crítica persuasiva, suscetível de provocar uma viragem de página no tipo de relação que até então vinha sendo estabelecida. No entanto, os efeitos não tardaram a surgir, tanto a nível político como a nível militar. Pois, essa relativa sujeição dos europeus às autoridades tradicionais na Guiné nesse período, longe de ser um ato de reconhecimento da legitimidade do poder tradicional e dos reis negros, advinha da incapacidade de Portugal, no momento, desafiar essas autoridades que por sua vez dispunham de uma grande quantidade de guerreiros prontos a intervir caso as suas regras do jogo fossem postas em causa.

Ainda, para comprovar o exercício da soberania dos reis Papeis nessa fase da colonização temos a carta do comandante interino de Cacheu João Pereira Barreto de 27 de maio de 1786 dirigida provavelmente ao Governador de Cabo Verde, isso, por “Cachéo, Farim e Zeguichor” serem “distritos de Cabo Verde subordinadas àquele

²⁰ Grupo étnico nativo da Guiné, habitantes de Bissau e de toda a costa ao longo do rio Cacheu.

²¹ No cumprimento das suas funções diplomáticas, o *Soma* (régulo) celebrava acordos com outros reis para fomentar o comércio ou entrava em guerra com os povos vizinhos com a finalidade de conseguir honras para a sua corte e despojos para os seus guerreiros (FEIJÓ, 2012: 62).

Governo”, o seu conteúdo deixa transparecer o clima de tensão em que se vivia e o receio que os colonos tinham de virem a ser a qualquer momento atacados pelos “negros” e, por isso, o governador alertava para a necessidade urgente do envio de soldados e armamentos para proteger essas praças.

Conforme relata o Governador João Pereira Barreto, havia uma grande clivagem entre as duas esferas de poder e, não só, mas também havia a falta de coordenação e ordem entre os próprios agentes da dominação o que colocava os os guerreiros tradicionais estavam em vantagem como se lê no excerto.

Os nossos são Papeis, todos valerosos soldados e muito dextros nas armas, e são muito em número, que se húa povoação chamada Chur dentro de hua hora ao toque de um instrumento chamado bombalon podem por promptos para a peleja mais de sinco mil homens, como proximamente acontecéo por passar por aldeia deles um exercito de gentios que hião socorrer a outros inimigos de Chur. (Relação sobre o estado em que se encontram as praças de Cacheu (...) 27 de Maio de 1786). (LOPES, 1993: 125)

Entretanto, à medida que Portugal aumentava a sua capacidade defensiva face aos guerreiros nativos, essa aparente submissão às autoridades tradicionais começa a ser subvertida e a legitimidade destas passa a ser contestada pelos representantes de Portugal no território, resultando na perda da soberania dos régulos em favor dos colonos no plano político, económico e cultural²².

Os diálogos e monólogos dos personagens narrados colocam em disputa a dicotomia poder político colonial, com a sua cultura e língua consideradas de superstrato representadas pela D. Maria Deolinda, a patroa branca e pelo governador Cabrita, de um lado; do outro lado, o poder tradicional e a sua cultura tida como de substrato, representadas pela criada Ndani (Maria Daniela) e pelo régulo Bsum Nanque.

Silá faz um retrato irónico do conflito entre o poder tradicional e o poder colonial através do relato de acontecimentos profícuos em elementos que permitem a

²² O período que vai de 1850 a 1900-1920 é caracterizado por um certo equilíbrio das forças em presença: a colonial, por um lado, vivendo nas praças e presídios, e a africana, por outro, dominando o resto do território. As *daxas* baixam de forma regular até serem extintas (LOPES, 1993: 278).

Embora Portugal refira dominar ao território da Guiné, as rebeliões e contestações por parte das populações locais perduraram, em particular dos felupes (1918) e bijagós (1917 a 1925) (LOPES, 2010: 40).

análise de muitos dos vários assuntos decorrentes da expansão portuguesa e dos seus contactos com as populações da Guiné, assim como do processo de interação entre os representantes dos dois estratos culturais. Porém, interessa-me neste ponto analisar como consequências culturais decorrentes desse longo período de interação os seguintes aspetos: a perda de identidade decorrente da mudança de nomes de pessoas (nomes próprios) como condição para a obtenção do estatuto de civilizado; a ocupação de profissões desprezíveis com a nova ordem emergente e os nomes pejorativos dados a estas profissões (por exemplo, o uso da designação “criado/a” ao invés de empregada); a mudança da aparência e a construção de uma imagem estereotipada do negro, ou a introdução extremista de novos padrões de beleza que consideravam como feios e sem qualidades os trajes e penteados africanos; a imposição da fé católica e a teoria da salvação de almas como um dos elementos essenciais da “civilização”.

Como se pode observar num dos vários diálogos da patroa branca com a criada negra, havia uma tentativa desenfreada de convencer a criada a aceitar como sendo verdadeiras as teses que justificavam a colonização como sendo necessária e benévola para com os negros. Aliás imbuída de um propósito nobre – salvar as almas dos perdidos africanos. Como se pode depreender do discurso de Dona Linda, a “salvação das almas” também foi usada como pretexto para aquela que foi a mais desumanizante barbárie alguma vez cometida contra a humanidade – o deslocamento massivo de africanos em condições não apropriadas e violentas, a sua dizimação pelo choque com as condições geográficas de outros continentes, as incompreensões linguísticas e os choques com as culturas dos países e continentes para onde eram transportados, assim como a privação do direito à liberdade através da redução destes africanos ao estatuto de escravos.

O padre disse que os europeus vieram a África para salvar os africanos. Estás a ouvir Daniela? O padre ainda disse que dantes esta salvação consistia em levar os negros para longe, lá para as américas, onde não teriam nem as máscaras, nem as estatuetas que veneravam, e muito menos as árvores sagradas... Mas depois viu-se que este não era o melhor método e então tivemos nós europeus que vir para a África e ensinar a religião cristã e salvar as vossas almas (SILÁ, 2002: 38).

Porém a criada ouvia tudo, mas continua a não acreditar, pois a realidade prática não condizia com aquilo que ouvia da sua patroa. Ainda sobre essa “missão civilizadora”, convém lembrar que os teóricos do colonialismo português consideravam que os valores subjacentes a essa pretensa civilização eram bastante

caros e que os pretos colonizados deles tanto necessitavam e eram incapazes de os alcançar sem a sua benévola intervenção. No entanto, as leis que legitimaram a dominação colonial também se fundamentavam em pensamentos de supremacia racial e cultural dos europeus sobre os outros povos e da pretensa incapacidade dos negros se autogovernarem, como se pode constatar na tese do Visconde Paiva Manso²³, explicadas por Cristina Nogueira da Silva no seu supra citado livro, como se lê no texto a seguir: “A expansão colonial preservava o seu significado ético, com o correspondente dever de tutelar os povos atrasados, de os conduzir à civilização” (NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 26).

Embora constantemente alterada, a política colonial nunca perdeu o foco na conquista económica e na preservação da sua hegemonia cultural, conforme atestam vários dos vários estudos contemporâneos sobre a história do colonialismo em África, entre os quais as obras de Mahmood Mandani (1996) e de Farré, que fala das relações de poder em que se baseou a administração colonial, como se lê no excerto a seguir:

Independientemente de las diferencias que había entre los imperios coloniales, el derecho y la necesidad de explotar económicamente los territorios africanos fueron siempre las dos ideas fuerza que colisionaron hasta sintetizarse en un artefacto político-administrativo con características específicamente coloniales. Mientras el derecho instilaba una serie de valores civilizacionales sobre los que aparentemente se basaba la empresa colonial, la necesidad de conseguir beneficios económicos superiores a los gastos que suponía la conquista y colonización del territorio imponía una forma de actuar que era, como mínimo, poco acorde con los valores del derecho europeo que se proclamaba universal. (MANDANI *in* MARTINS, 2011)

Voltando ao caso específico da Guiné-Bissau, e sem prejuízo do uso de informações complementares em casos analógicos, vou passar à análise dos aspetos anteriormente referidos e como resultados da expansão colonial portuguesa na Guiné.

2.1. Mudança de aparência e da forma de apresentação

²³ Há porém duas leis supremas que regem os povos mais ou menos civilizados, logo que a onda sempre crescente da raça caucásica chega a alcança-los. Ou se retiram diante dela, e se aniquilam progressivamente em regiões afastadas, cercados e dizimados pelas misérias da expatriação... (V. Visconde de Paiva Manso (Levy Maria João) 1870, *in* NOGUEIRA E SILVA, 2009: 27).

Roupa de indígena o patrão branco não gosta... Tinha que ser tudo como o branco quer, com bandolete ou totós.

(SILÁ, 2002: 23; 43).

Para aceder ao meio social e cultural do colonizador (a *praça*²⁴), o negro tinha que se apresentar de maneira a agradá-lo, independentemente do conforto ou grau de satisfação em relação àquilo que era obrigado a usar. O colonizado tinha que se submeter ao padrão de beleza europeu, que lhe era totalmente desconhecido.

Penetrando o mundo das criadas de *A Última Tragédia*, em particular de Ndani enquanto criada, constata-se que não tinham vida própria, faziam tudo em cumprimento da vontade dos patrões. E isso não era novidade, pois na realidade essas lições de subserviência e subalternidade já lhe tinham sido dadas a Ndani pela sua madrastra quando ainda se encontrava em Biombo.

Ao longo do período de preparação para servir na casa grande constata-se que Ndani “Decorara tudo e aprendera inclusive algumas regras de comportamento que os patrões brancos exigiam dos criados pretos, maneiras próprias de responder, gestos indicadores de obediência e de subserviência” (SILÁ, 2002: 22). “O criado nunca deve olhar o patrão no rosto quando ele olha para o criado (...) roupa de indígena, o patrão branco não gosta” (*ibid.*: 23).

No entanto, torna-se relevante salientar que, não obstante Ndani ter recebido da madrastra um conjunto de informações em relação ao mundo dos brancos, ela não conseguia imaginá-lo de outra maneira que não fosse perfeito. Um mundo sem amargura nem tristeza, um mundo que no imaginário dela, se caracterizava pelo bem-estar, pela riqueza e pela perfeição. Porém, a realidade vivida ao entrar para o mundo dos brancos se revelou amarga e triste e rodeada de inúmeras tragédias, como a que a separou para sempre do seu amor.

Fazendo um paralelismo entre este aspeto descrito na obra em análise e a realidade vivida por muitos africanos, e especificamente de muitos guineenses que continuam a ver na Europa um lugar de paz, de liberdade e de realizações, será que é tão perfeito como o imaginam?

Em casa dos patrões brancos e na sua convivência com as outras criadas da praça, Ndani foi submetida a inculturação, ela foi obrigada a mudar de aparência: “Tinha que pentear o cabelo. Dona Linda não queria mais ver aquelas tranças de

²⁴ Designação dos centros urbanos.

indígena (...) Tinha que ser tudo como o branco, com bandolete ou totós” (SILÁ, 2002: 43).

As mudanças não eram acompanhadas de nenhuma forma didática, não havia ensino prévio, antes mandamentos a cumprir, no entanto verificava-se um enorme esforço das criadas em corresponder com as exigências que lhes eram feitas, tendo em conta que navegavam às suas custas sem nenhum conhecimento e por isso apresentavam o que tinham ao seu alcance. Não seria esse um dos motivos da criação de uma imagem estereotipada do negro, como que desprovido da noção de beleza? Voltando ao que Bhabha refere em relação à problemática da diferença durante o colonialismo, o conceito de “fixidez na construção da alteridade”, chega-se à seguinte conclusão: a falta de disposição e de interesse em estudar e conhecer o diferente conduzem à criação de ideias preconcebidas extremistas e levam a comportamentos ditatoriais. O colonialismo considerava os trajes e os penteados ocidentais como os únicos padrões de beleza aceitável, sem considerar que eles não constituíam o padrão de beleza no contexto africano. Além disso, os acessórios que se exigiam não lhes eram acessíveis devido à sua condição económica e social. Muitos deles não tinham posses económicas que lhes permitissem adquirir as roupagens condizentes com a imagem requerida pelo colonizador ou, no caso daqueles que tinham tais possibilidades, não estavam dispostos a fazer esse sacrifício, devido à ordem de valores que os caracterizava.

Este dilema marcava profundamente a vida de qualquer colonizado que entrava em contato com a civilização ocidental colonial. São inúmeros os constrangimentos inerentes, um dos quais está bem representado nas interrogações da Maria da Esperança, uma das criadas que servia em casa de colonos, a qual queria saber como fazer para se parecer com os brancos. Desesperada perante as exigências daquela sociedade e o desprezo daqueles que ditam as regras, pergunta para as amigas: “Como o meu cabelo não dá para amarrar atrás com totós, faço o quê com ele?”.

Prontamente a criada Maria Clara obteve uma resposta – “Põe postiço”. – “E isso é o quê?” (SILÁ, 2002: 43). A falta de acesso a informação ainda persistia, pois ela nem sequer sabia o que era um postiço. Nunca lhe foi mostrado antes, simplesmente era a regra e tinha que ser obedecida, como? Desenrascando-se.

No que tange às profissões ocupadas pelos negros nessa altura, os mecanismos de controlo e cerceamento de oportunidades eram muito eficazes e acabavam por conduzir à criação de um universo formatado daquilo a que o negro

podia aspirar e consequentemente à construção de estereótipos ligados ao estatuto social do negro. Eram profissões marginais, por serem mal remuneradas, e consequentemente conduziam a uma baixa categoria social.

Ora, a medida que isso durava os próprios negros passaram a assumir esses estereótipos e a não aspirar além desse universo; é o que constatamos no início deste romance ao longo da preparação da menina Ndani para a vida de *praça*. O objetivo era ser criada de branco.

Embora tendo a noção de outras coisas que se podia fazer, a sua madrastra tinha um pensamento formatado, na sua opinião as coisas boas eram para os brancos, aos pretos bastava ser criado em casa de brancos. Esse pensamento estereotipado e conformista que coloca o negro na situação de inferioridade, em certos casos traduziu-se num dado adquirido de que o negro só serve para ser criado de branco, não podendo aspirar a algo melhor. É o que se pode constatar na atitude e nas palavras da madrastra de Ndani. Como aponta alguns estudiosos como Frantz Fanon na sua célebre obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Wieviorka na sua colocação da alteridade e outros estudiosos do multiculturalismo, a sobreposição de uma cultura sobre as outras e a deturpação da imagem do Outro da cultura dominada contribuem para a pobreza e incapacidade daquele que é dominado se realizar.

Voltando ao comportamento da madrastra de Ndani, o seu papel na instrução da menina para a inserção no novo mundo não procurou contrariar a ordem pré-estabelecida, imposta. Embora podendo fazer outra escolha, aceitou como um dado adquirido a condição de criada, e da mesma forma não lutou contra a imposição de ser a sexta esposa do pai de Ndani. Esta mulher, a madrastra, é uma figura importante que mais tarde vamos encontrar em *Mistida* como a Mama Sabel, ela se caracteriza pelo seu conformismo, pela sua benevolência, amor e abnegação, típico da mulher guineense, sofredora, embora com grande potencial, muita das vezes com capacidades superiores a de alguns homens que o rodeiam, mas nunca tem opinião própria, aceita tudo o que se diz cultural e tradicional.

2.2. Mudança dos nomes

Entre outros constrangimentos causados pela atitude impositiva do colonizador, um bastante caricato a que eram obrigados os nativos como uma das condições de acesso à convivência com os colonizadores (viver como criada na casa grande ou trabalhar nas empreitadas) é a mudança de nomes.

Normalmente essa mudança não é precedida de um processo didático que inclui aprendizagem ou tolerância; ela acontece de forma brusca e impositiva, acompanhada de métodos coercivos sem espaço para contestação. Ora, sendo o nome uma componente cultural identitária, a sua mudança aniquila toda a história à volta dela e da pessoa em causa. Como se pode constatar no excerto a seguir: “Como é que te chamas... o teu nome caramba! Ndani. Como é que é. Dânia?... Mas este é um nome russo, nome comunista. Ave-maria!.. O teu nome vai ser Daniela, ouviste? A partir de hoje, tu és Daniela, Da-ni-e-la. Maria Daniela e mais nada” (SILÁ, 2002: 30).

Silá, a partir da experiência vivida, faz um retrato dramático daquilo que teria sido o sofrimento da personagem Ndani, quando pela primeira vez foi introduzida na presença da patroa branca, que logo a interrogou sobre o seu nome e no mesmo instante que faz uma interpretação destorcida daquilo que ouviu, partindo de um pressuposto baseado numa ideia preconcebida de supremacia cultural, muda-lhe o nome.

A saga de Ndani, cujo drama foi narrado neste romance, poderia ter sido a história de muitos negros que durante a colonização interagiram diretamente com o colonizador, seja na relação criada/senhora, empregado/patrão ou através da incipiente inserção social por meio da assimilação/civilização e/ou cidadania, assim como no acesso aos poucos benefícios que dela advinha, como é o caso do acesso à escola profissionalizante. Esses negros viram os seus nomes mudados de forma instantânea. Ora, se não havia sequer o consentimento dos negros nessas mudanças, pior é ainda a ignorância que os assaltava quanto ao significado dos novos nomes que lhes eram atribuídos.

A *Última Tragédia* proporciona ao leitor a possibilidade de conhecer e perceber o impacto que as diferentes estratégias de dominação adotadas pelos colonialistas portugueses produziram na vida e na sociedade daqueles que a viveram. O trauma resultante da perda de identidade através da mudança brusca e involuntária de nomes constituía, entre muitos outros, um passo para a destruição da identidade e da consciência cultural do guineense.

Em Bissau e nas cidades do interior, ainda nos dias que correm, não é raro encontrar nomes do tipo: “António Mamadú”, “João Bácar”, ou ainda um “Okante Nanque” que passa a responder pelo nome “João da Silva” ou um Braima que passa a “José Braima”. A intenção do colonialismo português era substituir todos os nomes cuja origem não era da sua cultura. Esta tentativa logrou algum êxito na sua incidência

sobre as populações animistas. Porém, no caso das etnias já islamizadas, talvez por resistência motivada pelo fator religioso ou em virtude da aliança destes com os colonizadores, aos nomes tradicionais (em muitos casos de inspiração corânica) acresciam-se nomes portugueses, numa ordem que normalmente coloca este último em primeiro lugar, sem contudo os eliminar.

Tudo isso era feito em nome do dever ético de “civilizar” e tutelar os povos mais ou menos atrasados²⁵. Essa explicação é dada por D. Maria Deolinda, a patroa da Ndani: “A gente vem para este inferno para civilizar-vos.” (SILÁ, 2002: 30). Independentemente de qualquer benefício que a “civilização” europeia possa ter trazido para o povo da Guiné, a mudança de nomes das pessoas pelos colonizados era um arbítrio, um ato sem qualquer conteúdo útil; pelo contrário, é um atentado àquilo que o ser humano tem de mais sagrado – a sua identidade.

2.3. A imposição da Fé Cristã

A conversão e prática da fé cristã era um dos condicionalismos a observar para o acesso à civilização, pois a religião cristã católica funcionava como um elemento coadjuvante para a consolidação da “missão civilizadora”, embora a igreja procurasse enaltecer a salvação de almas. A adesão a esta “fé salvadora” pregada durante a colonização, ao contrário daquilo que se supunha ser, era só uma mais-valia para se tornar civilizado. Daí que as pessoas não aderiam a ela por experimentarem a fé, antes a praticavam como um mero instrumento de acesso ao estatuto de civilizado e consequentemente aos benefícios a ele inerentes.

Assim, ao longo de décadas, na Guiné, ser civilizado era sinónimo de ser cristão e vice-versa, tanto assim que há um número considerável da população que usa a cristandade como uma identidade étnica, não pelo facto de serem fiéis praticantes desta religião, mas sim como forma de provar o seu estatuto de civilizado. Quando se

²⁵ Na literatura jurídica dos séculos XIX e XX o conceito de *indígena* tinha uma marcada conotação racial, já que quase sempre se acrescentava à naturalidade e cultura, enquanto variáveis identificadoras da raça dos *indígenas*. (...) A partir da segunda metade do século XIX, essa “missão civilizacional” passou a fundamentar-se, de um modo cada vez mais claro, em teorias evolucionistas sobre a história biológica da humanidade, teorias que justificavam, em termos éticos, mas também científicos, a conquista e a tutela dos povos mais “atrasados” pelos povos mais “avançados”. Nessa altura à superioridade civilizacional dos europeus acrescentou-se a sua superioridade “racial” biologicamente determinada, explicando o seu impulso expansionista em direção a territórios situados fora da Europa (NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 23, 25).

quer saber a franja da sociedade a que pertencem, respondem simplesmente “sou cristão”. Por outras palavras, querem dizer sou civilizado segundo o modelo europeu.

No entanto, o evangelho pregado durante a colonização, pelo seu elevado grau de cumplicidade com os objetivos “civilizacionais” alheios à própria prática da fé e do ensino de Deus, continha uma mensagem mais focalizada nos aspetos formais da cristandade, sacramentos (na perspetiva que agrada ao sistema colonial), de modo que os seus efeitos se reduziram à produção de um “homem civilizado” mas não transformado em termos de crença, e muito menos convicto da sua salvação. E o resultado foi a proliferação de crenças, a insaciedade e pobreza espiritual. Conforme se lê nesta análise feita pela criada Ndani, uma comparativa entre os dois ângulos da pirâmide, ou seja a parte material e espiritual da colonização, “ir à missa ou à catequese era é como lavar prato sujo, um trabalho que criado tinha que fazer por obrigação” (SILÁ, 2002: 50).

Embora a patroa tentava fazê-la crer o contrário, ela sempre questionava a razão pela qual tinha que ir à missa. A patroa ainda lhe ensinara que a razão pela qual os negros eram em tempos levados para longe (escravizados), era para pararem de adorar as “estatuetas”, e que o deslocamento constituía um passo para a salvação. Porém, aos olhos desta criada, as bonecas (estatuetas de barro) que se encontravam na igreja não eram muito diferentes das que havia na sua tabanca debaixo dos poilões e que eram adoradas pelos negros. No entanto, a semelhança encontrada por Ndani entre “santos” representados por bonecos e as “estatuetas” fez com que a criada Ndani nunca acreditasse no deus de que se falava na Igreja, assim como não acreditava nos *Irans* e, para justificar a sua descrença afirma mais tarde o seguinte: “Mas igreja é coisa de branco, o Deus deles é que estava lá dentro... não havia nada de preto lá” (SILÁ, 2002: 50).

Em suma, o catolicismo como instrumento ao serviço do colonizador desvirtualizou-se, trazendo mais pobreza espiritual.

Consequentemente, até aos dias que correm esta religião continua a ser vista por alguns setores da sociedade como a religião dos “civilizados” ou um mecanismo para ser visto como tal, e, curiosamente, o sincretismo nele identificado pela criada Ndani ainda teima em persistir na vida da maioria dos seus seguidores. No entanto, a sua prática, no entender destes, não dispensa a prática e obediência à religião tradicional africana, das árvores sagradas, das statuets e dos *irans*. Sem prejuízo de realçar a existência de prática genuína da religião cristã católica por parte de alguns

africanos da Guiné, contudo na sua maioria dos casos é feita uma simbiose, uma fusão entre algumas práticas da religião africana com a religião católica. Aliás, não é novo, pois, desde o princípio a conversão e prática da fé católica pelos novos cristãos era visto com algum receio por parte do colonizador, conforme se lê no excerto a seguir:

O “princípio da incerteza” que existia em torno do estatuto das populações nativas do ultramar manifestava-se, também, no que dizia respeito a religião. Algumas dessas populações tinham sido cristianizadas, mas outras não eram cristãs. E nem sempre era fácil distinguir entre as que o eram e as que o não eram. (...) Achava-se que ali se praticava uma religião cristã “deturpada” (...) essa incerteza relativamente a religião praticada por essas populações era muito des-identificadora. (NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 179)

Com o passar do tempo, com a modernização das culturas e da sociedade as suspeitas são comprovadas, pois, actualmente, a religião é por um lado, praticada em função das necessidades do momento, assistindo-se a uma fusão quase perfeita dos elementos e das práticas das duas crenças no mundo cristão católico guineense. Por exemplo, quando é para mostrar que se é da cidade, pessoa culta e/ou “civilizado”, o indivíduo se submete aos rituais da igreja, ao batismo, à comunhão, à crisma e até ao casamento religioso. Porém, quando é para tratar dos assuntos que envolvem a saúde, conquista de posses etc., a mesma pessoa se sujeita às práticas não católicas, da religião tradicional, “gentias”, como se considerava as cerimónias de *toca choro*²⁶, do *fanado*, da *rónia*²⁷ e tudo quanto são práticas desta religião. Contudo, considera-se cristão.

Para concluir, diria que as considerações da criada abrem caminho para a discussão do conceito de idolatria, da soberania de Deus sobre todos os seres humanos e ainda, do lugar de adoração segundo o entendimento dos negros e dos brancos. Porém, vou utilizar as palavras do sociólogo e crítico senegalês Mohamadou Kane para dizer que a análise destes factos e a sua realidade no quotidiano guineense coloca-nos perante “o realismo africano”²⁸.

²⁶ Cerimónia que marca a transição da pessoa falecida do mundo dos vivos para o sobrenatural, atribuindo-lhe uma qualidade espiritual ancestral para os membros da sua linhagem.

²⁷ Cerimónia de consagração ao *iran* para desempenho do ministério sacerdotal.

²⁸ “A característica de a ficção ser geralmente construída sobre um fundo histórico, verdadeiro (coexistindo como que duas histórias paralelas, sendo uma ficção e a outra realidade), levou a que os críticos literários e africanólogos tivessem visto aí um particularismo estilístico que passaram a designar de *realismo africano*” (KANE, 1983: 61).

2.4. O assimilacionismo e a ausência da Educação

A expansão colonial preservava o seu significado ético, com o correspondente dever de tutelar os povos atrasados, de os conduzir à civilização.

(NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 26).

A política assimilacionista, assim como a designação “províncias ultramarinas” adotada para os territórios dominados de África era uma questão puramente terminológica, que não comportava mudanças substanciais nas relações político-administrativas. Os povos do ultramar enquanto africanos colonizados foram iludidos com um conjunto de pacotes reformistas que parecia ser uma possibilidade de o colonizado finalmente ser igual ao colonizador, “ser cidadão português”. Porém, na realidade não passava de mais um estratagema de dominação e fortificação do poder colonial com vista à eliminação radical da resistência que, segundo Amílcar Cabral, era nada mais que um conjunto de “reformas cosméticas”. No entanto, como se lê no excerto a seguir, essa política foi adotada com o objetivo de substituir formal e não substancialmente a condição que até ali tinha sido reservado ao colonizado, daí que :

Em 1951, o regime colonial português procedeu à “reforma” da constituição e à revogação do Acto Colonial. Na sequência disso, a designação de “Império Colonial” cedeu lugar à de “Províncias Ultramarinas”. Desta maneira Portugal continuava a defender o conceito de “unidade política e solidariedade económica de todos os territórios portugueses”, da “assimilação espiritual das populações não metropolitanas” e a ideia de que o ultramar fazia parte integrante do território português. Tentava, assim, desesperadamente escapar aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, designadamente, ao art.º 73. (SOUSA, 2012: 164)

Conforme consta do excerto supracitado, a teoria assimilacionista era mais uma tentativa de escapar ao imperativo da descolonização, tentando com isso a unificação dos territórios com vista à criação de uma nação portuguesa vasta, que lhe iria permitir manter a domínio e continuar com a exploração económica, pois na realidade havia muitas desigualdades em termos de garantia da liberdade, da proteção dos direitos e o cumprimento dos deveres entre os cidadãos dessa pretensa nação portuguesa.

No entanto os objetivos da Nação unitária eram puramente administrativos, e conduziram ao monopólio por parte da metrópole e o uso dos recursos materiais e humanos desses territórios em proveito próprio. Por isso, a assimilação foi desde

sempre contestada pelos intelectuais do ultramar, conhecedores das diversas realidades que compunham os seus territórios. Os deputados do Brasil, por exemplo, invocaram tratamentos diferentes para os seus povos, considerando as especificidades culturais e linguísticas que constituíam obstáculos ao sucesso de qualquer imposição cultural, religiosa ou linguística. Contudo, nem todos aqueles que se opunham a essa política tiveram as oportunidades de que necessitavam para levar mais longe as suas reivindicações, como foi o caso dos representantes da colónia da Guiné. Esta província só viria a ter deputado no parlamento português a partir da década de 60 do séc. XX²⁹. Porém, considerando as vantagens que a participação dos próprios “filhos da terra” tornados assimilados iriam trazer para a consolidação do domínio colonial, essa política foi defendida de forma radical.

Os deputados mais radicalmente integracionistas extraíram, de forma implacável, todas as consequências da ideia unitária de Nação (...) Foram estes, sem dúvida os primeiros (e talvez) os únicos teorizadores de uma política de *Assimilacionismo* uniformizador e radical para as partes ultramarinas do território Português (NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 118).

A assimilação trouxe consequências que podem ser graves em vários domínios da vida política e sociocultural das populações da Guiné; as questões da segregação e o agrupamento de populações em estratos, em termos culturais e em termos administrativos.

Culturalmente, essa política representava uma tentativa de reificação dos pretos colonizados e visava esculpir estes à imagem do colonizador, contudo uma imagem distorcida por falta do conhecimento necessário à compreensão clara dos códigos culturais portugueses, uma questão bastante profunda, pela ausência de liberdade e condições necessárias para os assumir de forma independente. Ao passo que, administrativamente, a política assimilacionista representava a consolidação do domínio e o controlo absoluto sobre todos os territórios e suas riquezas, conforme afirma Cristina Nogueira Galvão na sua supracitada tese sobre o *Constitucionalismo no Ultramar Português*: essa política “tinha por objeto esses territórios, mas não as suas populações nativas”. Pois o seu objetivo não era a igualdade de direitos, oportunidades e deveres, muito menos a elevação do nível de vida das populações da Guiné, antes a oferta de um novo nome e a atribuição de uma peça de identificação que

²⁹ Benjamin Pinto Bull, mestiço anglo-guineense, era professor de português no liceu Van-Vollenhoven de Dakar e irmão do deputado da Guiné portuguesa na Assembleia Nacional de Portugal, Jaime Pinto Bull (DJALÓ, 2012: 256).

não só por si não alterava em nada na relação de poder anteriormente existente se não fosse acompanhada de políticas que permitissem a autonomização do pensamento e a igualdade de oportunidades com os cidadãos da metrópole. Ela acaba por ser uma ilusão, uma maneira de manter essas populações em “suspense” ou em estado de inércia (LOPES, 1993: 206).

É curioso que na Guiné, face à vitória do exército colonial sobre todos os focos de resistência anteriormente existentes, principalmente com a conquista de Canhabaque, o último reduto de resistência étnica, seria de esperar que a política assimilacionista fosse bem aceite, porém tal não foi o caso³⁰. A assimilação não conquistou muitos fãs, e a maioria da população continuou com o estatuto de indígena, quer pelos vários condicionalismos impostos que denunciavam uma falsa integração dos colonizados, quer pela preservação da identidade cultural.

A dominação colonial portuguesa assentara na sujeição das chefias tradicionais dos grupos islamizados (fulas e mandingas) e o controlo de uma minoria assimilada que Cabral definia (...) como “aqueles filhos” da Guiné que de acordo com “a lei portuguesa sabiam ler e escrever viver à maneira dos tugas”. Segundo ele era com esses que os portugueses contavam intensificar a sua dominação (SOUSA, 2010: 287).

As constatações feitas por Cabral revelam um conhecimento profundo da filosofia do colonialismo português na Guiné, fruto da sua experiência de vida e elevado nível de conhecimento adquiridos através de uma cultura política experimentada. Os seus discursos descortinavam os objetivos da adoção de certas políticas para a colónia da Guiné, contribuindo não só para a formação da consciência revolucionária contra a dominação colonial, que infelizmente conduziu à luta armada, mas também para o despertar de outros mecanismos de resistência, que aliás já vinha de longe – por exemplo, a resistência cultural e linguística cujo impacto foi igualmente decisivo para a libertação contra o domínio português.

³⁰ “Quase quinze anos depois dos acordos da Conferência de Berlim, e de mais de quatro séculos de ‘possessão’, a soberania portuguesa permanecia quase nominal. As campanhas de ‘pacificação’ que antecederam a Conferência de Berlim, até agora estavam mais crivadas de ‘tragédias’ do que de triunfos. Os chamados ‘gentios’, que recusavam firmemente ser subjugados, não agiam, obviamente, em conformidade com as declarações de Berlim (as quais desconheciam totalmente), mas reagiam sim às centenárias posturas imperialistas dos portugueses” (MENDY, 1992: 42). “Esta longa tradição de resistência remonta aos primeiros anos de contacto com os portugueses e não só culminou com a declaração do Estado independente da Guiné-Bissau, mas também contribuiria significativamente para a queda da ditadura fascista em Portugal, em 1974, a independência de Cabo Verde, em 1975, e o desmantelamento do Império Colonial Português.” (*ibid.*, p. 54)

Voltando à questão da desigualdade entre os cidadãos, na realidade os povos da Guiné, seja os considerados “indígenas”, seja os “assimilados”, não beneficiavam de tratamento igual ao dos portugueses. Pois estes, independentemente do seu lugar de nascimento e mesmo tendo baixo ou nenhum grau académico, eram considerados perante a lei portadores da cultura superior e legítimos senhores da administração pública e do Estado.

O acesso à administração pública era bastante controlado e baseava-se na discriminação racial, pois ainda que houvesse um preto que, por outras vias, conseguisse ultrapassar o filtro do analfabetismo e ter formação superior, não lhe era permitido chefiar serviços, apesar da sua qualificação académica ser superior ou igual à de um português. Foi o que aconteceu com Amílcar Cabral “quando, pouco depois de terminar os seus estudos, concorreu para um lugar na Junta de Colonização Interna e não conseguiu o lugar” (SOUSA, 2012: 162)³¹.

A discriminação era muito forte, sendo que o aspeto mais devastador e um aspeto particular do colonialismo português na Guiné é a ausência da educação, marcada pela sua chegada tardia e pelo seu carácter discriminatório e rudimentar. Infelizmente, a chegada tardia da educação teve um impacto negativo na nova nação emergente. Pois a educação é, além de mais, um instrumento de suma importância para a modernização de qualquer cultura, de qualquer sociedade, e consequentemente de qualquer país.

A educação rigorosa, qualitativa e inclusiva, sem distinção de classe ou estatuto social, seria um dos mecanismos indispensáveis ao sucesso da teoria assimilacionista.

Entretanto, as explicações para esse mal que o colonialismo provocou na Guiné e que consiste na denegação do direito à educação às populações podem ser várias, desde a forte resistência à dominação enfrentada pelos portugueses, as guerras, até aquelas que consideram a Guiné como colónia de não povoamento. Ora, seja quais

³¹ O simples facto de se atingir o estatuto de elite por via da educação não abria necessariamente as portas do emprego na administração pública, e quando as abria, nunca era em situações de igualdade. Embora não houvesse “leis raciais”, a ideia de que, em certas condições, o facto de se ser de “raça negra” levava a uma situação de subalternidade, era sentido, justa ou injustamente por negros ou pelos seus amigos. Assim o sentiu, por exemplo, o seu colega e companheiro de carteira dos tempos do Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Lisboa, José Sousa Veloso, autor da já referida caricatura de Amílcar Cabral no *Livro de Curso*. Em entrevista a nós concedida em 2004, afirmou o seguinte, em relação à exclusão de Amílcar Cabral no referido concurso: “Cabral estava em melhores condições que os restantes candidatos para ocupar o lugar, mas não o conseguiu porque era negro” (SOUSA, 2012: 162).

forem as razões desta omissão, o resultado dessa política teve e continua a ter reflexos negativos no percurso político e social deste país³².

2.5. Consequências durante e após a conquista da Independência

Os objectivos da educação indígena se limitavam a um contacto sumário com a língua portuguesa e ao conhecimento de rudimentos de cálculo.

(KOUDAWO, 1993: 71)

À luz das consequências da ausência da educação durante o processo da assimilação, vou analisar os seus efeitos na vida do povo da Guiné-Bissau e na sua dinâmica política durante e após a independência. Conforme aponta Koudawo no seu ensaio intitulado “A independência começa pela escola”, a assimilação dos povos da Guiné “foi marcada por incongruências entre a teoria e a prática resultante de medidas discriminatórias adotadas pela administração colonial durante este processo” que se consubstanciam na aplicação de métodos coercivos baseados em discriminações, humilhações e inferiorização dos colonizados, pondo de lado a instrução. E, quando se decidiu pela sua implementação, esta decisão chegou muito tardiamente e o acesso a ela foi de tal modo seletivo que quem não era assimilado não tinha acesso, e mesmo sendo assimilado, o nível de instrução disponibilizado não era igual ao do civilizado. No entanto, segundo afirma o sociólogo Fafali Koudawo no texto supra citado, a educação dos indígenas tornados civilizados tinha objetivos pouco proveitosos para os colonizados.

Estes objectivos modestos fundamentavam outras características da educação colonial portuguesa tais como: a ruralização do ensino, a limitação do ciclo de Ensino rudimentar a quatro anos equivalente a três do Ensino primário dos civilizados; o fraco engajamento da administração colonial e a modicidade crónica dos meios à disposição

³² Em 1951, o regime colonial português procedeu à “reforma” da constituição e à revogação do Acto Colonial. Na sequência disso, a designação de “Império Colonial” cedeu lugar à de “Províncias Ultramarinas”. Desta maneira Portugal continuava a defender o conceito de “unidade política e solidariedade económica de todos os territórios portugueses”, da “assimilação espiritual das populações não metropolitanas” e a ideia de que o ultramar fazia parte integrante do território português. Tentava, assim, desesperadamente escapar aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, designadamente, ao art.º 73. Em 1956, quando foi pedido a Portugal para responder se possuía ou não territórios não autónomos, o Governo português respondeu que não tinha nenhum território com aquelas características (SOUSA, 2012: 164).

da formação; o papel preponderante dos missionários, mais inclinados a evangelizar do que a escolarizar. (KOUDAWO, 1993: 71)

No entanto, por mais que o assimilado se esforçasse, não lhe era permitido sequer aspirar a profissões que lhe granjeassem estatuto superior, por exemplo ser médico, jurista, professor, padre, etc. Portanto, essa política foi concebida para manter o colonizado sempre na subalternidade³³, o que, aliás, segundo Koudawo era o objectivo principal da criação da política assimilacionista.

Desde o início da conceptualização da sua acção colonial, Portugal proclamou a assimilação como princípio e objectivo da sua presença ultramarina. Porém, instituiu em 1926 duas categorias distintas de colonizados, os indígenas e os assimilados ou civilizados, e criou as bases de uma escola selectiva, fortemente discriminatória, cujas estruturas rigidamente hierarquizadas e mutuamente pouco permeáveis, eram o Ensino rudimentar e mais tarde o Ensino de adaptação, destinados aos indígenas; o ensino primário reservado aos civilizados (filhos de colonos ou de assimilados), que tinham o direito exclusivo de acesso ao Ensino secundário, cujo primeiro e único liceu oficial nasceu tardiamente em 1958. (KOUDAWO, 1993: 70)

Daí que após a independência o quadro estatístico de guineenses com formação superior fosse muito pobre. Os dispositivos criados nesse período visavam controlar e não permitir que os assimilados tivessem condições de vir a assumir os seus desígnios políticos e administrativos, antes eram preparados para desempenhar as funções subalternas que lhes foram desde sempre reservadas.

Torna-se relevante a reprodução de um diálogo entre as patroas Dona Margarida e D. Maria Deolinda no qual se discutia a questão da pertinência ou não da escola para pretos. Nele pode-se constatar duas posições do mesmo paradigma: uma

³³ Nós não temos palavras para falar sobre nossa opressão, nossa angústia, nossa amargura e nossa revolta contra o esgotamento, a estupidez, a monotonia, a falta de sentido de nosso trabalho e de nossa vida [...]. E nós não temos palavras para dizer tudo isso porque a classe dominante monopolizou não apenas o poder da tomada de decisões e da riqueza material; eles também monopolizaram a cultura e a linguagem. (GORZ, ANDRÉ in SILVA FIGUEIREDO)

bastante radical, contrária ao acesso à escola aos pretos, e outra mais flexível e moderada que parecia favorável aos pretos:

Já disse várias vezes. Escola para indígena é só confusão. Preto que sabe ler é anarquista”. “Não fale assim, Dona Margarida ... A senhora bem sabe que essa gente só vai aprender o mínimo necessário para servir à nossa causa. Só isso e mais nada! (SILÁ, 2002: 55 e 56).

Nesta passagem temos a reprodução fiel dos ideais do assimilacionismo, uma constatação clara de que as filosofias coloniais sejam elas provenientes do estado ou das autoridades eclesiásticas não beneficiavam os colonizados, considerando que, mesmo após a implementação do estatuto do indígena o tipo de conhecimento eram disponibilizado ao “negro” era rudimentar e não lhes permitiriam ultrapassar o filtro da subalternidade. No entanto, sendo a educação de qualidade um mecanismo fundamental para a libertação e independência do homem em todas as suas vertentes, ou seja: seja da capacitação para a uma melhor escolha, tomada de decisões, criação de riqueza convista a auto-sustentabilidade e independência económica, contudo, este bem imaterial foi desde sempre negado ao colonizado guineense.

Portanto, neste aspecto, há um diálogo entre as constatações de Fafali Koudawo no seu supracitado ensaio e o retrato ficcional que Sila nos apresenta neste em *A Última Tragédia*, que tange “o fraco engajamento da administração colonial e a modicidade crónica dos meios postos à disposição da formação; o papel preponderante dos missionários, mais inclinados a evangelizar do que a escolarizar” (KOUDAWO, 1993: 71). Assim como, a ausência de financiamento para cobrir às despesas do ensino.

Assim, fica patente que a política assimilacionista na Guiné só era visível nos aspetos exteriores da cultura, como por exemplo formas de vestir, de ornamentos, etc., mantendo intactas as convicções e outras realidades essenciais ao progresso económico e científico.

As experiências das criadas de *A Última Tragédia* revelam a gritante carência da educação que se fazia sentir na Guiné à data dos acontecimentos narrados no romance, sem querer ignorar algumas contribuições valiosas deixadas pela cultura europeia e concretamente a portuguesa na sociedade e na cultura guineense, como resultado do esforço de muitos. Contudo, a meu ver, o resultado deste esforço podia ser diferente e mais bem conseguido, caso fosse acompanhado da educação qualificada

e inclusiva, da formação sem displicência e discriminação. Infelizmente, a política assimilacionista levada a cabo pelo regime colonial teve como resultado um vendar de olhos e mentes dos povos da Guiné à ciência e ao saber.

É verdade que o colonialismo já deixou de existir há mais de quatro décadas, tempo suficiente para que o povo guineense possa reparar essas desvantagens. Contudo, também não é menos verdade que a falta de educação de uma geração não é algo que se compensa num curto espaço de tempo como são os 40 anos da existência da Guiné-Bissau e, quando se trata de governantes, ou seja, de uma classe política que assume a governação de uma nação emergente as consequências podem ser bastante graves ou desastrosas como estas em que vive o povo da Guiné-Bissau. Daí a persistência das indagações quanto às razões dos problemas ainda prevaletentes na política e na sociedade guineense. Quais as causas? É a falta de recursos naturais geradores de riqueza? É o número de etnias que o país tem? Ou o resultado apenas do fator pobreza?

Para as duas questões a resposta é uma só! Não. Pois existem exemplos de países multiétnicos com uma maior diversidade cultural que a Guiné-Bissau, assim como há outros com menos recursos económicos e que se encontram em estágios de desenvolvimento mais avançados do que a Guiné-Bissau. Porém, a diferença é que nesses países a transição do Estado colonial para o não colonial foi assegurada por uma elite intelectual, tanto no Governo como no exército.

A República de Cabo Verde é um exemplo, pois ali a escola foi implementada mais cedo e gerações anteriores à luta já sabiam definir os objetivos que visavam o bem comum e isso tornou a situação bem mais fácil de gerir. Não obstante a Guiné-Bissau possuir mais recursos naturais susceptíveis de gerar riquezas e bem-estar às populações.

É claro que a Guiné tem as suas particularidades pela sua característica multiétnica e diversidade de crenças que não é o caso de Cabo-Verde. Contudo, a sua situação poderia ser diferente para melhor, como é o caso de Angola e Moçambique, que também são países multiétnicos e igualmente passaram por guerras civis.

Porém, os governantes do Estado independente e os seus agentes não foram capazes de melhor. É verdade que após alguns anos de independência o número de quadros formados aumentou significativamente, contudo não se efectuaram reformas no aparelho do Estado de modo a permitir novas visões e filosofias modernas no exercício da autoridade, e como resultado, o país ainda continua a ser governado

por analfabetos cuja prioridade não é desenvolvimento da educação, pois este continua a ser o setor mais desfavorecido da sociedade tanto no plano político como científico.

Após a análise desses factores, pode-se afirmar que, ao contrário do que se tentou justificar ao longo dos séculos, que o colonialismo tinha objetivos não marginalizantes, não exploradores, e muito menos desumanizantes, antes beneficentes aos povos colonizados, o colonialismo não passa de um grande desastre da humanidade. Com efeito, por trás dos discursos bem elaborados e aparentemente bem-intencionados, escondia-se uma crueldade planeada ao pormenor, como escreve Isabel Nogueira da Silva na abordagem que faz do constitucionalismo português em África. E, relativamente às teorias em que se assenta o colonialismo português e das leis que a sustentam afirma o seguinte:

Da lei do aniquilamento progressivo e da lei da incorporação lenta. Ambas são diferentes manifestações de uma outra lei secreta e inevitável, a da degenerescência da raça indígena, lei independente da vontade humana e verdadeiramente providencial. (NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 26-27).

Essas leis elaboradas por teóricos do colonialismo serviam para sustentar as políticas traçadas para a contínua dominação dos povos de África. Aliás, se analisarmos a Constituição Portuguesa da época e as demais legislações do dito Ultramar descobrimos de forma flagrante que as normas dirigidas aos pretos “indígenas” eram constantemente alteradas de forma a mantê-los sempre na condição de subalternidade. Pois, estes, ainda que cumprindo todos os requisitos exigidos, nunca chegavam a ter os mesmos direitos dos portugueses³⁴.

No caso da Guiné, os mecanismos de dominação traduzidos pela assimilação não só visavam a aniquilação do poder tradicional, mas também, constituíam uma verdadeira tentativa de aniquilação de uma civilização que tinha na cultura tradicional e no *Nassin* ou *Adjúg*³⁵ o seu expoente máximo, a fim de

³⁴ A ideia de que o nativo africano livre era cidadão não existia no pensamento constitucional português (NOGUEIRA DA SILVA, 2009: 23).

³⁵ Termos manjacos para “régulo”. Na Guiné-Bissau cada etnia possui uma designação específica para régulo ou rainha na sua língua, e o termo *régulo*, embora sendo uma palavra portuguesa usada pelos colonialistas para designar os reis africanos, é a mesma existente na língua nacional, o crioulo, e desempenha a mesma função anterior. No que tange à existência ou não dessa figura máxima da autoridade tradicional guineense, o régulo está presente na hierarquia social de todas as etnias da Guiné, com a exceção dos Balantas, que possuem uma “sociedade de estrutura horizontal” (CABRAL, 1977:20)

transformar os colonizados, em indivíduos reificados, sem identidade própria e sem cultura.

Entretanto, essa visão estereotipada do “negro” propagado pelos ideólogos do colonialismo ainda não foram completamente ultrapassadas pelo tempo. Com efeito, se olharmos para a realidade dos africanos atualmente residentes na Europa (emigrantes e seus descendentes nascidos na Europa) descobrimos que poucos conseguem ultrapassar o filtro da subalternidade, tendo em conta o conceito Gransciano.

Pois, se o acesso aos mecanismos que possibilitam a ascensão a classe média e alta ainda continuarem inacessíveis aos afrodescendentes, considerando que os cursos superiores são bastante caros, o que coloca os jovens africanos, e guineenses em particular, numa situação de limitação, visto que os pais se ocupam de profissões cuja remuneração não ultrapassa, na maioria dos casos, o salário mínimo nacional. No entanto, perante este cenário, a única alternativa que se apresenta a muitos jovens é o abandono a escola e o enveredamento pelo trabalho, trabalho doméstico, igualmente mal remunerados. Dentro desse vasto grupo, ainda há uns que procurando alternativas fáceis se enveredam pelo tráfico de estupefacientes, vidas marginais e em caso de meninas se entregam à gravidez como meio de conseguir apoios do Estado através de políticas sociais. Ora, os benefícios auferidos por essa via continuam a ser insuficientes para suprir a necessidade de assegurar a educação dessas crianças o pagamento de propinas e outras despesas inerentes à formação superior e criam agravante a precariedade.

Entretanto, ainda põe-se o problema da ruralização dessas comunidades sem oportunidades de participação nas grandes decisões políticas. Pois, conforme consta no relatório das Nações Unidas sobre os jovens afrodescendentes em Portugal, “Portugal não tem dados sobre os descendentes africanos, tal como outros países desenvolvidos. O racismo é tema tabu, não há debate sobre as minorias étnicas. Contudo é dos países com melhor legislação na área” (UNESCO, 2011).

Por outro lado, os próprios governantes africanos, e em particular da Guiné-Bissau, não trabalham no sentido de contrariar essa tendência. O ensino

“Em geral a sua sociedade não conhece o sistema de castas e está organizada com base nas aldeias. As aldeias são lideradas por um ‘chefe’, que exerce ao mesmo tempo funções religiosas. (...) O seu poder emana do Conselho dos Anciões e é investido do poder de impor penas aos que tornaram culpados de alguns crimes. Do ponto de vista da organização política, os Balantas vivem numa sociedade sem Estado, sem regulados e sem hierarquia social.” (DJALÓ, 2012: 46).

continuou a não ser a prioridade dos sucessivos governos e como o resultado temos um país com deficiências enormes em termos de organização e um subdesenvolvimento crónico e um número considerável da emigração ilegal da camada juvenil para a europa.

Capítulo III: Conceção tradicional de Estado: identidade e cidadania

1. Considerações gerais

A mobilização anticolonial na Guiné colonial era, no fundo, política e cultural e não uma mobilização para a tomada do poder do Estado.

(LOPES, 1993: 19)

A construção da nação na Guiné tem tido reveses resultantes de um início porventura, mal conduzido e da falta de uma educação sistemática das gerações posteriores à luta de modo a consolidar a unidade. Considerando que, no princípio, a coabitação entre as etnias da Guiné não foi pacífica. As populações nativas cultivaram imensas divergências que muitas das vezes resultaram em guerras interétnicas. Havia fronteiras interculturais que não podiam ser transpostas sem que houvesse um prévio acordo, caso contrário, o ato podia resultar em mortes, prisões e até desencadear guerras.

A ideia do Estado na Guiné-Bissau veio depois da propagação da ideologia do nacionalismo exacerbado e da construção de uma nação unida, de todos nós. Uma ideia supérflua iniciada na luta de libertação sem que o povo tenha incutido na sua cultura o sentimento de pertença a esta nova unidade, que caso fosse bem trabalhada, pela sua importância, seria superior às pertenças étnicas. No entanto, como afirmam os sociólogos Cardoso e Augel na introdução ao livro intitulado *Guiné-Bissau Vinte anos de Independência* ainda que não em termos imediatos existe:

O perigo da desintegração do Estado, existem sinais alarmantes da falta de capacidade do Estado em prover a necessária coesão social e um mínimo de bem estar da maioria da população...uma grande parte do país e importantes segmentos da sociedade, e mesmo a grande maioria da população, não participam e não ser marginalmente na vida do país: não eram representados politicamente (Achinger), não são incluídos no sistema jurídico (Pereira), nem escolar (J.J.Monteiro, Lepri), pouco atingidos por projetos de desenvolvimento mal concebidos (João, Duarte), e mal coordenados (Mukendi). (CARDOSO,AUGEL, 1993: 14)

Não quero com isso dizer que a identidade nacional não se constrói com revoltas desse género, mas a sua consolidação necessita de algo mais que a unidade em combate armado, que muito se caracterizou pelo à-vontade de uns e a abnegação de outros e o empenho na liquidação do inimigo comum – o colonizador, mas que no fim pouco de melhor se pode constatar em termos de consistência dessa unidade, considerando que:

Uma vez alcançada a independência, surgiram de novo as contradições de classe, e ... paradoxalmente, o tipo de mobilização conseguido para a independência está em contradição com o necessário para a construção do Estado-nação. (...) O período de luta e dinamismo da “reconstrução nacional” abriu espaço primeiro para a repressão e o autoritarismo, depois para uma descrença, a apatia e o cinismo ... A mobilização anticolonial na Guiné colonial era, no fundo ... cultural e não uma mobilização para a tomada do poder do Estado.(CARDOSO,AUGEL, 1993:14,15)

A título de exemplo vou citar quatro elementos essenciais, senão, indispensáveis, que se, explorados podem constituir valências indispensáveis à consolidação desse projeto:

- a) A determinação em combater os males da tradição e da cultura derivados em crenças e práticas étnicas.
- b) O desenvolvimento da educação
- c) A eficácia da justiça
- d) O desenvolvimento económico

Isto dos objectivos que levaram a luta pela independência o único que até agora se concretizou na Guiné foi a expulsão do colonizador. Embora com muitas incongruências, a independência do colonialismo português foi há muito uma realidade, pois a luta contra o inimigo comum motivou a união frenética e efémera das populações da Guiné, que em combate diplomático e armado expulsaram o colonizador português e construíram o Estado da Guiné-Bissau. Ora, com o desaparecimento deste inimigo comum, o Outro, não houve zelo e responsabilidade na utilização da autoridade do Estado. Em vez da continuidade e determinação na consolidação do projeto de construção da nação, passou-se às segregações e a implementação das regras da conveniência dos sucessivos chefes que sequencialmente se eliminam um ao outro em complot para a posse do poder, como se lê no excerto a seguir:

Para além da ausência de autonomia, o Estado reclamou um poder quase absoluto para o controle da economia, do sistema de governação e da sociedade. Resumindo constituiu-se um Estado a molde do Estado colonial: centralizador, monopolista e repressivo. E por causa da ineficiência do Estado, as conquistas conseguidas com o impulso inicial foram sendo perdidas. (...) As tendências centrífugas que eram suficientemente fortes no momento da acessão a independência não foram devidamente geridas no sentido de manter a coesão social. (CARDOSO, AUGEL, 1993:14)

O desenvolvimento da educação a começar pelas reformas do sistema curricular, subida do nível dos professores e recrutamento dos profissionais com qualificação comprovada. Assim como, a criação de infra-estruturas modernas de ensino e a disponibilização de equipamentos e materiais de ensino modernos, bibliotecas e centros de estudos e pesquisas convista a garantir uma aprendizagem contínua e sistematizada seria um sustentáculo para a consolidação da nação. Aliás, como a própria história ensina, não existem nações homogêneas onde não haja diferenças, contudo as diferenças são trabalhadas de modo a servir o bem comum. No entanto, não existe outra instituição mais capacitada para cumprir esse objetivo que a escola.

Voltando à história interna da conquista da independência da Guiné, o uso da ferramenta – ensino-aprendizagem – pelo PAIGC durante a luta armada tornou mais fácil a tarefa da criação de bases deste partido no interior do país e, consequentemente,

lançou a semente fundamental para a construção de um novo Estado e de um “homem novo, forjado na luta” segundo a idealização do líder da revolução independentista, Amílcar Cabral.

Essa penetração por meio da escola permitiu também o desenvolvimento da língua guineense, o crioulo. Esta língua foi amplamente veiculada durante esse período nas zonas rurais, tornando-se na língua de entendimento entre todas as franjas da sociedade guineense. Porém, a rotura com os verdadeiros ideais de Amílcar Cabral, permearam o desenvolvimento de identidades tradicionais baseadas em pertenças étnicas e culturais diversas e divergentes que atualmente desafiam e tendem a prevalecer sobre a identidade nacional. O investimento na educação foi relegado para o último plano.

No que tange a identidade, existe um conjunto de elementos formais que permite ao guineense ostentar e reclamar uma identidade nacional. Aliás, desse ponto de vista, esta identidade reclama a unicidade e exclui quaisquer outras pretensões julgadas concorrentes ou contrárias. Mas, na verdade, essa identidade unitária e exclusiva não passa de mera formalidade, pois a cosmovisão da esmagadora maioria dos guineenses está marcada por duas identidades superiores: identidade étnica e identidade nacional. Por isso, atualmente a cidadania na Guiné-Bissau é uma realidade não raras vezes camuflada e utilizada de forma dupla.

Recorro para isso à afirmação que Mia Couto faz em *Pensatempos* sobre as fragilidades identitárias em relação a Moçambique, que pela sua importância e lucidez em explicitar as fragilidades e fracionamento de identidades pode ser aplicada ao caso guineense.

Pode ser uma identidade racial, tribal, religiosa. Esse sentimento de pertença pode colidir com isso que chamamos de “moçambicanidade”. Pensar que me alio a alguém porque somos da mesma raça não é apenas errado mas é historicamente pouco produtivo. (COUTO, 2005: 87)

Não obstante as divergências e os particularismos étnicos vindos de há muito, durante a luta de libertação e nos primeiros momentos após a independência as diferenças pareciam tornar-se quase irrelevantes. No entanto, só foi preciso expulsar o inimigo comum para que as coisas voltassem ao que eram antes. O golpe de Estado de 1980 de alguma forma, foi alimentado por interesses étnico-identitários e cuja

consequência grande parte da sociedade parecia-se indiferente. No entanto, eliminado mais um inimigo comum, as fragilidades da tão proclamada unidade nacional começaram-se a revelar alcançando o auge com a abertura política em 1994. A chegada da democracia na Guiné-Bissau, contrariamente ao que se esperava, acirrou a luta pelo poder, e serviu-se dos particularismos étnicos como um mecanismo de conquista do poder. Considerando que, os novos senhores da política, empenhados em derrubar o regime ditatorial do Governo do PAIGC e o seu líder e então presidente da República, o General João Bernardo Vieira, adotaram várias estratégias tendo em conta que a força de influência do partido no poder não lhes permitiria derrubar o regime de Vieira só com apelos à democratização e promessas de desenvolvimento, embora sendo estratégias politicamente corretas. Os detentores do poder tinham todo o controle sobre o país e eram política e economicamente muito fortes e poderosos, também prometiam construir escolas, estradas e pontes e ainda ofereciam bens de primeira necessidade às populações, como por exemplo arroz e açúcar, assim como chapas de zinco, carros, bicicletas e dinheiro, o que os fazia ganhar mais percentagem de crédito em relação aos seus adversários.

Dentre os numerosos militantes e apoiantes do antigo regime, contava-se em grande escala a camada analfabeta que constitui a maioria da população, e ainda muitos que, independentemente do seu nível de escolaridade, estavam de alguma forma ou outra sob o domínio de um poder tradicional cujos chefes eram os beneficiários das ofertas do candidato do regime.

Considerando que, estes chefes tradicionais se encontram de algum modo investidos de uma certa autoridade espiritual, servem-se dela para constranger ou até coagir moralmente o povo a votar nos seus candidatos preferidos ou, melhor, naquele que mais ofertas lhes tenha dado³⁶.

Estes atos perpetrados pelo regime do então partido único e em colaboração das autoridades tradicionais com as quais se identificam e simpatizam contribuíram para a propagação e proliferação de estratégias divisionistas e etnicistas que ainda hoje põe em causa o exercício de uma democracia plena na vida política da Guiné-Bissau e, conseqüentemente contribuem para a não consumação da ideia de nação unitária.

³⁶ “Os chefes tradicionais gozam de privilégios que lhes reconhece o direito consuetudinário, com exceção daqueles que vão contra os interesses do poder supremo (colonial).” (DJALÓ, 2012: 79).

Face a esta situação, considera-se que até à atualidade, praticamente a maioria dos guineenses se identificam mais como pertencentes a uma etnia do que como guineenses, isto no sentido de que colocam as identidades étnicas acima dos interesses que os poderiam fazer convergir num povo só. Essa atitude coloca-nos perante uma degradação do espírito nacionalista, e consequentemente têm-se desenvolvido outras formas de identidade baseadas em pressupostos não nacionalistas, não promotoras do bem comum, antes criadoras de identidades hostis à paz e ao desenvolvimento do país.

Sem pretender uma abordagem exaustiva deste assunto, vou citar algumas das estratégias de conquista do poder adotadas pelos políticos ao longo do período de implantação da democracia na Guiné-Bissau, quatro das quais considero essencialmente ameaçadoras à consolidação da identidade nacional e ao desenvolvimento:

- i) A mobilização com base no local de nascimento das pessoas através da dicotomia nós/eles (nós do interior ou *ponta* e eles da *praça*). Esta ideia teve origem na política colonial de assimilação e do indigenismo que fazem parte de uma estratégia conhecida entre os guineenses como sendo de “dividir para reinar”. Com a abertura política, a mesma ideia voltou a ser explorada pelos políticos guineenses embora não tenha sido muito aplaudida pela maioria da população da capital, que via nela um erro do passado susceptível de comprometer a estabilidade, a paz social e a estabilidade política.
- ii) A mobilização com base na idade e nível de formação académica (nós jovens doutores e eles, velhos e sem formação). Este método foi um dos mais aplaudidos pela classe média intelectual, principalmente a dos mestiços, embora menor em número.
- iii) A mobilização com base na pertença étnica do líder do partido e do candidato às eleições. A estratégia etnicista de mobilização dos militantes e os métodos adotados para conquistar eleitores têm dado resultados que beneficiam sobremaneira os novos senhores da política facilitando-os na ascensão ao poder e controlo do Estado. O que tem criado um círculo vicioso, extremamente perigoso para a consolidação da paz e estabilidade necessária à coesão e a unidade

nacional. No entanto, é o método atualmente seguido pela maioria dos principais líderes políticos.

iv) As alianças entre os políticos e as chefias militares para de combate ao inimigo comum, que muita das vezes são alimentadas por afinidades e pertenças étnico-tribais ou por promessas de assunção de cargos políticos e, ou avenças. Tem como armas principais: calúnias, acusações, e assassinatos ou por justiça privada ou assaltos de “indivíduos não identificados, encapuçados etc.” esses atos conduzem ao desrespeito às leis supremas do Estado, aos golpes de Estado, queda de governos e execução de pessoas sem acusação formal e sem apresentação de provas reais susceptíveis de constituir crimes.

Estas estratégias fraticidas desenvolvidas ao longo dos vinte anos de democracia serviram para o afastamento de vários dirigentes com qualidades para dirigir um Estado de *«facto e de jure»* e de o conduzir ao desenvolvimento. Porém, elas ajudaram a conduzir a muitos pseudoestadistas ao poder.

A presença desses indivíduos na condução dos desígnios do povo guineense ao longo desse período contribuiu para a desvalorização de todos os requisitos verdadeiramente indispensáveis ao perfil do estadista, nomeadamente, competência académica comprovada, idoneidade, respeito pelos direitos humanos, responsabilidade e espírito nacionalista, assim como, o respeito à liberdade de escolha do povo expressa nas urnas³⁷.

E, além das estratégias acima mencionadas, soma-se a elas esta que surgiu após a guerra fraticida de 7 de Junho de 1998 – coligação dos partidos. Essas alianças surgiram como uma alternativa para a ascensão ao poder por parte de um conjunto de interessados, principalmente nos períodos pós-golpes de Estado. A título de exemplo, analisa-se o percurso dos dois maiores partidos da oposição surgidos com a implantação da democracia em 1994, A (RGB) partido da Resistência da Guiné-Bissau e o (PRS) Partido da Renovação Social, grandes opositores do então regime e promissores líderes e dirigentes do Estado, porém, estes não conseguiram trazer o desenvolvimento desejado, porque seguiram. Ora, a RGB perdeu para o PRS

³⁷ Motivos que levaram aos assassinatos do chefe da Junta Militar, Ansumane Mané, em 2000, do Chefe de Estado-Maior Veríssimo Correia Seabra em 2004, do Presidente Nino Vieira em 2005 e o afastamento e consequente prisão do CEMFA Zamora Induta em 2012, assim como o golpe de Estado de 12 de abril.

justamente por este último ter servido de estratégias de conquista de votos por via da mobilização étnica considerando a pertença identitária do seu líder³⁸.

Posto isto, conclui-se que ao longo destas duas últimas décadas a identidade nacional sofreu violentos ataques, e o tribalismo voltou a ser utilizado como arma de combate para a eliminação política e física dos adversários. Porém, ele continua a ser ignorado, recalcado e considerado tema tabu, mas com o qual a sociedade é diariamente fustigada: nas instituições públicas ele é praticado de forma diplomática, secreta e perigosamente destruidora do progresso desejado, nos mercados e nos transportes públicos ele é um tema corrente e serve para expressar o estado de indignação em que o povo se encontra.

A frequência com que este mal se desenvolve é de tal modo preocupante e espantosa que desemboca em assassinatos e aprisionamentos de cidadãos com base em critérios predefinidos com base na pertença tribal, em que se o visado for da etnia dos executores e mandantes é sempre ilibado, quando máximo é preso e isolado, caso contrário, a pena aplicada é o espancamento ou a execução imediata sem direito ao julgamento ou prévia notificação³⁹. De tal modo, embora não esteja oficialmente

³⁸ Os discursos do líder do PRS, Kumba Yalá, eram bastante incendiários, incitadores de ódio e revolta. Yalá visava acusar pessoas individuais e em grupos parcelares etnicamente identificados, de forma que conseguia e ainda tem conseguido empurrar muitos dos desavisados contra causas que em nada abonam para o bem-estar deles e da nação. Nessa linha seguiram-se outros políticos que apelaram e ainda apelam às pertenças tribais, à religião e a outras identidades que chocam com os valores necessários à consolidação de um Estado forte e capaz de conduzir ao desenvolvimento. Após assumir a chefia do Estado da Guiné-Bissau, este líder político se empenhou em consolidar a sua cidadania étnica. Em primeiro lugar, naquilo que foi considerado por muitos como um ato de “reafricanização”, mudou o nome do assento de nascimento obtido na época colonial (antes de se candidatar a presidente). Segundo, submeteu-se à cerimónia de *fanado*, e passou a tomar parte nas cerimónias tradicionais da etnia balanta. Terceiro, coagiu alguns dos seus ministros a irem ao *fanado*, ao uso do gorro vermelho, e a prestarem louvor à etnia balanta para poderem ser bem vistos no partido e no seio da classe castrense, cuja maioria é pertencente a essa emblemática etnia. A par de Kumba Yalá e do seu partido, o PRS, os comícios de outros partidos políticos passaram a ser autênticos espetáculos de cultura étnica. Kumba Yalá converteu-se ao Islão em vésperas da campanha eleitoral de 2009, a fim de utilizar essa vertente identitária para a conquista de votos dos muçulmanos do leste da Guiné-Bissau.

³⁹ Após o golpe de Estado de abril de 2012, aumentaram sobremaneira os casos de espancamento e execução sumária dos políticos, civis e militares que não partilham as convicções dominantes, mediante o engendramento de casos através de encenações. O mais recente é a execução sumária de jovens da etnia felupe por terem descoberto e alertado a população da sua aldeia em relação ao planeado roubo de gado que iria ser feito naquela localidade por alguns indivíduos afectos àquela unidade militar. Descobertos os autores da denúncia, foram barbaramente assassinados e acusados de tentativa de assalto à unidade militar dos Para-comandos (DITADURA DO CONSENSO, 21-10-2012). Consultada no dia 22 de Outubro de 2012.

O tiroteio terá demorado uma hora e eclodiu, alegadamente, quando um grupo de homens armados tomou de assalto o quartel militar às 04.00H (03.00H em Lisboa). O assalto terá falhado e os homens

declarado, a situação atual da Guiné-Bissau é crítica e perigosa. Se um dia cheguei a concordar com a ideia de que na Guiné existe uma plataforma étnica, hoje discordo. Na minha opinião, o que existe é um puzzle que ainda não formou a imagem correta, talvez um mosaico, onde basta se danificar um, para que o pavimento todo se destrua. Passo a citar alguns exemplos dos dois tipos de identidade atualmente existentes na Guiné-Bissau, as quais vou passar a designar de nacionalidade étnica e nacionalidade guineense.

Nacionalidade étnica a unidade nacional na Guiné-Bissau ainda é uma ideia não consumada, pois a maioria dos guineenses ainda se identificam mais como pertencentes a uma etnia em vez de se identificarem como guineenses, e dentro desse vasto grupo ainda há dois grupos distintos:

Primeiro, aqueles para os quais a nacionalidade serve somente para a aquisição de documentos como registo de nascimento, bilhete de Identidade, passaporte e outros para servir os seus interesses, viajar, estudar, casar e até para alguns “interesses mesquinhos” como fazer política (digo “mesquinhos”, pois na Guiné a política é para muitos uma profissão, uma única forma de sobrevivência e a maneira encontrada para sair do anonimato e se tornar poderoso). Também, a política é uma atividade na sua maioria praticada por indivíduos sem qualificações e até analfabetos que a utilizam como meio de obtenção de cargos ministeriais, de governadores de província e deputados da nação. No entanto, a forma como as funções do Estado são assumidas e desempenhadas tem sido um enorme entrave para o desenvolvimento do país.

Ainda há outros que nem sequer chegam a adquirir esses documentos, porque para eles não faz nenhuma diferença ser ou não ser cidadão guineense; desde que já nasceram bijagós, nalus, etc., para eles está tudo resolvido, pois já possuem a cidadania étnica.

No que tange a cidadanias étnicas, com a abertura multipartidária alguns líderes políticos, pela sua ganância em aceder ao poder, abandonaram o espírito do nacionalismo e o cultivo da unidade nacional até ali propagada, para cavar na sepultura do tribalismo o divisionismo baseado em dicotomias étnico-regionais – “nós da *ponta*,

puseram-se em fuga, de acordo com testemunhas que foram ouvidas pela AFP em Bissau. Registaram-se seis mortos, entre os quais cinco dos assaltantes. A sexta vítima mortal é um dos guardas que estava à porta do quartel. Dias depois foram espancados dois políticos, um deles advogado e líder do MDG, e o outro líder do partido da Solidariedade e Trabalho e secretário do movimento FRENAGOLPE, a frente nacional anti-golpe de Estado.

eles da *praça*”, ou “nós da etnia N, eles da etnia Y” –, o que contribuiu para fomentar ideologias que nada têm a ver com o cultivo do nacionalismo, antes identificáveis às etnias dos seus dirigentes. Surgiram partidos com grande tendência étnica, onde os símbolos, o vestuário, assim como as palavras de ordem e os discursos dos seus líderes apelam para comportamentos etnicistas e discriminatórios⁴⁰.

Entretanto, com a mudança de regime político após a guerra fratricida de junho de 1998 surge o fenómeno do regresso às origens ou a corrida à cidadania étnica cultivado e promovido durante os anos 1999. Nesse período ministros de Estado abandonavam os serviços para se submeterem às práticas culturais étnico-religiosas com o objetivo de legitimarem a sua pertença às etnias e religiões que lhes pudessem servir de suporte para ascender ao poder – o *fanado*,⁴¹ *toca tchur*⁴², *gamou*⁴³, *kanta pó*⁴⁴, *peregrinação*, etc. Até os que à partida não tinham a necessidade ou obrigação cultural de praticarem esses rituais étnicos passaram a praticá-los. Esses acontecimentos foram aplaudidos por uma franja que não compreende bem o sentido de Estado pelo facto de estarem mascarados com justificativos de promoção da cultura.

Ora, estamos perante uma cultura social que põe os interesses do Estado em último plano, para atender a interesses sectários que em nada promovem a unidade nacional, o que constitui um atentado ao desenvolvimento económico e sociocultural do país – uma tendência anti-multiculturalista que promove a sobreposição de algumas etnias sobre as demais. A título de exemplo cito a análise de Mia Couto sobre a transformação da identidade moçambicana em identidades diversas feita em *Pensatempos* e que pode ser aplicada ao caso guineense.

⁴⁰ A exemplo do que aconteceu com Savimbi em Angola. Suas ambições egomaniacas de poder não servem a nenhuma causa de bem comum capaz de ser definida e levam a população a cada vez maior necessidade e miséria, como mostra Inge Brinkman. Entretanto, parece que ele não consegue ser visto como seguindo só os seus interesses próprios (“*personally selfish*”), sobretudo no seio da etnia Ovimbundo, e isso com ajuda de crenças e exercício de práticas populares, preservando assim seu papel de chefe contra todos os seus adversários (Heywood *apud* AUGEL e MAINS, 2010: 19).

⁴¹ Cerimónia de circuncisão segundo os usos e costumes étnicos, neste caso praticada em adultos pela etnia Balanta.

⁴² Cerimónia festiva de culto às almas dos antepassados mortos praticados pelas etnias não islamizadas da Guiné-Bissau que dura no mínimo três dias.

⁴³ Cerimónia festiva de leitura de Alcorão que também dura mais ou menos três dias.

⁴⁴ Festa popular de dança e artes mágicas da etnia Balanta.

A nossa própria ideia sobre quem somos foi sendo alterada. Nas décadas de 70 e 80 a nossa identidade era simples e homogênea: éramos Moçambicanos. E ponto final. Não era pensável, nesse momento, concebermo-nos como macuas, macondes, pretos, mulatos, brancos. De um modo geral, para todos nós, a primeira coisa da nossa identidade é ainda o sermos moçambicanos. Hoje em dia, porém, outras formas de pertença estão-se esboçando. Para muitos de nós estão nascendo outras primeiras identidades. (COUTO, 2005: 87)

Nacionalidade guineense: Esta que é de todos, mas pela qual só alguns zelam. Tanto assim que não é raro ouvirem-se discursos reivindicativos de pertença à nação entre políticos e militares, como se a nação fosse propriedade privada. A expressão em crioulo “*anós ku tem terra*” ou “*E terra i di nós*” é usada frequentemente para disfarçar o desejo de se imporem sobre os outros sem no entanto estarem comprometidos com o progresso da terra de que tanto se reclamam. Uma outra que nos últimos anos voltou a tornou a estar na moda é “*anós ku luta*”. Porém, longe de serem expressões de sentimento genuíno e patriótico, são antes cavalos montados com fins oportunistas e destruidores da paz e da identidade nacional. São estes alguns exemplos das expressões mais frequentes nos discursos e intervenções de políticos e militares.

A multietnicidade e consequente multiculturalismo na Guiné, diferentemente do resto do mundo desenvolvido, são utilizados pelos políticos como trunfos para as suas disputas eleitorais para criarem conflitos e minarem a paz social. Conforme afirmou Amílcar Cabral, o líder da revolução anticolonial na Guiné, as fraquezas internas são difíceis tanto para o presente como para o futuro dos povos. Para ele as fraquezas internas constituíam “o nível da luta mais difícil” (*A arma da teoria in SEMEDO E CALAFATE RIBEIRO, 1980*⁴⁵: 24).

Embora este discurso parece estar focado mais à vertente económica, nele constata-se a referência às diferenças interétnicas como um grande potencial de destruição da identidade coletiva caso não for devidamente usadas. A solidariedade e a unidade interétnica na Guiné, à semelhança do que aconteceu na luta armada, têm sido possíveis somente quando o objetivo é o combate ao Outro. Contudo, quando este desaparece torna-se quase impossível manter essa unidade. Em *A Última Tragédia* o autor mostra alguns episódios que retratam esses aspetos: a solidariedade do mal e a

Discurso de Amílcar Cabral na 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina em Havana (Cuba), realizada de 3 à 14 de Janeiro de 1966.

facilidade em repudiar o outro, a infância de Ndani e a sua chegada a Bissau. De acordo com a análise de Margarida Calafate Ribeiro, a menina de Biombo foi duplamente elidida pelo mundo colonial dos brancos e pelos seus, que a abandonaram no momento em que ela mais precisava.

O mundo colonial branco a elide, como sujeito, a personagem é igualmente elidida pelos da sua cor e da sua terra, encontrando-se desse modo, cindida entre duas ordens de violência: a dos outros e a dos próprios. Encaram-se as contradições internas e se equiparam as ações dos de fora com as dos de dentro. (CALAFATE RIBEIRO, 2010: 178)

Por mais esforços que se foram fazendo no sentido de consolidar a nação, não há um sentimento de solidariedade para com o outro quando este é injustiçado, basta que sejam salvaguardados os nossos interesses. Ora com esse tipo de comportamento sectário, a Nação está condenada a continuar em fase de formação, jamais atinge a desejada consolidação, ou seja vai continuar a ser uma nação frágil e, portanto, facilmente desestabilizada. Mas sempre continuará a existir.

Com o régulo de Quinhamel aconteceu aquilo a que chamei de solidariedade do mal, pois este quando quis vingar-se do chefe de posto, ocultando a intenção aos conselheiros, procurou a ajuda de um amigo, por sinal de outra etnia (pelo nome e profissão desse amigo). Embora nesse caso concreto as coisas não correram tal como o régulo esperava, não porque o amigo discordava da sua intenção, mas pela incapacidade de ultrapassar a barreira do preconceito em relação ao branco.

Contudo, vê-se uma clara manifestação de apoio, solidariedade e cumplicidade, contrariamente ao que aconteceu com Ndani, a menina de Biombo, que na sua procura pela liberdade, inclusão num mundo novo, encontrou desprezo e falta de solidariedade até dos próprios “pretos”.

2. O papel das tradições e da modernidade na formação dos ideais da Independência

Os contactos com o mundo europeu e a instauração da administração colonial na Guiné tiveram como efeito imediato a desarticulação das estruturas políticas tradicionais e a subordinação das elites tradicionais. As elites rebeldes foram destruídas e substituídas por elites “tradicionais” administrativas cuja estrutura não tinha nada a ver com a sociedade tradicional.
(DJALÓ, 2012: 78)

A independência como sinónimo de liberdade coletiva foi desde sempre um bem supremo prezado por todos os povos do mundo, em todas as culturas e sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento socioeconómico e do nível académico dos seus membros. Todos prezam em si a liberdade como um direito humano naturalmente adquirido e, que, cada um, enquanto ser humano vivo possui como símbolo da manifestação da vitalidade, pois o contrário seria morte.

Entretanto, conforme alguns historiadores da época colonial (Teixeira da Mota e Carreira) o processo de efetivação do domínio da autoridade colonial na Guiné conheceu revoltas de várias ordens cujos relatos descrevem a forma como o povo se prontificou a defender a sua identidade. Em ataques à flechada, à paulada, à catanada e recorrendo a todos os meios materiais, psicológicos e espirituais de que dispunha, embora, fraquíssimos se comparados à tamanha capacidade de armamento bélico dos seus opressores, conseguiu levar a cabo uma forte resistência a fim de preservar os traços mais elementares da sua identidade, nomeadamente a língua, os usos e os costumes que estavam a ser severamente ameaçados.

A mentalidade tradicional preza muito a ligação à terra (chão), às tradições, ao convívio com a sua gente. Esse desejo de liberdade é, de uma forma ou de outra contrário ao que era a forma de comportamento imposto pela colonização, salienta-se, dominação colonial não, coabitação entre os povos. Entretanto, considerando as circunstâncias do momento, a manifestação de discordância em relação à colonização, ao contrário do que dizem alguns autores, foi feita de modo a criar impacto no Outro a fim de dissuadi-lo, de fazê-lo desistir da imposição da sua forma de viver aos guineenses colonizados.

Nesta ordem de pensamento, quero crer que as resistências étnicas não foram desde logo armadas, pois, os acordos assinados entre os comerciantes brancos, ainda que verbais, tinham valor e deviam ser respeitados ⁴⁶. No entanto as revoltas, foram feitas de modo a defender o que era seu, a preservar a honra e a identidade pessoal e coletiva de modo a que o Outro perceba o mal que as suas políticas causavam e respeite os acordos celebrados. ⁴⁷.

Embora com alguma limitação, pode-se afirmar que os acordos firmados entre os africanos da Guiné e os portugueses não se consubstanciavam na colonização. Porém, os contratos ora estabelecidos, como se sabe através das crónicas de descobrimentos, tratavam-se simplesmente de acordos de parceria comercial e de arrendamento de terras para habitação periódica enquanto se realizavam comércio ⁴⁸. Entretanto, as atitudes dos colonialistas chocavam com os valores e o bem-estar dos povos da Guiné e consistiam uma afronta às autoridades tradicionais instituídos. Vivia-se perante uma ameaça clara à liberdade cultural e a uma tentativa de obstrução da liberdade cujo impacto resulta em conflitos ⁴⁹. Qualquer afronta às autoridades tradicionais são severamente punidas, pois razões como essas justificaram de uma maneira geral os conflitos travados ao longo do período pré-colonial entre os diferentes grupos étnicos, que além de outras finalidades consistiam na resistência ao domínio do

⁴⁶ “Nas tradições africanas – pelo menos nas que conheço e que dizem respeito a toda a região de savana ao sul do Saara –, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um carácter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositada. Agente mágico por excelência, grande vetor de “forças etéreas”, não era utilizado sem prudência. Inúmeros fatores – religiosos, mágicos ou sociais – concorrem, por conseguinte, para preservar a fidelidade da transmissão oral. O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra” (BÂ: 1981: 168,169,170).

⁴⁷ “Torturaram, mataram, massacraram, incendiaram. Usaram à vontade, contra as nossas populações indefesas, as vossas armas modernas e poderosas, na certeza de não terem resposta. Mas hoje, sob a direcção do nosso grande partido e guiado pelos seus melhores filhos, o nosso povo tem também armas modernas e poderosas – e vai tê-las ainda mais para se defender dos crimes dos colonialistas e para desenvolver a nossa luta e conquistar a liberdade” (CABRAL in ANDRADE, 1961: 24).

⁴⁸ “A primeira fase é aquela em que os negociantes portugueses eram colonos em “países” estrangeiros. A presença deles tinha como objetivo a realização do comércio. Como condição da sua presença em territórios (regulados) sob dominação étnica, eram obrigados a pagar tributo que se denominava ‘daxa’. Esta fase estende-se desde o século xv até por volta de 1850. Tal como havíamos referido, quem detinha o poder político eram os régulos africanos” (LOPES, 1993: 278, 282).

“Outro” a fim de preservar a identidade e a soberania territorial, que constituía a mais importante missão a cumprir enquanto parte dessa autoridade⁵⁰.

Preferia-se antes a morte do que viver debaixo do domínio cultural e linguístico estranho ou estrangeiro. Portanto, se analisarmos no fundo esta questão, vemos que ela provém da ligação profunda que o povo guineense em particular mantém com a sua cultura e a terra (*chão/tchon*) e verificamos que essa ligação é de tal modo intrínseca que o efeito dela resultante é mais que a defesa territorial, é a preservação da origem. Para algumas etnias da Guiné-Bissau, a terra e o homem têm uma ligação tão profunda que até para se sepultar o cadáver deve-se voltar à origem, ou seja à terra dos antepassados ou à que o liga com o passado, mostrando a sua pertença, tendo em conta o valor espiritual que nela se enquadra.

Essa ligação à terra de origem não acontece somente com os povos da Guiné, mas com muitos povos de África, e também de outros continentes. Pode não se manifestar da mesma forma ou até mesmo não apresentar essa variante espiritual, mas de um modo geral, conforme frisei no início, o mundo todo vive experiências onde a questão da identidade é posta em primeiro plano. Pois para todos os povos, em todas as culturas, ela é um bem supremo, e não pode ser facilmente destruída.

A preservação das identidades étnicas, na cultura tradicional, era uma missão de cada um e de todos. Por isso, a prontidão em resistir esteve sempre presente no âmago do guineense enquanto identidade individual e coletiva, e esse facto motivava cada vez mais as autoridades tradicionais a se revoltarem sempre que perceberam a intenção de os dominar política e administrativamente.

Quero com isso dizer que a liberdade não é uma noção exclusiva da modernidade, embora a sua conquista ao mais alto nível tenha sido alcançada nesta era da evolução política e científica da humanidade – ela sempre fez parte das aspirações do mais comum dos povos em todo o mundo e, no caso concreto da Guiné, como vimos, na mentalidade tradicional jamais foi apagada a firme determinação de tornar-se livres e exercer a soberania sobre o seu território. Contudo, nos primeiros momentos não houve união na forma como foram organizadas as resistências, e por isso não conduziram à obtenção do resultado preconizado; elas foram preparadas e executadas

⁵⁰ Toda instituição social, e também todo grupo social, tem uma identidade própria que traz consigo, um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição, que o explica e o justifica. Por isso, toda tradição terá sua “superfície social”, utilizando a expressão empregada por H. Moniot. Sem superfície social, a tradição não seria mais transmitida e, sem função, perderia a razão de existência e seria abandonada pela instituição que a sustenta.

de forma sectária, de modo a que quando uma etnia atacava, as restantes não se envolviam. A questão nunca ultrapassou a esfera étnica, facto que muito contribuiu para o seu fracasso, e também é reveladora de uma profunda ausência de unidade e de falta de solidariedade entre os povos, sem falar da ausência de diálogo construtivo entre os reis.

Essa atitude em parte demonstra a incapacidade do poder tradicional de transcender o campo étnico racial e de um modo geral aliar as suas forças para combater a dominação; as divisões religiosas e a fragmentação de poderes entre os pequenos reinos contribuíram para o fracasso da resistência levada a cabo pelo poder tradicional. Contudo, o insucesso não significou a cessação da luta, muito menos resultou na extinção do desejo de liberdade, pois o espírito da resistência transcende o combate nas batalhas, para se transformar numa missão em defesa da identidade e da cultura que sempre preservaram.

Para todos os movimentos políticos do primeiro período da luta anticolonial, a questão da relação entre a Guiné e Cabo Verde, por um lado, e entre negros e mestiços guineenses, por outro, foi tão importante como as reivindicações políticas da independência contra o domínio colonial. Esta questão representa a principal clivagem que animou as organizações políticas independentistas. Porém, a criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), seria a continuidade de um processo iniciado pelas autoridades étnicas, contudo enfraquecido pela repressão colonial através das campanhas de pacificação.

O PAIGC surgiu como a face moderna dessa resistência contra o colonialismo português na Guiné, pois veio revitalizar o espírito de combate do povo para se ver livre da dominação a que estava sujeito. O movimento liderado por Amílcar Lopes Cabral (PAIGC) chegou num momento difícil para o povo da Guiné, que, fustigado pelos sucessivos massacres (3 de agosto de 1959 e a devastação das aldeias) e violações de direitos, além da segregação social e de cidadanias diferentes, já não conseguia sustentar a resistência tradicional. As circunstâncias do momento coadjuvavam uma boa receção do partido libertador, liderado por homens com grandes capacidades intelectuais, que conduziu a luta numa esfera moderna e através da vertente diplomática conseguiu converter as fraquezas em forças através do recurso à ciência e ao diálogo.

Não obstante, a unidade na luta conseguida pelo partido PAIGC, no que tange às outras finalidades para as quais se combateu para a obtenção da liberdade e

soberania total do povo da Guiné – a consolidação da nação e da identidade nacional, a elevação do nível de vida, o desenvolvimento económico, a justiça e consolidação de um Estado de Direito estável e soberano – elas parecem não fazer parte dos ideais tradicionalmente cultivados por algumas fações das diferentes etnias integrantes da luta.

Ora, os 40 anos de independência da Guiné comprovam o grau de fragilidade e a efemeridade da unidade conseguida para a luta, pois ao longo desse vasto período não se conseguiu apagar a visão sectarista tradicional no seio do partido libertador, assim como nos sucessivos partidos criados após a abertura política institucionalizada em 1990. O cultivo das dissensões tem sido um verdadeiro dissuasor da consolidação dos ideais da criação do Estado-Nação estável e credível conforme foi propagado pelo seu Secretário-geral, o Engenheiro Amílcar Lopes Cabral e de alguns camaradas em cartas, memorandos e discursos entre cujos ideais estavam a criação de um país estável, governado pela elite intelectual e com capacidade de organizar e desenvolver o Estado e proporcionar um nível de vida superior ao que era vivido antes da independência. Contudo, tal como frisei na introdução, a assimilação desses ideais como sendo as razões pelas quais combateram, não parece ser o mais importante.

O nível de compreensão da maioria dos aderentes à luta estava aquém da real interpretação dos objetivos do movimento de libertação nacional; para eles, o facto de expulsar o colonizador (*cerca tuga*) resolvia tudo. Indícios comprovativos dessa incompreensão são as razões do congresso de Cassacá e a eliminação de Amílcar Cabral, e consequentemente as dissensões e a desestabilização a que se assistiu imediatamente após a proclamação da independência. As sucessivas mortes e a execução sumária de pessoas em nome da eliminação do inimigo após a proclamação da independência em 24 de setembro de 1973 levam a crer que muitos transportaram para dentro do partido as convicções puramente étnicas e tradicionais de defesa da identidade, cultura, e ideologias puramente etnicistas, egoístas e corruptíveis de segregação racial, cultural e linguística, da criação e eliminação do inimigo com base na diferença e da hostilidade contra o diferente – regras e comportamentos mais ou menos iguais aos praticados nas guerras interétnicas.

Em todo o período pós-independência, dirigentes e soldados serviram-se das armas da luta nacional para fazerem guerras da sua etnia ou em favor dela, ou, ainda, para servirem os seus interesses de sobreposição económica, assim como para ajustes de contas e para a instituição, ainda que não explícita, da sobreposição cultural

da sua etnia e religião, hábitos, costumes, como por exemplo o *fanado*, os roubos de gado, a excisão, o casamento forçado, a justiça própria pela lei da força, o infanticídio e os homicídios. Passaram a ser o modo de vida promovido, ainda que não explicitamente pela falta de controlo e impunidade face aos seus autores, que de outro modo poderia pôr em causa os interesses desses governantes. Porém, esses comportamentos chocam com os interesses nacionais de promoção da unidade na diversidade e desenvolvimento. Aliás, um dos objetivos do congresso de Cassacá era combater de forma didática os males que punham em causa o desenvolvimento e o bem-estar do povo⁵¹.

Os conflitos de interesse desde cedo ameaçaram desestabilizar a formação de uma nação unida na Guiné, e consequentemente a formação de um Estado forte e competente. Esses interesses sectários se traduziram em contradições e disputas que após quatro décadas ainda desestabilizam o país. A título de exemplo, conflitos típicos entre as etnias têm posto uma nação inteira a sofrer, as rivalidades que desde os primórdios alimentaram as guerras interétnicas são as que continuam a minar o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau. A incapacidade de aliar os esforços em torno dos objetivos nacionais e trabalhar para o desenvolvimento da nação sem olhar pela raça, cor, etnia e castas; a ausência de disciplina e de ordem social; a falta de educação; o elevado grau de analfabetismo funcional; a ineficácia das autoridades judiciais (constituídas pela elite intelectual emergente, com dependências económicas aos senhores do regime) e a fomentação do espírito sectarista e étnicista.

Se noutros casos não se coloca a questão do contraste entre a tradição e a modernidade na Guiné-Bissau, neste está patente um flagrante conflito de objetivos entre os ideais tradicionais étnicos da independência e os que deveriam ser os modernos. A forma como se conduziu a transição política do colonial para o não colonial prova que os conquistadores da independência não absorveram e muito menos implementaram aquilo que os ideais visavam. Consequentemente, os “*n ba luta*”⁵², constituídos maioritariamente por milícias armadas sem nível de escolarização, ou seja

⁵¹ Como prova do resultado da falta de trabalho político, começou a surgir uma certa mania de ‘militarismo’ que levou alguns combatentes a esquecer que nós somos militantes armados e não militares. Essa tendência deve ser combatida e liquidada com urgência no seio da FARP (A. CABRAL in ANDRADE, 1977:138).

⁵² “Eu fui à luta”. Nome com que se identificam as milícias e militantes armados sobreviventes da guerra de libertação nacional e /ou todos aqueles que, pelo facto de terem estado nas zonas de combate ou ali terem nascido, ou aqueles cujos pais foram combatentes, e que pelo favorecimento venham a se aproveitar de tal para se considerarem combatentes da liberdade da Pátria.

as massas⁵³ aderentes à luta, como os designava Cabral, tinham como única missão abater o inimigo, eliminá-lo de forma radical sem que dele se aproveitasse os benefícios científico-culturais. No entanto, com essa atitude um ciclo vicioso de poderosos novos detentores do poder do Estado, ocupados indiscriminadamente pelos chefes antigos e novos senhores das armas e da política.

3. *Chefismo* vs Autoridade do régulo na sociedade tradicional

A experiência política demonstra que na prática não existem sistemas políticos iguais, ainda que sejam semelhantes em termos formais como é o caso da democracia. Porém, as particularidades que a implementação das suas estruturas assumem em cada país e Estado em termos de práticos determinam a sua característica própria, isto porque todas as políticas modernas, como referi em “Os Meandros Conceptuais de um Binómio”, têm na sua génese substâncias de carácter tradicional, ainda que discriminadas e modernizadas, tendo em conta o seu valor e contributo positivo que podem concorrer para servir melhor os interesses nacionais e de desenvolvimento humano.

Ora, na Guiné-Bissau, essa modernização das técnicas tradicionais, a seleção e aplicação dos contributos da tradição com potencialidades para servir o bem-estar nacional, ainda não têm sido prioridade. No entanto, vive-se numa mescla de tradicionalismo retrógrado e modernismo superficial a nível político e social.

De acordo com o capítulo anterior, os dois últimos pontos trazem uma abordagem detalhada sobre a pessoa do chefe e as suas características, as quais podem se encontrar na figura dos régulos nas sociedades tradicionais. Nesta parte vou analisar algumas características da figura do régulo, do processo de ascensão e do exercício político do poder.

Embora existam regras para a ascensão ao cargo de régulo, que na maioria das etnias⁵⁴ da Guiné-Bissau têm a ver com o grau de parentesco baseado em linhagens matrilinear ou patrilinear do interessado com a pessoa que anteriormente ocupava essa função (régulo), a posição na ordem de sucessão, assim como o cumprimento de

⁵³ Quando digo massas, refiro-me não só aos operários, mas também aos militantes, membros do biró político do partido analfabetos ou letrados, mas que não compreenderam os ideais de Cabral que se resumiam à construção de uma nação unida e desenvolvida.

⁵⁴ Os Balantas por norma apresentam uma sociedade horizontal, contudo essa função é desempenhada pelos anciãos ou fundadores da comunidade (tabanca/morança), que ultimamente, por influência das outras culturas, denominam-se também de régulos.

formalidades que passam pela realização de cerimónias de legitimação do mandato, o processo normal para ascensão aos reinados é sempre adulterado em função da força ou capacidade de eliminação do e/ou dos adversários (NÓBREGA, 2003). O exercício de poder do régulo caracteriza-se por um mandato vitalício de governo centralizado que exerce todos os poderes e cuja atuação é incontestável. A sociedade tradicional não fixa limites para a vigência do mandato dos régulos.

O poder é exercido pelo régulo, em quem está centralizado toda autoridade emanada da tradição. A influência do sistema tradicional de poder poderá ser uma explicação plausível a considerar na análise comportamental e funcional dos chefes políticos e militares guineenses. Pois na sua cosmovisão havia dois poderes ditatoriais distintos, ambos intolerantes para com o diferente e, portanto, preparados para combater e eliminar ou dominar o diferente em termos de raça, tribo e ideologia, quer do poder colonial, quer do poder tradicional.

A mescla desses dois poderes distintos coincide com o tipo instituído na Guiné-Bissau após a independência. Um modelo que se pretende moderno, mas que mescla aspetos retrógrados do tradicional com o moderno, sendo que de moderno só conserva o superficial, ou seja dele somente importa o luxo (carros, casas, vestuário, eletrodomésticos, tecnologia) – “brinquedos de luxo”, como os designa Mia Couto em *Pensatempos*.

A tradição deixou um legado de grande influência na política levada a cabo pelos chefes militares (políticos) guineenses, pois a prática comprova que os procedimentos adotados no exercício das suas funções têm grande semelhança com o modelo tradicional. Embora difiram nos protagonistas, os métodos usados para aceder ao poder na Guiné-Bissau continuam a ser os mesmos exibidos pelo movimento reajustador de 14 de Novembro de 1980.

De 1980 a 2012 houve cinco golpes de Estado concretizados e um sem-número de tentativas de golpes de Estado falhadas que como norma resultaram em assassinatos sem justiça civil. A prática tem confirmado que as justificações repetitivas e costumeiras apresentadas como causas para os sucessivos golpes de Estado – reposição da ordem constitucional; proteção da soberania do Estado; combate à corrupção e a crise –, assim como as acusações, são simplesmente as peças do xadrez montado para justificar a desenfreada luta pelo poder protagonizada pelos chefes

(NÓBREGA, 2003), que em nome desses “valores” idolatram-se a si mesmos e ilibam-se das responsabilidades, do retrocesso do país e da fragilização do Estado⁵⁵.

Neste círculo vicioso de demissão das responsabilidades e de impunidade crónica que se caracteriza pela inércia e incapacidade produtiva, o Estado da Guiné se assemelha à descrição feita pelo protagonista de *Eterna Paixão*, Daniel Baldwin, que depois de ter sido preso sem acusação formal, foi espancado e encarcerado, descreve o sítio onde se encontrava como um lugar “de uma imobilidade perpétua, onde nada se movimentava”, um sítio fechado que apresentava “um aspecto estanque, onde já nem o ar penetrava” (SILÁ, 2002: 269).

É um país onde os criminosos são ilibados e os inocentes massacrados, onde se apela à paz e ao esquecimento dos crimes enquanto se acalenta o desejo ardente de justiça negado ao povo⁵⁶. Perante situações desta natureza em que se assiste a um aumento sistemático de casos de desestabilização e de descrédito do país, mercê das crises e da inércia contínua, do estatismo cultural e económico, de liquidação de todos os potenciais adversários através de conspirações, ameaças e assassinatos, jovens, mulheres e crianças vêem o seu futuro desmoronar-se sem disporem de condições para desfrutarem de uma vida melhor, que passa pela oferta de ensino qualificado e sistematizado, serviços de saúde qualificados, infraestruturas modernas, crescimento económico e social, que são as condições favoráveis à aprendizagem.

Assim, no que tange aos objetivos de desenvolvimento económico, social e científico, desde a expulsão do chamado “inimigo” verificamos que são ínfimos os progressos e os problemas político-governativos são cada vez maiores, particularmente no que diz respeito às sucessões, ainda em que num regime democrático. Como referi no capítulo anterior, a realização de eleições até agora só garantiu o cumprimento do mandato pelo tempo total previsto na lei a um governo, assim como a um presidente democraticamente eleito. Os vencedores das demais eleições realizadas, num total de cinco escrutínios, são destituídos pelo poder das armas através de golpes de Estado.

⁵⁵ Os assassinatos do Brigadeiro general Ansumane Mané e do general Veríssimo Correia Seabra (2000 e 2004); os assassinatos do Presidente João Bernardo Vieira e Tagme Na Wai (2009); os assassinatos de Bacirot Dabó (2009); Hélder Proença, o 12 de Abril de 2012 e os assassinatos dos militares de etnia Felupe (DITADURA DO CONSENSO, junho de 2012). Consultada nos dias, 03,06 e 30 de junho de 2012.

⁵⁶ “Hoje só há uma questão sobre a qual já não há dúvidas (...) houve tráfico de armas da Guiné-Bissau para Casamança. Mas que fique no passado” (GOMES, 1998: 91).

Os chefes digladiam-se e assassinam um ao outro pela simples obsessão pelo poder.

As *Orações de Mansata* é um retrato dramático dessa luta pela posse de sobreposição, eliminação física e usurpação do poder entre os chefes. Anteriores comparsas que após a eliminação dos inimigos comuns eliminam-se um ao outro, como se lê no excerto a seguir.

Poderias precisar de ajuda para liquidar o homem... Pois é... Precitaria e olha, preciso de ajuda, tens razão. Mas sabes de que ajuda estou a precisar? Não para liquidar o homem, como dizes, mas para livrar-me de te liquidar a ti, aqui e já! Tiveste tempo suficiente para tirar o documento do bolso, escondê-lo muito bem e deixar esta porcaria de papel que arranjaste não sei onde bem parecido com o outro, em cima da cama. Tudo bem feito, quer dizer que planeaste tudo muito bem... só que eu não sou estúpido! Estás a ouvir?

Não sou estúpido, nem pateta!... Olha, afinal aí está o documento, aí, atrás de ti... Poucos segundos, mas o suficiente para Yem Yem sacar a sua pistola e dispara sobre as costelas de Djibisappoh...yem enche-lhe o corpo de balas. Só para quando a arma fica completamente descarregada. No preciso momento em que Yem Yem deixa cair a sua pistola, abre-se a porta e entra Amambarka. Tem uma mão no pescoço, a segurar o punhal que Djibisappoh aí deixara atolado, e na outra exhibe uma pistola...Dez! Dispara a queima-roupa sobre Yem Yem Nove! Volta a disparar Oito! Dispara mais uma vez Sete! Mais um disparo Seis! Outro disparo Cinco! Quatro! Três! Dois! Um! Após o último disparo, solta a pistola e cai com ela. Com uma mão sempre a segurar o punhal espetado no pescoço, de onde ainda continua a correr muito sangue, fica estatelado no chão, de costas, os olhos arregalados fixos no tecto branco. Zero... e dá o último suspiro (SILÁ, 2007: 110).

Durante quarenta anos, o sistema político na Guiné-Bissau tem sido o reflexo da indefinição política e da incompreensão do sentido de Estado que conduz ao desenvolvimento sustentável. “As *Orações de Mansata* abordam vários assuntos de índole cultural, social, política e psicológica. No âmbito das tradições sociais a questão da poligamia... surge em torno das relações que Amambarka tem com as três esposas” (SILÁ, 2007: 9).

Nessas relações polígamas dos chefes torna-se visível o nível de destruição e de esbanjamento de riquezas económicas para satisfazer o capricho exibicionistas de luxo e rivalidade entre as N esposas: “Bem, ela acha que como segunda Primeira-dama não pode viajar misturada com gente de outra classe. Até mandei reservar todos os lugares da classe executiva só para ela” (SILÁ, 2007: 26). O uso indevido do

património do Estado para sustentar os familiares das esposas, normalmente numerosas considerando as características da família e o conceito de família na Guiné-Bissau. Para complicar ainda mais essa situação surge o nepotismo e a consequente perda de qualidade no desempenho das funções do Estado.

Os sucessivos regimes de chefismo trouxeram e continuam a trazer consequências económicas bastante graves para o país e consequentemente ameaçam as relações externas com os parceiros económicos. Conforme a caracterização dos chefes feita no capítulo anterior, são pessoas propensas à ostentação de bens materiais, geralmente incompetentes, corruptos, assassinos e arrogantes que buscam incessantemente a preservação do poder e o controlo económico e militar independentemente de os objectivos do Estados estarem ou não comprometidos.

Já temos inclusive planos de retaliação se os nossos amigos de fora não accionarem os mecanismos suficientes junto das autoridades dos seus países. Nós sabemos como lidar com eles. Conhecem-nos muito bem e sabem que não somos imbecis.... Imbecil seria eu se acreditasse nas vossas promessas. O meu dinheiro roubado na Europa, os meus rendimentos cada dia mais reduzidos, a oposição cada dia mais activa e agressiva... até desses cabrões vocês não são capazes de cuidar como deve ser... e também com a vossa total incapacidade! Até de questões simples como por exemplo fazer calar de uma vez por todas esses ingratos aldrabões que andam a berrar todos os dias nas rádios e na Internet, a falar mal de mim e da Nação. (SILÁ, 2007: 30)

CAPÍTULO IV: *Eterna Paixão* e a realidade do pós-colonialismo em África

1. Panorama Geral

O mundo conheceu diversas formas de domínio ao longo da sua história. Desde tempos imemoriais, os povos se sobrepuseram uns aos outros, cada um tentando a sua hegemonia sobre os mais fracos. As condições que permitem a emergência de impérios são tantas e várias, desde o conhecimento científico à abundância de meios humanos, passando pela posse da riqueza.

Concorre também para a afirmação de impérios a falta de organização e a “incapacidade de outros povos de se autogovernarem”. Aliás, este foi o argumento do imperialismo e constitui um dos fundamentos utilizados pelos teóricos da colonização europeia para justificar a dominação de outros povos, designadamente os povos de África, entre os quais o povo da Guiné-Bissau. A combinação dos elementos acima referidos confere ao seu detentor o poder para dominar e controlar outros povos.

Nesta ótica, o domínio mundial tende a passar de povo para povo, de uma nação à outra, e assim se explica que, em cada época, surjam novas formas e fórmulas que levam à ascensão de uns sobre outros. Na verdade, a história mostra claramente que os povos de quase todos os continentes já tiveram as suas oportunidades de dominar no mundo. A Ásia, por exemplo foi o berço de uma das primeiras potências mundiais – o Império Mongol, que dominou até parte da Europa. Com o passar do tempo surge o Império Egípcio, que com a unificação dos reinos do Norte e do Sul do rio Nilo, os clãs que habitavam o rio Nilo conseguiram uma maior organização pela confluência de conhecimentos adquiridos no contacto com outros povos. Criaram um único reino e um exército forte, capaz de se auto-sustentar, ultrapassando o Gengis Khan do Império Mongol.

Os faraós desenvolveram as técnicas que lhes conferiam prestígio na época, nomeadamente a escrita e a arte de guerra através do fabrico de armas com base na tecnologia mais avançada da época⁵⁷. Porém, com a queda do antigo Egipto a partir do

⁵⁷ Durante o Antigo Império egípcio, os faraós conquistaram enormes poderes no campo religioso, militar e administrativo (...) Assim, invadiram territórios do Oriente Médio, dominando cidades como Jerusalém, Damasco, Assur e Babilônia. Os povos dominados eram obrigados a pagar tributos ao faraó

séc. VII A.C., a África perde a hegemonia, emergindo a Europa como um gigante, que através das conquistas românicas imprimiu uma outra dinâmica aos acontecimentos mundiais, inclusive uma outra maneira de governar.

Ora, como acontece com todos os impérios, o Romano também chegou ao fim no séc. XV D.C. Entretanto, os povos europeus, delimitados em Estados independentes, deparavam-se com enormes crises económicas que se sucediam, e para fazer face a elas, lançaram-se em conquistas e na exploração dos povos de outros continentes, julgados “incapazes de se autogovernarem” ou “desprovidos de civilidade”.

Após vários séculos da vigência do domínio europeu sobre a África e o mundo, mercê do espírito nacionalista e do progresso científico alcançado e que se traduzia na supremacia de armamentos em relação aos povos africanos, as décadas de 60 e 70 do séc. XX marcaram o fim desse domínio colonial. Inicia-se, então, uma nova etapa marcada pela emergência de novos Estados independentes de África.

No entanto, a emergência dos Estados africanos deu-se através de processos diversos, melhor, não houve uniformidade no processo de tomada das independências exigidas pelos povos colonizados. Muitas dessas independências foram conquistadas por via das lutas armadas de libertação nacional, cujas guerras foram animadas, da parte dos povos africanos que se consideravam forçados a recorrer à via de combate armado, pelos objetivos de conquista da soberania, da “restituição do orgulho aos povos africanos no concerto das nações”, pelo ideal da construção de novos Estados fortes, com homens capazes de assegurar o desenvolvimento económico e o progresso social dos respectivos povos, e também a construção de nações homogêneas.

No entanto, após a independência, a maioria dos Estados africanos não se manteve fiel àqueles desígnios. Com efeito, viveu-se, e porventura vive-se ainda hoje em muitos países de África, décadas de glória e de sonhos efémeros, de louvor aos heróis da libertação, da aclamação dos “*matchus*”.

É o que se verifica no caso concreto da Guiné-Bissau, onde se começou por crer na pureza dos chefes e na prova do seu amor pela nação. Porém, ignorou-se a necessidade da formação e da capacitação intelectual dos chefes, limitando-se apenas à

em forma de ouro, escravos, alimentos, artesanato (www.historiadomundo.com.br/Egípcia, consultado em 21 de março de 2013)

exibição das insígnias identitárias que por sua vez viriam a ser uma bola de neve da tão aclamada libertação.

Este problema tem as suas raízes nos partidos condutores das lutas de libertação. Muitos deles, como o PAIGC, depararam-se com problemas de ordem ideológica, estrutural e hierárquica, assim como de défice de conhecimento académico. Por outro lado, o PAIGC padecia de um outro problema que se prende com a questão da legitimidade do chefe em termos raciais e identitários, com repercussão na forma como se organiza e se dirige o Estado da Guiné-Bissau.

Na verdade, muitos dos problemas enfrentados por esse partido giravam em torno da adoção de uma ideologia única para toda a sociedade guineense, à volta da qual todos convergiriam e que serviria de pilar para a consolidação da nação e consequentemente para a condução do país ao desenvolvimento desejado.

Com efeito, o PAIGC assumiu de forma clara que o Estado independente da Guiné-Bissau se baseava no modelo marxista, entendido como o único caminho a trilhar pela sociedade guineense para a conquista dos seus desígnios nacionais. Esta opção explica o facto de o partido/Estado nos primeiros momentos ter combatido de forma severa os modelos tradicionais de organização política, reputando retrógrado este modelo tradicional africano.

No entanto, a resistência oferecida pelas diversas culturas étnico-tribais que suportam as regras de organização e exercício do poder tradicional ditaram o falhanço do intento de as aniquilar pelo então partido único. Também a falta de estratégias inteligentes da parte do PAIGC, como a via do desenvolvimento massivo do ensino de qualidade, contribuiu significativamente para a perenização do modelo tradicional de poder, em concorrência com o sistema de Estado que se pretende moderno.

Consequentemente verificaram-se grandes lacunas no que concerne a políticas concretas com vista à estabilização e dinamização do Estado guineense, como resultado da referida coexistência descoordenada de poderes políticos e respetivas linhas ideológicas.

Todavia, Cabral, um dos mais proeminentes líderes da revolução independentista da África colonial, alertara antes para o perigo deste erro político em África. Este intelectual, ainda em plena luta armada, numa intervenção que antecedeu a independência das colónias portuguesas da Guiné e Cabo Verde pelas quais ele se debateu, previa o que hoje é a realidade política de grande parte dos países que nele

incorrem, caracterizando-a de “mimetismo; ausência de ideologia; desprezo por experiências locais e de outros lugares; divisões e fragilidades” (SOUSA, 2012: 454).

Cabral apoiara-se nas experiências de outros Estados africanos já independentes nessa altura, como é o caso do Congo, e no facto de se viver num permanente clima de tensão e de intriga no seio do seu partido, para vaticinar as complicações que esperavam o futuro Estado da Guiné-Bissau, cuja independência iria culminar na realização do tão aclamado projeto pós-independência, consubstanciado na libertação política e económica do povo guineense para ele “ter sua própria expressão política e social (...) para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, o progresso a que tem direito, como os outros povos do mundo” (CABRAL, 1974: 112).

Hoje, volvidas mais de quatro décadas após a independência, o que se vive na Guiné-Bissau, infelizmente, está muito próximo da caracterização que Cabral havia feito. Um dos corolários da coexistência do poder estatal, assente na filosofia do Estado moderno, e os diversos poderes tradicionais, é justamente a “ausência de ideologia”, ou melhor, a existência de uma variedade de ideologias contraditórias que não contemplam o progresso comum, o que gera permanentes conflitos.

Por essa razão, o Estado da Guiné-Bissau, apanhado numa encruzilhada de ideologias que coloca, por um lado, a orientação liberal imposta pelo Ocidente após a queda do muro de Berlim, e, por outro, os resquícios das ideologias socialistas, sem que no entanto sejam erradicadas as orientações da política tradicional africana, enfrenta problemas sérios de reconhecimento, de afirmação e de estabilidade.

O problema do défice ideológico é um problema comum a grande parte dos países africanos e é, em particular, o problema do guineense. Ainda hoje na Guiné-Bissau o modo como se encara a multietnicidade e o multiculturalismo está longe de ser harmónico quando se vai além das danças e do folclore.

No que diz respeito às questões fundamentais de cada etnia e/ou religião, as culturas mais fortes se impõem, deixando cada vez mais frágil a unidade da nação. O sagrado e o cultural, assim como o étnico/tribal se impõe sobre o nacional. As leis estatais não funcionam de modo a proteger o bem-estar daqueles que não se revêem nessas tradições, mesmo que chocando com o bem comum. “Não será por acaso que os conflitos étnicos, quando ocorrem, tendem a ser os mais desumanos e cruéis e isto porque não se reconhece no outro a mesma humanidade” (NÓBREGA, 2003: 305).

Para a maioria dos guineenses o “sagrado”, ou seja os valores mais nobres, não coincide com os interesses nacionais. O zelo pelo cumprimento das leis estatais não tem tido a prioridade do Estado guineense. O que tem mais valor atualmente nas relações sociais e políticas são os laços étnicos e culturais. Deste modo, as ideologias dos partidos políticos não vão além da defesa de grupos dominantes em cada período da história guineense.

Atualmente, perante as sucessivas crises do Estado e o incumprimento sistemático das leis, assiste-se a um regresso do estado de génese, da vigência de pequenos reinos e da aplicação de leis heterogêneas, suportadas por ideologias étnicas e tradicionais, cujos resultados em muitos casos são violentos e violam flagrantemente os direitos humanos⁵⁸. São, entre muitas, a justiça privada, a caça aos feiticeiros, os roubos de gado com armas de fogo, o espancamento e o desaparecimento de cidadãos. Tal como diz Alvaro Nóbrega em *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, são casos que designam “algumas práticas culturais, profundamente arraigadas na mentalidade tradicional (...) que desumanizam com extrema facilidade o homem, privando-o de dignidade, até do direito à vida; é também o modo como se encara o *Outro* de etnia e cultura diferente” (NÓBREGA, 2003: 305).

2. O caso da Guiné-Bissau

O PAIGC mostrava fragilidades no que respeita à organização da minoria dirigente... (NÓBREGA, 2003: 169)

Sem pretender enaltecer a política sectarista de exploração e discriminação racial anterior à independência, ainda são escassos, senão ínfimos, os motivos para se contentar com a forma como se dirigiu e ainda se dirige o Estado da Guiné-Bissau. À luz do que disse Cabral e, em consonância com a realidade vigente, constata-se que as razões da fraqueza do Estado guineense prendem-se com inúmeros aspetos, muitos deles de cunho ideológico, em que se fundou o Estado da Guiné – a questão da legitimidade em termos raciais/tribais dos seus dirigentes, a relação destes com o

⁵⁸ Casamentos forçados da região de Quinara que resultaram no espancamento e morte de uma menina de 16 anos (Cf. em anexo o excerto da entrevista com uma das vítimas dessa prática). Mulher baleada em consequência do roubo de gado na região de Canchungo em 2011, e em março de 2013, outro caso idêntico vitimando o maior defensor do combate ao roubo (Cf. JORNAL NÔ PINTCHA, 2011).

poder tradicional, a ausência de cultura de tolerância, a heterogeneidade das populações, o modo como o partido/Estado se relacionou com as outras forças políticas existentes ou transitórias, nomeadamente a colonial e a tradicional, considerando que «não era um partido homogêneo e congregava facções profundamente distintas, antagónicas – até mesmo incompatíveis – que se digladiaram, por vezes, violentamente pela manutenção ou acesso à Sede do Poder» (NÓBREGA, 2003: 169) e a resistência desta última face à incapacidade do Estado de se organizar⁵⁹. Ainda citando Nóbrega, verifica-se que:

Após a independência o PAIGC (...) não foi capaz de melhor, talvez porque as suas elites políticas fossem de cultura moderna, porque o modelo de desenvolvimento que propunham era de matriz eurocêntrica – o marxismo-leninismo – e porque rejeitavam como positivo qualquer contributo do legado colonial, o PAIGC tal como os partidos-estados dos países africanos lusófonos tentou forçar a mudança brusca das sociedades tradicionais de que um dos mais graves exemplos foi a perseguição e exclusão (inclusive física) das chefias tradicionais. (NÓBREGA, 2003: 166)

O peso que cada um destes fatores representa para o progresso político e social constituem algumas das explicações plausíveis para o estado em que se encontra o Estado da Guiné-Bissau.

É certo que pela arrogância do nacionalismo, pela hipocrisia e a posição de beneficiários em que se encontram, muitos se recusam a fazer jus ao fracasso do Estado da Guiné-Bissau. Porém, a forma como ele está sendo dirigido prova a sua fraqueza.

No capítulo referente à conceção tradicional de Estado: identidade e cidadania, abordei sumariamente os direitos e as provas formais de que dispõe o guineense para arrogar-se da soberania do seu Estado. Contudo, já ficou mais do que evidente que a desestabilização permanente do mesmo não lhe permite cumprir com eficiência as funções reservadas a qualquer Estado nos dias que correm. Um Estado que se pretende moderno e de Direito não pode ser construído sobre um vazio ideológico das forças políticas que concorrem para a sua governação.

⁵⁹ “Fosse qual fosse a sua forma, Cabral nunca se cansou de repetir que a luta travada era essencialmente um ato político, quer no plano interno, quer a nível internacional. Por isso, exortava a OUA a jogar um papel vital na batalha política, na fase crucial a que o conflito contra o colonialismo português havia chegado no seu território” (SOUSA, 2012: 502).

No início do período de independência, o país encontrava-se perante uma situação de enorme falta de conhecimento intelectual, que o próprio Amílcar Cabral chamou de “*knowledge vacuum*”⁶⁰ – a falta de homens capazes de assegurar a transição de modo a não afundar-se no descalabro.

A elite intelectual do PAIGC era constituída na sua maioria por cabo-verdianos. Em contraste, a componente guineense do PAIGC caracterizava-se pelo baixo nível de escolaridade, ou até mesmo analfabetismo, e uma sede insaciável de poder. Como esclarece o Prof. Soares Sousa, “esta facção era composta por chefes militares que se destacavam nas frentes de combate e eram nomeados comandantes”. Aliás, parece que Cabral tinha noção deste problema ao afirmar que esses guerrilheiros “não eram militares mas sim milícias armadas” que cumpriam o plano mínimo⁶¹.

A estes homens faltavam qualificações académicas e o conhecimento necessário para o desempenho de funções estatais. Grande era o défice de perfil do estadista e de cultura cívica nessas personalidades que emergiram para a governação da Guiné-Bissau após a independência, assim como de um verdadeiro entendimento do espírito nacionalista. Agiam pela força de armas, utilizando a única formação de que dispunham, que era basicamente a da estratégia da eliminação do inimigo, tecendo-lhe armadilhas.

A exibição dessa vertente da valentia, própria dos combates em frentes de guerra, era muito aclamada pelas populações, concedendo ainda mais estímulo aos chefes militares que a protagonizavam para o acesso e exercício do poder e da governação. Tal realidade explica-se pelo facto de a sociedade ser composta maioritariamente por analfabetos que aplaudiam a cultura de “*matchundadi*”⁶².

⁶⁰ Apesar de reconhecer o lado positivo do acesso à independência, Cabral não escondia o seu receio relativamente aos mais que evidentes sinais negativos da realidade da revolução africana, dominada fundamentalmente pela crise de conhecimento ou “*knowledge vacuum*” (SOUSA, 2012: 454).

⁶¹ Cf. SOUSA (2012) e *Prática Revolucionária*, vol. II.

⁶² *Matchundadi* deriva do vocábulo *matchu*, que no crioulo da Guiné é utilizado para designar a valentia, a coragem e a perspicácia demonstrada por uma pessoa ou grupo do sexo masculino em determinado aspeto (guerra, conquista de mulheres, muitas esposas/amantes, e/ou namoradas no caso de jovens). Geralmente *matchundadi* serve para adjetivar feitos pouco prudentes e menos responsáveis, que porém dão alguma notoriedade ao seu portador. Portanto, o adjetivo “*matchu*”, assim como o conceito dele derivado (*matchundadi*) não estão impregnados dos valores essenciais exigidos aos líderes e estadistas no contexto atual, antes pressupõem a imprudência, e a violência ou a capacidade de ludibriar como normas de conduta e de relacionamento. O *matchu* é aquele que não teme a censura social, não dá valor à moral, trata com desonestidade, sem que a sociedade tenha a coragem de o/a reprimir. “*Matchu*” é diferente de homem, pois tem a ver com a natureza do indivíduo.

Nestas circunstâncias, estavam criadas as condições propícias para o confronto direto entre a facção guineense e a cabo-verdiana do PAIGC. O marco mais relevante desta confrontação foi o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980.

Porém, a sustentabilidade e o sucesso do partido dependia muito da facção cabo-verdiana, minoritária, mas constituída por uma elite intelectual organizada que assegurava a política⁶³. E o seu afastamento da governação a partir desse golpe de Estado fez cair o poder nas mãos de dirigentes quase sem qualquer preparação académica e política.

Os combatentes eram pessoas pouco instruídas e Luís Cabral quis pô-los a estudar. O único que aceitou foi o Paulo, que fez os estudos e teve professores a ensiná-lo. Aplicou-se, em termos culturais estava a uns palmos acima do Nino. Tornou-se cada vez mais um homem de Estado (dominou o português e o francês) e ganhou uma postura de estadista. Representava uma ameaça. (BACAI SANHÁ *in* NÓBREGA, 2003: 243)

Prosseguindo a linha de análise das características da política governativa dos novos Estados africanos independentes feita por Cabral, o divisionismo é apontado como uma das fraquezas desses Estados.

O divisionismo, enquanto problema de falta de coesão, não cessou com a erradicação da ala dita cabo-verdiana do poder na Guiné-Bissau por aqueles que se consideravam “puros guineenses”. Na verdade, este problema continua a afetar sobremaneira o progresso político da Guiné-Bissau, opondo desta feita diferentes franjas de substrato étnico.

Por isso, a filosofia subjacente ao Estado moderno e unitário que se pretende construir na Guiné-Bissau tende a ser adulterada sistematicamente. Sempre que um grupo assume a governação, outros, contrariamente ao apoio necessário ou ao invés de se pautarem por uma oposição construtiva, baseada numa fiscalização da

⁶³ Para os combatentes prestigiados pela acção militar direta, pouco importava que na base das suas vitórias estivesse toda uma acção mobilizadora, organizada e logística da elite cabo-verdiana fundadora do partido, já que estes não empenhavam as suas vidas nas frentes de combate (NÓBREGA, 2003: 171).

O facto da elite política dirigente estar basicamente ocupada no reconhecimento e obtenção de apoios materiais internacionais imprescindíveis à condução da luta armada permitiu à facção militar autonomizar-se, crescer e implantar-se rapidamente no interior do território. Se a facção política era cultural e ideologicamente consciente, a facção militar, maioritariamente constituída por “destribalizados” e por militares oriundos do meio tradicional, era ideologicamente fraca e culturalmente dividida entre a modernidade e a tradição (NÓBREGA, 2003: 200).

ação governativa de acordo com as leis vigentes, trabalham incessantemente para o derrubar, enfraquecendo-o.

O contrário do divisionismo seria a unidade nacional, o que não quer dizer a inexistência da oposição, mas sim a união à volta do projeto fundamental do Estado com base na confluência de sinergias e a criação de condições apropriadas à produção científica e o desenvolvimento económico e social.

Todavia, quando tal unidade não se verifica, a inércia e a monotonia ganham primazia e, consequentemente, o Estado perde as capacidades para produzir e pôr todos esses bens à disposição dos seus cidadãos. É o que se tem verificado na Guiné-Bissau ao longo das quatro décadas da sua independência.

Face a todo este complexo emaranhado de deficiências em que se envolveu a Guiné independente, só lhe restava embrenhar-se na “luta de classes que se traduziu em golpes de Estado, assassinato de líderes políticos e instabilidade permanentes” (SOUSA, 2012: 454). Em consequência disso fragilizou-se sobremaneira o Estado que, incapaz de se orientar e produzir, está cada vez mais vulnerável às interferências do exterior⁶⁴. Confirmando mais uma vez a constatação premunitiva de que “os Estados independentes de África eram frágeis e sujeitos à manipulação do exterior” (SOUSA, 2012:454).

O contexto político-económico globalizado em que o mundo se encontra coloca à Guiné-Bissau o grande desafio de acompanhar o ritmo de desenvolvimento científico e económico à escala global, sob pena de continuar na senda do subdesenvolvimento. Na verdade, quando um Estado não se capacita para produzir conhecimento e riqueza, colocando-se na posição de “periferia” como simples espectador e consumidor, é consequentemente guiado por aqueles que os produzem e os detêm.

Ora, perante a prevalência dos argumentos de “*matchundadi*” e de pertença étnico/partidária sobre os valores que promovem o desenvolvimento real e consistente de um Estado, este fica votado ao fracasso e perde a credibilidade no plano interno e externo.

Ao longo de décadas, o partido/Estado (PAIGC) serviu-se de estratégias como a neutralização e eliminação do inimigo utilizada na luta para governar o país,

⁶⁴ Cf. *Polon di Brá*, as intervenções do Senegal e da Guiné-Conacri; da França, da ECOMOG (4 de fevereiro de 1999), dos soldados angolanos (MISSANG, 21 de março de 2011), da ECOMIB (17 de maio de 2012).

eliminando e massacrando todos aqueles passíveis de se tornarem dirigentes ou líderes políticos. Daí que torna-se pertinente a reformulação do conceito de inimigo, para colocar a grande questão que ao longo das décadas pós-independência permanece indecifrável: Quem é o inimigo? Vou tentar responder a esta questão nos pontos subsequentes, mais concretamente no ponto que fala sobre as práticas adjacentes ao culto da personalidade do chefe.

3. As características do chefe

Chefi tene karu nobu, vencimentu ka da pa karu nobu
Chefi tene kasa nobu, vencimentu ka da pa kasa nobu
Udju na chefi pa ka i bindi tera
Si no diskuda i na bindi tera

(FORTES, 2001)⁶⁵

Nos anos oitenta do século passado, na Guiné o chefe é caracterizado por aquilo que possui, não por aquilo que é. Volvidas mais de três décadas, constata-se que ainda há uma confusão enorme sobre o essencial para se ser líder político e militar: a posse determina, em muitos casos, o acesso aos postos de chefia política e militar.

Geralmente, não se avalia a proveniência daquilo que é possuído, a legitimidade da posse, muito menos se julga o possuidor em caso de violação de normas jurídicas. Porém, como o próprio verbo mostra, o ter é transitório, não determina o perfil do líder.

Em *Pensatempos*, no ensaio intitulado “Pobre dos nossos ricos e receita para um jet-set nacional”, o escritor Mia Couto descreve um tipo de chefe moçambicano. Trata-se de gente de luxo, cujas riquezas são de proveniência duvidosa, que exibem anéis feitos com pedras preciosas, cordão de ouro ao pescoço, carros de luxo, óculos escuros mesmo em sítios iluminados pela claridade, apresentam um estilo agressivo e não tem cultura académica, consomem álcool para demonstrar o seu poderio económico, são arrogantes e utilizam os telemóveis mesmo em sítios em que se exige silêncio, patrocinam eventos para serem engrandecidos. Contudo, “aquilo que têm não detêm”.

⁶⁵ Tradução livre da letra de uma canção do compositor José Manuel Fortes (conhecido como Zé Manel):

O chefe tem carro novo, o seu salário não chega para carro novo
O chefe tem casa nova, o seu salário não dá pra casa nova
Olho no chefe para não vender o país Se não vigiarmos ele vai vender o país.

A maior desgraça de uma nação pobre é que, em vez de produzir riqueza, produz ricos. Mas ricos sem riqueza. (...) Rico é quem possui meios de produção. Rico é quem gera dinheiro e dá emprego. (...) O maior sonho dos nossos novos-ricos é, afinal, muito pequenito: um carro de luxo, umas efêmeras cintilâncias (...) Os nossos endinheirados dão uma imagem infantil de quem somos. (COUTO, 2005: 23-25)

Ora, esta discrição transcende as fronteiras de Moçambique, pois ainda que por analogia, servem para descrever os chefes guineenses. Na verdade, os chefes na sociedade guineense, ainda hoje, se caracterizam por uma especial apetência pelo luxo e, tal como diz José Manuel Fortes, “têm carros novos, casas novas que os seus salários não dão para terem”.

E o pior é que se julgam no direito de se enriquecerem à custa do erário público. Veja-se, a título de exemplo, o desabafo do ex primeiro-ministro e combatente da liberdade da pátria Manuel Saturnino da Costa aquando da contestação popular pela aquisição de bens materiais de elevado custo à custa do Estado para benefício próprio: “Tem-se falado do meu carro. Isso custa 43 mil dólares. Será que uma pessoa que entrou para o partido com 17 anos e hoje está com 55 não tem o direito de ter um carro de 43 mil dólares?” (NÓBREGA, 2003: 181).

Os seus discursos são de uma ignorância tal que se revela na incapacidade comprovada e na crise de liderança perante os desafios da construção de um país socialmente coeso e economicamente próspero. Por isso, e para sustentar o seu orgulho de libertadores da pátria e a sede de poder que os caracteriza, essas “falsas elites” desvalorizam o conhecimento, perseguem os intelectuais e assassinam os críticos.

No excerto que se segue, Abdulai Silá refere-se ao modo como funciona o aparelho administrativo do Estado, à personalização do poder e à utilização da autoridade do Estado para fins corruptos:

Faça favor de dizer, senhor Baldwin – disse com uma voz áspera o Ministro, que não se incomodou em retribuir a saudação, indicando com a mão esquerda uma cadeira à frente da sua larga e sofisticada secretária. (...) Vim aqui por causa da ordem de serviço (...) sabe-se que procedeu a uma nova admissão e alteração do nosso organigrama sem a nossa...

Vamos lá a ver uma coisa, senhor Baldwin. Eu sou o Ministro, o chefe disto. Está claro? Este ministério me foi confiado e eu é que respondo por tudo, mais ninguém! Então que fique claro de uma vez por todas que eu e mais ninguém,

Tenho a liberdade de tomar as medidas que achar mais apropriadas para pôr essa máquina a andar. Está claro? (SILÁ, 2002: 264)

Segundo esta conceção deturpada da figura do chefe, este é aquele que está acima das leis, que manda nos subordinados, nas autoridades públicas e em todas as instituições do Estado.

A utilização abusiva da força e a cultura de impunidade são algumas das características fundamentais dos sistemas de chefia implementados na Guiné-Bissau. Estes sistemas caracterizam-se ainda pela tendencial regência das instituições que cada um dos chefes dirige de acordo com as regras culturais da etnia a que pertence, por serem incapazes de se dissociarem dessas identidades étnico/culturais na forma de agir, mesmo nas ações governativas.

No ensaio supracitado, Mia Couto afirma que “aquilo que têm, não detêm” (Couto, 2005: 23), pois estes chefes não são os verdadeiros donos da riqueza que possuem. São pobres espirituais e materialmente; ainda que possuidores, não detêm a riqueza do país devido à incapacidade que os define e ao afastamento substancial de políticas plenamente modernas e verdadeiramente democráticas.

São também as características dos chefes guineenses a intolerância para com a diferença, a promoção da cultura de “*matchundadi*”, do nepotismo e a consequente patrimonialização do Estado, através da personificação do poder e do “diálogo das armas”. São frios, cínicos e capazes de encenação para incriminar o adversário. O exemplo abaixo é uma descrição *sui generis* do chefe guineense. Consta da carta dirigida ao então chefe de Estado, João Bernardo Vieira, em 28 de fevereiro de 1998, na qual os combatentes da liberdade da pátria, além de acusarem de forma aberta muitas das altas figuras do regime então vigente, fizeram uma descrição típica do chefe e dos caminhos que normalmente eram trilhados para a ascender aos postos de chefia.

Dito promotor Tenente-Coronel Afonso Té. Não chegou a ter nenhuma profissão militar. Conhecido de entre todos como o maior orador do grupo e o mais “*matchu*” de todos. Braço direito de João Monteiro e do camarada NINO. Foi advogado e deputado à ex. ANP. Conseguiu tudo o que tem como chefe, graças aos serviços sujos prestados, com início no 17 de Outubro. Foi um dos orquestradores e organizadores do fingido Golpe de Estado – caluniou muita gente, formulou muitos processos e como era na época o mais inteirado do assunto, manipulou tudo. (GOMES, 1998: 150)

Até ao conflito armado de 7 de junho de 1998, as qualidades referidas no excerto supracitado eram os ingredientes necessários para a ascensão ao poder. Porém, do conflito à atualidade, a esses pressupostos foram acrescentados outros que nada têm a ver com os mecanismos democráticos de acesso ao poder no contexto dos Estados modernos atuais.

A história político-militar recente do país tem provado que a qualificação acadêmica e a carreira militar não concorrem para a assunção do cargo de chefia das forças armadas; antes, pelo contrário, o encabeçamento de golpes de Estado e a auto-intitulação por meio da posse de armamento têm determinado a legitimação pelo poder político desses “chefes militares”. Como diz Marques Bessa, aquele que tiver mais força e influência expulsa o outro “(...) em golpes e contragolpes” (BESSA *in* NÓBREGA, 2003: 241), ocupando de seguida o seu lugar.

Ao longo dos 40 anos de independência, houve uma sucessão indiscriminada de chefias, para quem a democratização, o Estado de Direito, o civismo e a cidadania nacional têm pouco ou nenhum sentido; antes, o poderio das armas e a arrogância das suas identidades étnicas e suas *matchundadis*.

Embora Abdulai Silá não explicita em nenhum momento do romance o espaço geográfico e sociopolítico em que ocorreram os acontecimentos da *Eterna Paixão*, constata-se que há uma grande similitude a nível histórico-cultural e geográfico entre esse mesmo espaço e a realidade sociopolítica da Guiné-Bissau.

Os exemplos mais expressivos dessa similitude são as circunstâncias políticas e sociais em que se encontravam inseridos, o uso dos meios do Estado para a repressão. É o caso de Daniel Baldwin, o americano que, acreditando na pureza da África e dos africanos, rumo à África pós-independente e se empenha na luta para a restituição da dignidade a esse continente; porém, nessa luta é confrontado com realidades totalmente contrárias à sua impressão inicial, como se lê no trecho a seguir:

O seu olhar deteve-se um momento sobre um dos pósteres que pendurara no ângulo formado pelas duas paredes e que exibia o rosto de crianças sorridentes. Observou com certa estranheza o póster e verificou, para a sua grande surpresa, que afinal nem todas as crianças estavam sorrindo. Alguns traziam na cara uma expressão que era completamente diferente do que sempre presumia ser. Era algo que transmitia não a felicidade, mas um sofrimento oculto, qualquer coisa ruim... (SILÁ, 2002: 191)

O amor de Dan por África foi transformado em decepções e mágoas profundas. Foi espancado pelos próprios africanos, preso e exonerado das suas funções. Em contraste com a sorte de Dan aparece Ruth, a africana, nascida e educada na esfera do poder, que compactua com as todas as ideologias dominantes. Impiedosa, cínica e displicente na forma de tratar com os pobres, Ruth a africana traiu o próprio marido para se manter no poder.

O país de Mbubi, metonímia do guineense, mulher sofrida, humilde e ultrajada pelos vários padrões – brancos com quem teve amores; menos brancos de quem obteve afeto e tratamento parental – e que, por fim, serve aos denominados puros filhos da terra, tal como ela. Paradoxalmente, destes nem mesmo a solidariedade consegue ter quando precisa. Finalmente, a própria história recente da Guiné-Bissau faz dele o país de Félix Kinsumah, o diplomata acusado de tentativa de golpe de Estado, que foi preso juntamente com um grupo de acusados; assina uma “confissão” manuscrita, assumindo a culpa, é assassinado e enterrado em lugar incerto⁶⁶.

A Última Tragédia é um grito de revolta e uma denúncia da barbárie expressada na literatura, na música e em todas as artes. Recentemente, os mestres da banda desenhada guineense, os irmãos Júlio, descreveram um cenário que exemplifica o complexo quadro político-militar em que se encontra a Guiné-Bissau. Através de uma caricatura, apresentam uma multidão em fila à frente de um caixão, perguntando pela vaga de chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas⁶⁷.

Esta obra, assim como *Eterna Paixão*, não obstante ficcionais, espelham a realidade atual da Guiné-Bissau. Considerando o facto de que as sociedades se inspiram na visão que lhes é transmitida pelos seus líderes políticos, o estado atual da sociedade guineense, reflexo da degradação política e do abuso de poder nela incutida, é uma sociedade propensa à corrupção dos valores e à violência social para a posse de poder e riqueza.

3.1. Práticas adjacentes ao *chefismo*

Nos países em que o exército tutela de facto o Estado, o golpe de Estado torna-se o método habitual de seleção dos órgãos governamentais. (BESSA apud NÓBREGA, 2003: 241)

Na Guiné-Bissau a tomada da independência não determinou a conquista do progresso social, assim como a adesão à democracia não determinou a modernidade do seu Estado. A realização de eleições classificadas quase sempre de livres e transparentes não determina o grau de civismo e eficácia do Estado de Direito; antes de mais, estas ferramentas têm servido para cumprir meramente as questões formais da

⁶⁶ Cf. o caso 17 de outubro de 1986: “Desta vez creio que o Paulo não vai escapar, pois foram os próprios seus que o entregaram” (NÓBREGA, 2003: 241-245).

⁶⁷ Em anexo a cópia do texto.

democracia⁶⁸. Pois, o que acontece de fato não é nada mais do que já foi dito por António Bessa relativamente aos novos modelos de Estado constituído em África, em que afirma o seguinte «Os chefes militares com certo apoio nas instituições castrenses passam o tempo a expulsar-se uns aos outros (...) em golpes e contragolpes de senhores da guerra». Assim Como se lê na passagem a seguir, em que Silá relata de forma sarcástica a implantação da democracia, que em outras palavras confirma a tese de Bessa e chama a atenção para a inexistência de transformações políticas substanciais.

A Democracia surgiu sedutora, cheia de promessas (...) apaixonou quase toda a sociedade. (...) induziu mudanças a todos os níveis e alterou velhos costumes e alianças. Reivindicada por todos (...) ditou novas regras do jogo para os candidatos a postos que dantes eram eternamente ocupados pelos mesmos comparsas. (...) O país passou a palpitar num clima de projectos e promessas (...) Os camponeses conheceram novas faces e velhas faces sob novas máscaras, que juravam todas amar profundamente a Democracia e querer o progresso e o bem-estar de todos. (SILÁ, 2002: 303)

Ainda que não seja oficialmente assumido, a prática governativa demonstra que na Guiné-Bissau vigora o regime de governo híbrido⁶⁹. Todos os governos juram observar a Constituição e respeitar as regras da separação de poderes entre as instituições do Estado. No entanto, a história política recente do país revela que a componente étnico-tradicional determina muito o estilo de governo e a ideologia a seguir ao longo da vigência de muitos desses governos.

Deste modo, em vários períodos da sua história, a sociedade guineense oscilou entre a democracia e a ditadura, entre as formas tradicional e moderna de exercício do poder. Nunca se assumiu como um poder totalmente tradicional, mas nunca logrou alcançar plenamente as qualidades de um Estado moderno. Por isso, vive-se num círculo vicioso contínuo, marcado pelo subdesenvolvimento, pelas crispações e a luta entre facções.

⁶⁸ O presidente eleito, João Bernardo Vieira, é assassinado (2009); o primeiro ministro e candidato presidencial, Carlos Gomes Junior é deposto (2012); com o golpe de Estado de 12 de abril, o processo eleitoral é interrompido.

⁶⁹ Bratton e van de Walle consideram que, no contexto africano, as condições de largada para o processo de transição estão condicionadas pelo neopatrimonialismo. Partindo da análise, de Max Weber, da autoridade patrimonial, vista como exercício personalizado do poder em sociedades tradicionais, o conceito do neopatrimonialismo é aplicado em sociedades pós-coloniais de estrutura burocrática. Bratton e van de Walle falam de “sistemas políticos híbridos nos quais os costumes e os modelos de patrimonialismo coexistem e se superpõem às instituições racionais e legais (AUGEL, J., 2002: 12).

Na década de 70 do século passado, em toda a África e na Guiné, julgava-se ter alcançado o objetivo preconizado pelos líderes africanos emergidos da década de 50, que era a libertação desse continente e do seu povo. Entretanto, na década de 80, a eterna paixão que se nutriu pela nova nação emergente já se desmoronava à medida que se desenrolavam os acontecimentos. Afinal, chegou-se à triste conclusão de que as lutas libertaram a África do jugo colonial, mas os africanos não se libertaram do seu próprio jugo.

Contudo, a princípio, parecia tudo homogêneo, coeso, não se conseguia vislumbrar sequer, uma consequência negativa, a luta pelo poder que após a implantação da democracia assumiu proporções graves era um tema tabu por parte dos guerrilheiros, porém, assim como a obra prima e perfeita de Daniel Baldwin, foi preciso passar por momentos difíceis para parar e observar o que pensava conhecer bem, o tempo provou com enorme surpresa que aquilo de que se convencia ser perfeito, não o era.

Depois, avançou para a zona da sala onde estavam expostos vários quadros que ela mesma adquirira nos primeiros tempos que se seguiram à sua chegada àquele país. Embora os seus amigos pensassem o contrário, cada vez que os apreciava mais se convencia de que aqueles quadros valiam, pela sua originalidade e perfeição técnica, muito mais do que havia pago por eles. Levou algum tempo a observar um quadro de um pintor, que noutros lados se chamaria de surrealista, como que a querer decifrar alguma mensagem entre os diferentes objectos e seres que pareciam disputar o espaço reduzido da tela, tentando cada um sobressair à custa do outro. (SILÁ, 2002: 187)

A luta pelo controlo do poder protagonizada pelos chefes trouxe à tona o conceito de diferença étnico-cultural. Estas considerações foram transportadas para o campo político-ideológico e exploradas de modo a espezinhar o “Outro” para se ascender no poder.

A conceção da diferença explorada pelos chefes e candidatos à chefia é aquela que coloca o Outro em situação de desumanização, na condição de inimigo a combater física e moralmente, o que sucede normalmente porque têm nas armas e na violência a única estratégia, tanto para acederem como para se manterem no topo do poder⁷⁰.

⁷⁰ Nino Vieira afirma que presidirá os destinos da Guiné-Bissau até cair de velho, e apelida a oposição de “Catchu Caleron” (passarinhos cantadores) (GOMES, 1998: 21) Ainda neste discurso, o presidente Vieira ainda de forma irónica e arrogante afirma que até a sua camisa vai mandar neste país (DISCURSO DE NINO, 5 de junho de 1998).

A reunião de Cassacá é um exemplo do esforço empreendido pela elite do PAIGC que, inspirada nos valores da construção de um Estado moderno e de uma sociedade mais justa preconizados por Cabral, tentou contornar a tendência de chefismo e a cultura de impunidade que se consubstanciava em roubos, acusações de feitiçaria e consequentes assassinatos, a enorme relevância concedida às superstições e práticas fetichistas assim como a aplicação de justiça própria e os abusos sexuais.

No entanto, as severas sanções impostas aos infratores não foram suficientes para erradicar a cultura do chefismo e os seus efeitos nefastos, visto que este comportamento tinha a ver com a cosmovisão dos seus protagonistas, aqueles que agem dessa maneira para serem considerados “*matchus*”⁷¹. Estas práticas ainda fazem parte da realidade político-social atual, e contribuem para o estado de sítio em que se encontra o país.

Os dirigentes do PAIGC criaram estruturas como a JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral), a UDEMU (União Democrática das Mulheres) e os comités locais, os quais funcionavam como autêntica polícia política ou jagunços para os protegerem. Os agentes dessas estruturas, dedicados inteiramente à defesa dos chefes do partido e do Estado, consideravam-se comprometidos com o bem-estar da nação. Na sua luta para impingir à sociedade a vontade do partido, utilizaram métodos que ameaçam seriamente a coesão nacional.

As estratégias de eliminação de inimigos utilizadas na luta de libertação têm sido importadas para a governação. Porém, a acção governativa é uma realidade diferente, que requer a observância de valores de tolerância e a valorização das diferenças⁷².

Perante este falhanço a classe dirigente ficou desprovida da visão política e da capacidade de realização necessárias para conduzir o país para o desenvolvimento. E o pior é que não reconhece as suas limitações, mas recobre constantemente do cunho

Não foram raros os casos em que os governos democraticamente legitimados agiam de forma quase tão arbitrária como os regimes autocráticos (...) conforme a divisa “o vencedor arrebatou tudo” (AUGEL, J., 2002: 7).

⁷² O presidente Nino Vieira precisa elevar o nível e a qualidade do seu círculo de conselheiros e assessores para (...) incluir elementos respeitados, com mais estatura política e aceitação, erradicando assim a impressão de que está rodeado de um grupo de bajuladores e intriguistas, cujas atitudes muitas vezes irresponsáveis põem em causa o futuro deste país (GOMES, 1998: 96).

da ideologia cabralina as suas ações. Mas tal não corresponde à verdade. Como diz Silá, “a pretensa fidelidade ao Pai da Nação mantinha amordaçada a capacidade criativa de toda uma geração e fomentava a prostituição intelectual” (SILÁ, 2002: 242).

3.2. A desvalorização do intelectual e o fenómeno do militarismo

Não tinha dúvidas de que se encontrava numa outra prisão. Uma prisão talvez para delinquentes comuns, gente que como eles precisava (...)decorar as leis e normas do mais forte naquela sociedade. (SILÁ, 2002: 270-269)

Olhando para a história recente da Guiné-Bissau, concretamente a década de 80, constata-se que o tema da independência ainda estava no auge da sua exaltação; ainda se celebrava os grandes feitos dos combatentes da luta armada e a sociedade não estava em condições de prever as consequências nefastas que a atuação dos chefes de guerra traria para o país, por exemplo a discriminação de pessoas com base na sua origem e condição social e a legitimação do poder de governar apenas com base no fator ser “*fidju di tchon*” originário da Guiné ou combatente da liberdade da pátria.

Inventou-se o conceito de “traidores da pátria” e procedeu-se à violência seletiva contra todos os potenciais líderes que não partilhavam a ideologia dos chefes. Este artefacto sustentou a conquista dos reajustadores e a consolidação do seu poder mediante o afastamento por meio de prisões e assassinatos de todos os intelectuais que se afiguravam como potenciais candidatos à liderança do país, mesmo sendo “*fidju di tchon*”.

O caso dezassete de Outubro é uma prova gritante deste esquema, pois demonstra outro nível da luta pelo poder, que a partir da conquista da independência transcende a esfera racial baseada na dicotomia branco/preto passando a outros particularismos, como referi no parágrafo anterior. A implementação do controlo absoluto do Estado foi conseguida graças à utilização de mecanismos de coerção e ao engendramento de um conjunto de ações que colocaram a sociedade e o país num estado de inércia e fragilidade face ao sistema.

Após o derrube do presidente João Bernardo Vieira em 1999 foram feitas algumas revelações sobre os mecanismos de coerção utilizados pelo sistema para o controlo e monopólio das informações com vista à salvaguarda do regime, como se lê no excerto a seguir:

A Guiné é um país pequeno e pobre, basta apertar as pessoas um pouco economicamente para aliciá-las. As nossas estruturas mantinham um controle interno e externo ao mesmo tempo. Internamente temos os nossos agentes no banco, nos ministérios, nas Embaixadas, na Presidência e nas Forças Armadas. Na Guiné ninguém ascende a um posto superior da hierarquia do Estado sem ser um dos nossos. Ninguém consegue um trabalho condigno sem nossa autorização. (JOÃO MONTEIRO⁷³ in *Diário de Bissau*).

Através do retrato ficcional, Silá reescreve a história da pós-independência da Guiné-Bissau criando personagens que recriam e ressuscitam figuras clássicas que marcaram essa história, como Daniel Baldwin, o intelectual que pelo seu compromisso com a verdade e a justiça, não alinha com a ideologia dominante; o engenheiro que trabalha para o desenvolvimento do país, que condena a corrupção; o prisioneiro denominado “falso mendigo”, intelectual e vítima do regime; o diplomata Félix Kinsumah, um estadista nobre de espírito, o embaixador comprometido com o progresso do país que lhe custou a vida; Mbubi, empregada, mulher pobre que chefia uma família monoparental; o ministro e o supremo chefe, as figuras do Amambarka, o carrasco e tantos outros.

Os primeiros quatro personagens encarnam tipos antagónicos ao estereótipo do chefe guineense em cuja génese está a manifestação da força, o domínio absoluto sobre as populações, o enriquecimento ilícito. Esses tipos são banidos do sistema, como aconteceu com Daniel Baldwin.

Estavam habituados a aquele tipo de jogadas (...) Todos sabiam que as acções de Dan em prol da libertação de um dos envolvidos na “tentativa de golpe de estado”, aquelas actividades todas que anunciara empreender, não iam ficar impunes. Nunca tinham sido! (SILÁ, 2002: 265)

Após os assassinatos de 1986 e os subsequentes bloqueios e repressão dos intelectuais que não deram prova da sua resignação ao *status quo*, a sociedade mergulhou definitivamente na inércia. Todas as tentativas de contestação foram aniquiladas, os valores essenciais para o desenvolvimento desprezados. O desemprego e a falta de educação fizeram com que a sociedade guineense, pobre e sem condições para se desenvolver, se dispusesse a formar muralhas humanas para assistir ao desfile inglório das idas e vindas dos chefes da terra, acenar e aplaudir com “vivas” a ostentação do luxo efémero dos chefes ao longo da Avenida 14 de Novembro.

⁷³ Ex-chefe da Segurança do Estado do governo do regime de partido único.

Perante a arrogância e exaltação exacerbada da valentia dos combatentes, o desenvolvimento científico está longe de ser a prioridade, e a paz social continua a ser comprometida pela valorização dos interesses pessoais irrelevantes para os desafios do desenvolvimento. No entanto, *crise* é o termo que melhor descreve o quadro político governativo da Guiné-Bissau ao longo dos 40 anos da sua independência. O enriquecimento individual e ilícito continua a ser justificado pelos seus protagonistas como sendo legítimos, considerando o seu passado de guerrilheiros (combatentes da liberdade da pátria) e/ou a sua fidelidade aos partidos.

Vive-se um ambiente dominado pelas intrigas, assassinatos e a patrimonialização do Estado. Debilitou-se a estrutura governativa do país, o que contribui para o agravamento cada vez maior da crise económica num país que, não obstante dispor de riquezas naturais, depende de ajudas internacionais para garantir a subsistência dos seus cidadãos.

A Guiné-Bissau é um exemplo de regime autocrático típico de países africanos, em que a cúpula dirigente é constituída maioritariamente por homens armados com pouca ou nenhuma preparação académica e que se caracterizam pela intolerância para com as filosofias modernistas que propõem atitudes nobres e pensamentos liberais e críticos. Países onde os intelectuais comprometidos com a justiça constituem ameaça ao poder e, por isso, são reprimidos com espancamentos, assassinatos e bloqueios mediante o cerceamento de oportunidades de exercício de funções condignas com o seu estatuto.

No caso concreto do país em análise, as consequências dessas políticas conduziram ao êxodo massivo da elite intelectual e à alta taxa de abandono da escolaridade, que têm como consequência a inversão da ordem dos valores morais e éticos, a substituição da elite intelectual por uma elite militar, a destruição da cultura académica pela cultura de rua, folclórica e sobrevalorizada, preterindo desta forma o essencial para a modernização do Estado.

Os anos 80 e 90 foram os anos de aborto e genocídio intelectual na Guiné-Bissau. Foram marcados por uma vaga de emigração de jovens formados que, excluídos pelo regime, abandonaram o país para trabalharem nos países da sub-região, principalmente em Cabo Verde. Porém, para aqueles cujos recursos económicos não lhes permitiam enveredarem pelo caminho da emigração, apresentavam-se duas opções: ou renderem-se à corrupção ou refugiarem-se em vícios.

O “contributo” dos próprios guineenses para a perenidade da nuvem negra que paira sobre o nosso país, passados quase quarenta anos de independência, revela-se na manifesta preferência pela “ausência de escrúpulos dos que enriquecem à custa de tudo e de todos. Dos que acumulam fortunas à custa da droga, do roubo, do branqueamento de dinheiro e do tráfico de armas” (Couto, 2005: 99), na contínua desestruturação do ensino e na despromoção da qualidade pelo nepotismo e a indefinição de filosofias claras na escolha dos nossos líderes políticos.

Por isso, o pessimismo em relação ao desenvolvimento do país é de certa forma partilhado pela massa juvenil guineense, pois há um grande descrédito dos políticos, os quais conduzem o país ao retrocesso permanente, contribuindo para que muitos, principalmente os jovens, vejam na emigração a solução para a sua realização económica e académica, pois a precariedade social generalizou-se de tal forma que amordaça a esperança numa vida melhor – “A questão é que já muitos de nós perderam a crença nessa mudança” (*ibid.*)

CAPÍTULO V : Modernidade em *Mistida*

1. A precariedade social e a condição da mulher

Mistida é uma narrativa pós-moderna que com os seus anti-heróis e figuras da rua assume a precariedade do quotidiano e dá voz aos mudos, e onde os géneros literários e tradicionais esbatem as suas fronteiras, se entrecruzam e justapõem. (MONTENEGRO in SILÁ, 2002: 328)

Sem prejuízo de repetição, vale dizer que o romance *Mistida* é uma obra que rompe com a literatura de exaltação exacerbada dos combatentes, da culpabilização do Outro e abre caminho para uma literatura de denúncia e crítica dos desmandos da governação do novo Estado independente. Uma literatura que chama a atenção para a necessidade “*mister*”, de desencadear acções que visam combater a violência, a degradação governativa e a desarticulação da nação. Este romance “desafia o discurso hegemónico legitimador dos detentores de poder no país” (AUGEL, 2005: 314) e desmascara os inimigos de dentro.

Lido em termos histórico-temporais, *Mistida* retrata um período de anunciadas mudanças⁷⁴ na história recente do país, marcada pela crise de confiança governativa, pelo descrédito nos “libertadores da pátria” e nos representantes do Estado. *Mistida* surge numa década de manifestação generalizada de descontentamento pelo falhanço das promessas de desenvolvimento humano em que se expressa o desejo de mudança mercê de tensões políticas e crises sociais visíveis na situação de vida precária das populações e na multiplicação das *mistidas*.

No entanto, o drama do sofrimento e da precariedade social em todas as camadas da sociedade fez com que se embrenhassem na busca desenfreada de soluções para a crise cada vez mais grave em que o país mergulhara. Como refere Teresa Montenegro no prefácio à primeira edição deste romance, ele reflete “a flagrante crise de sentido (...) em que vivemos e, de maneira acertadamente caleidoscópica, a multiplicidade de estratégias individuais (...) na procura de saídas e de novos sentidos que permitam sobreviver à desestruturação” (SILÁ, 2002: 328). Ora, a multiplicidade

⁷⁴ O período que compreende os anos 1990 até à atualidade. Marcado pela democratização do Estado da Guiné-Bissau duas décadas após a independência, começa uma nova era. É um período de mudanças que, analisadas em critérios lógicos de causa-efeito, não corresponderiam à modernidade da forma que o mundo a conhece. Contudo, sendo um país globalizado, ainda que por inerência de fatores vive-se uma modernidade na Guiné-Bissau, porém uma versão atrasada da modernidade global.

de estratégias individuais a que se refere a prefaciadora da primeira edição de *Mistida* resulta da transição brutal para a nova ordem política e social que permitiu situações atípicas vivenciadas desde a tomada da independência: a lei do mais forte, o enriquecimento ilícito, novos estilos de vida supostamente “modernos” que concorreram para a degradação dos padrões sociais, éticos e morais, assim como para o enraizamento de um conjunto de fatores que contribuíram para a instauração na sociedade guineense dessa modernidade *sui generis* desenfreada e subdesenvolvida.

Dentre esses vários fatores geradores da crise destaco os seguintes: a ausência de um processo de transição pós-colonial que preservasse o conhecimento, a capacidade intelectual e o sentido de justiça como pressupostos favoráveis à estabilidade e ao desenvolvimento, em suma, uma transição que privilegiasse o homem novo nos termos em que Cabral o concebia; a invasão da força camponesa oriunda dos meios rurais que, imbuída de uma certa legitimidade pela sua participação na luta de libertação nacional, impõe a sua ideologia combatendo os assimilados assim como toda a herança colonial (língua e cultura), resultando em certos casos na eliminação física de pessoas, assim como na substituição da elite intelectual por uma elite militar, na sua maioria não intelectual; a instauração da lei do mais forte, a patrimonialização do Estado e o nepotismo.

Também contribuíram para esta crise a instauração da nova ordem social dominada pelo discurso do desenvolvimento, ou seja o capitalismo baseado na economia do mercado, num país caracterizado pela ausência de produção industrializada e com alta taxa de desemprego, assim como a ausência de políticas sociais que garantam o apoio e proteção à classe pobre.

No entanto, sem a garantia desses pressupostos susceptíveis de garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento humano, restava à sociedade sujeitar-se a uma vida monótona e precária servindo-se de “mistidas” que lhe permitissem a subsistência no dia a dia.

Mistida é uma narrativa urbana, o retrato dos dilemas e as vicissitudes dessa população guineense⁷⁵, e a ela o autor persuade à resolução urgente dos seus problemas e a encontrar soluções para a crise em que se encontra.

⁷⁵ “No quotidiano urbano, a *mistida* é hoje sobretudo escrava da sobrevivência, da procura limitada da caneca de arroz, as duas colheres de óleo ou o minúsculo invólucro de margarina a retalho que reunidos a um bocado de peixe permitam fazer ao menos *um tiro*, uma refeição por dia, e eventualmente uma vela para esta noite não embater no escuro” (MONTENEGRO in SILÁ, 2002: 324).

De acordo com Russell Hamilton, a literatura pós-colonial constitui-se de um dever principal de “denunciar” e essa é uma característica própria das obras de Silá, que “ridiculariza e caricatura os desmandos dos militares, denuncia o comportamento irresponsável dos políticos para que a sociedade ganhe a consciência e os censure”⁷⁶. Seguindo nessa perspectiva crítica delineada através dos subsídios fornecidos pelo romance, vou proceder a uma leitura dos acontecimentos político-sociais que marcaram a modernidade no nosso país.

Primeiramente vou citar dois acontecimentos que marcaram a história recente da Guiné-Bissau a nível político e económico, como ponto-chave para a análise da crise política que dominou as quatro décadas da independência, nomeadamente: a carta aberta dos combatentes da liberdade da pátria ⁷⁷, a famosa “carta magna” dirigida ao Presidente da República Nino Vieira em 1997, e a liberalização económica e a entrada para a UEMOA ⁷⁸.

Tratou-se de uma flagrante demonstração da crise governativa marcada pela degradação do sistema e pela “jagunçagem”. Nessa carta os ex-combatentes advertiram o Presidente da República em relação aos casos de injustiça outrora cometidos, alertando para a sua intolerância quanto a uma repetição de casos idênticos ao do 17 de Outubro, e ainda ameaçaram pôr em causa a paz nacional caso não fossem cumpridas as suas exigências.

A guerra de sete de junho de 1998 marca o início da concretização da incompreensão do papel dos libertadores dos objetivos da luta pela independência que, ainda, se consubstancia em numerosos golpes de Estado e na imposição da violência seletiva sobre as leis soberanas que defendem os interesses nacionais.

A par dos factores políticos, os económicos também contribuem sobremaneira para o estado em que o país se encontra. A adesão à nova moeda, o franco CFA, a 1 de maio de 1997, aliada à liberalização do mercado anteriormente efetuada, assim como a ausência de industrialização do sector agrícola e outros, o que significa a continuidade com a forma de produção tradicional, basicamente para o consumo, que por seu turno demonstra a incapacidade competitiva com os mercados da sub-região e contribui para

⁷⁶ Entrevista à Maria Filomena Gomes Correia Umabano, SITEC, 2012.

⁷⁷ *Polon de Brá e A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*.

⁷⁸ União Económica e Monetária Oeste-Africana.

a desestabilização da já incipiente e débil economia nacional, facilitaram ainda mais o agravamento da crise social.

Como se pode constatar nos entrelaçados acontecimentos de *Mistida*, a nova ordem social, mercê dos acontecimentos marcantes na política e na economia, ditou novas regras nas relações sociais, sem que a adesão a elas tenha produzido transformações na filosofia do Estado com vista à garantia do desenvolvimento sustentável, e isso comprova o carácter supérfluo e emotivo com que foram encaradas essas mudanças. Como se pode ler na análise feita pelo sociólogo João José Silva Monteiro publicada na revista *Soronda*, a massificação da escola não resolveu o problema do desnível social e académico herdados do colonialismo, antes criou-se um outro problema, o qual se pode designar de mediocridade académica e ausência de profissionalismo.

Durante os primeiros anos depois da independência, a escola guineense conheceu um período de expansão sem precedentes, atingindo o pico de 100.000 alunos em 1977. Mas logo depois, o sistema educativo sofreu reveses, perdendo cerca de 10 mil alunos entre 1981 e 1987, e isso em flagrante contradição com o discurso e o diário políticos oficiais e contrário às tendências demográficas registadas. Em consequência, verifica-se uma quebra na taxa de escolaridade, passando de 45% a 37%, com a agravante das assimetrias regionais e sociais. Os conteúdos do ensino, os objectivos de cada fase, os objectivos finais e o calendário escolar estão em completo desencontro com as estruturas produtivas e sociais, principalmente das camadas rurais... Desse ângulo de análise, forçoso é reconhecer que a escola guineense contribui para o agravamento do desemprego da juventude e da problemática da mão-de-obra no país, ao lançar para a vida activa um contingente de jovens diplomados, desprovidos de quaisquer aptidões profissionais que possam facilitar a sua inserção no mercado de trabalho; mantendo os clássicos e mal ajustados esquemas liceais, abrangendo mais de 90% dos jovens no âmbito da formação secundária, mas sem dispor de componentes vocacionais. (MONTEIRO, 1993:106)

A sociedade viu-se colocada perante ideologias que não está preparada para enfrentar e que concorrem para a decadência dos pilares básicos da sociedade, Escola e Família, consequentemente para a degradação da relação pai-mãe-filhos, a crise de valores e a alienação de responsabilidades, e consequentemente para a

desintegração social e o surgimento massivo de novos tipos de família (monoparentais e liberais⁷⁹).

À semelhança da denúncia em relação ao regime salazarista em “*Os Grão-Capitães*” na qual o escritor português Jorge de Sena no prefácio reitera a necessidade “de compor uma crónica amarga e violenta dessa era de decomposição do mundo (ocidental) (...) de uma tirania que castrava Portugal” (SENA, 1975), Silá compõe uma crónica amarga e violenta, evocando momentos históricos reais que marcam a sociedade guineense, reescreve a memória coletiva dos primórdios da pós-independência à atualidade, com personagens típicas dos centros urbanos guineenses, proporcionando aos leitores uma viagem curta à realidade.

Destaco aqui duas figuras célebres de *Mistida*, por constituírem tipos sociais clássicos: o Comandante, um “Ex” que se resigna por se sentir impotente, e Amambarka, o opressor, usurpador e hipócrita, que impõe e engana, que faz tudo para apossar-se do poder. Amambarka perpassa todas as obras posteriores de Silá. É a figura do Carrasco de Sena. Amambarka desmistifica o opressor e imputa a responsabilidade àqueles que usam o poder para roubar a razão, para castrar e afundar o país na extrema pobreza material e psíquica, aqueles que negando o direito à instrução, a saúde, a habitação condigna e a alimentação conseguem manipular o povo mantendo-o preso e dependente. Como afirma Odete Costa Semedo na apresentação de *Dois Tiros e Uma Gargalhada*, “é evidente a ligação intrínseca entre o fazer literário e os acontecimentos históricos, sociais e políticos que, muitas vezes, torna-se difícil discernir o fio que separa o real da ficção”, como se pode constatar no capítulo cinco de *Mistida* em relação às personagens Djiba Mané e Mama Sabel. As suas vivências, os dilemas do dia a dia e o modo como se batem pela vida são de uma evidência incrível.

A menina Djiba Mané era quase analfabeta, já não ia à escola, não beneficiava de proteção do Estado, não tinha roupas de moda, era pobre. Em vez de receber proteção e apoio do Estado, é aliciada pelos próprios representantes do Estado que se servem dos bens do Estado a se prostituir como meio de melhorar a sua vida. A corrupção naturalizou-se na nossa sociedade, tornando-se numa característica clássica dos governantes, com repercussões nefastas sobre a estrutura familiar. Contudo o seu

⁷⁹ Por falta de nomenclatura adequada, designo de liberal as famílias orientadas por adolescentes em fase de transição para a juventude, sem um adulto que se encarregue ou se responsabilize pela sua educação.

impacto produziu efeitos distintos no comportamento social dos homens e das mulheres, visíveis na maneira como encaram as suas *mistidas*.

Através das atitudes e comportamentos do Comandante e de Amambarka, Silá lança subsídios para a análise de dois tipos sociais de homens *matchus*: os alienados ou aqueles que se resignam, não encaram a vida nem assumem as suas responsabilidades, e se refugiam na alienação – “O comandante não vai mesmo abrir os olhos...? Não vou. Porquê? Este mundo está cheio de hipocrisia, não quero ver (...) e de maldade” (SILÁ, 2002: 335) – e aqueles que têm como único propósito a conquista do poder, obtendo-o ainda que a custa de golpes de Estado. É pertinente observar que nos argumentos com que o Comandante justifica a sua atitude, não transparece uma crítica construtiva; ele se conforma, pois não faz nada para mudar o curso dos acontecimentos, simplesmente se auto-exclui. O mesmo comportamento também é demonstrado pela figura ausente do pai da Djiba Mané.

Outro comportamento clássico é o que caracteriza os detentores do poder do Estado – a hipocrisia, o roubo e a violência. O exemplo é Amambarka, também referido em *As Orações de Mansata*, o carrasco hipócrita que só se interessa pelo poder, enquanto se multiplica substancialmente a quantidade de jovens que se autodestroem na prostituição e de crianças exploradas pelo trabalho infantil e pela pedofilia, sem uma formação que lhes permita no futuro combater a barbárie. O diálogo entre o supremo chefe Mwankeh e os três anciãos em *As Orações de Mansata* é um exemplo do cinismo dos governantes africanos: “Não há escola para as crianças, há muita droga...” “Droga? E as crianças não têm escola? Eu não sabia disso” (SILÁ, 2007: 31).

A violência que constitui temática nos dois romances anteriores de Silá está sempre impregnada em figuras que representam a autoridade, tanto a colonial como a tradicional/ religiosa (o *Djambacús*, o régulo e o próprio pai). No caso concreto de *A Última Tragédia*, é a autoridade pós-colonial desacreditada pela corrupção e a violência que a caracteriza, desafiando o mito do opressor colonialista. A violência nestas três últimas obras de Silá – *Mistida*, *As Orações de Mansata* e *Dois Tiros e Uma Gargalhada* – é protagonizada e exercida pelos próprios filhos da terra.

Na epígrafe ao primeiro capítulo de *Mistida*, o autor animaliza o opressor. Esta atitude na tradição oral guineense serve para demonstrar os verdadeiros atributos assim como o carácter duplo desse ser ou coisa. “Não foram anunciados nem tão-pouco desejados, mas os camaleões chegaram. E chegaram todos de uma vez.

Apressados. Poderosos e violentos.” (SILÁ, 2002: 329). É interessante a forma como Silá apropria-se da representação que acompanha a relação com os animais no imaginário e na tradição oral guineense tal como nas adivinhas e nos ditos populares, convidando o leitor a refletir e a decifrar os enigmas do subdesenvolvimento da Guiné.

Silá ainda joga com o absurdo ao atribuir aos camaleões qualidades que *a priori* lhes são inacessíveis: “apressados”, “poderosos”, “violentos”. O poder e a violência são atributos e comportamentos característicos de animais fortes, de grande porte, que bramam, rugem e são facilmente identificáveis por serem carnívoros, como o lobo, o leão ou a onça. Contudo, é o camaleão que aqui encarna a violência, ele que à partida nunca a exerceria. Silá contraria assim o mito da violência que ao longo dos séculos foi atribuída ao colonialismo, e como diz Parente Augel, “o autor afasta-se do discurso dos mantenedores do poder, dos políticos profissionais e envereda por caminhos conscientemente desconstrutores, pondo à mostra o avesso das familiares e correntes representações da nação” (AUGEL, 2005: 316).

Cada um dos dez capítulos de *Mistida* apresenta uma epígrafe baseada em letras de músicas interventivas em crioulo e em inglês com um título elucidativo sobre o assunto nele tratado. De *Madjudho* a *Kambansa* está patente o retrato da banalização do Estado e da sociedade pelos regimes híbridos emergidos dos sucessivos golpes de Estado e de lutas incessantes pelo controle do poder absoluto e, por conseguinte, cada um dos capítulos demonstra uma sociedade repleta de situações “tão monstruosas como a que os nossos olhos temem reconhecer na ‘realidade’” (SENA, 1974).

2. Mama Sabel e Djiba Mané: dois mundos em conflito

A prevalência de fatores permeáveis à existência de conflitos mercê dos já mencionados fatores de crise, nomeadamente o centralismo de poder, a patrimonialização do Estado, o nepotismo e a ineficiência da justiça, têm repercussões nefastas e os seus impactos são visíveis em diferente áreas da vida na sociedade, refletindo-se no baixo nível de vida da população, na desestruturação da família, na degradação do sistema educacional, assim como na adesão massiva às práticas retrógradas da tradição como forma de identidade, preterindo valores modernos em pleno séc. XXI. Práticas que coisificam a mulher e violam os direitos das crianças. Como já foi provado por diferentes estudos histórico-sociológicos, a condição da mulher em África tem sido ao longo dos séculos pouco alterada, e na Guiné-Bissau ela

continua a ser uma figura subalternizada, a sua vida gerida através da visão paternalista, em certos casos o seu estatuto não difere muito da dos objetos, uma coisa utilizada para a satisfação do seu proprietário, o pai/tio⁸⁰, o marido e/ou o irmão. Por estas e outras razões das quais não me ocuparei neste estudo, a sociedade moderna guineense cogita entre a modernidade e a tradição, ou seja, o conservadorismo retrógrado e formas difusas de ver o mundo que coabitam e se encontram permanentemente em conflito “suave”⁸¹ de valores, ideais e objetivos.

Porém, contrariamente ao conceito paternalista ainda prevalecente no comportamento sociocultural que inferioriza, retira a voz e confina a participação da mulher à esfera doméstica ou a trabalhos auxiliares, em *Mistida* a problematização de questões sociais e políticas, assim como a busca de soluções para os conflitos que delas decorrem, estão propositadamente protagonizadas por personagens femininas, numa flagrante demonstração da capacidade criativa e construtora da mulher. Através de personagens como Ndani, Mbubi, Mama Sabel e Djiba Mané, Silá rompe com o paternalismo e dá voz às mulheres para lutarem contra os estereótipos e as barreiras sociais, psicológicas e culturais que as mantêm dependentes. Cingir-me-ei sobretudo às duas últimas personagens, em cujo percurso formativo ideológico se baseia esta abordagem.

Primeiramente procederei à análise daquilo que chamo de “conflito suave” entre as duas mulheres. Em seguida discutirei a questão da desestruturação da família na sociedade guineense com base no percurso emancipativo da personagem Djiba Mané, e finalmente avaliarei o carácter decisivo da participação interventiva das mulheres no percurso sociopolítico da Guiné-Bissau pós-independente tendo como subsídio básico essas duas personagens.

⁸⁰ Nas culturas tradicionais guineenses, independentemente de serem patrilineares ou matrilineares, a figura do tio tem valor superior à do pai no que tange à tomada de decisões em relação ao casamento, circuncisão/excisão e outras cerimónias. Nas etnias matrilineares quem assume esse papel é o tio materno, irmão ou primo materno da mãe.

⁸¹ Utilizo a expressão “suave” porque não há uma guerra aberta no sentido de um eliminar o outro de forma radical e definitiva (como acontece noutros países onde facções ou ideologias desencadeiam conflitos mortíferos). Porém, o que acontece na Guiné é que as duas filosofias de vida, a “tradicional” e a “moderna”, prevalecem e se sobrepõem uma à outra considerando as necessidades do momento. Daí que seja uma prática na Guiné-Bissau os políticos falarem do desenvolvimento e incentivarem práticas nefastas antagónicas ao desenvolvimento como *o fanado* ou *o toca-choro* assim como deixarem impune a prática da excisão, não obstante a existência de leis, assim como a permanência de cadáveres por enterrar por vários dias junto às habitações, a caça aos feiticeiros e vários outros comportamentos nefastos que permeiam o subdesenvolvimento.

Mama Sabel e Djiba Mané são duas mulheres da cidade pertencentes a gerações diferentes e representantes de ideologias diferentes. A primeira caracteriza-se pelo apego aos valores que no passado aprendera e conservara; cética, ainda sonha com um mundo de pureza e “honestidade”, acredita na mudança embora vive uma realidade sarcástica e utópica.

Fazia tudo para se convencer que as coisas não eram daquela maneira (...) tão cruéis e amargas como aquelas palavras que ecoavam nos seus ouvidos sem piedade, provocando chagas incuráveis no seu paupérrimo coração (...) queimando tudo o que de orgulho lhe restava. (...) Preferia levar a vida como sempre a levava (...) Precisava de continuar a encarar a vida da mesma maneira, com fé e esperança num dia melhor. (SILÁ, 2002: 387-388)

Como anciã, ela é guardiã dos bons costumes, conserva da mentalidade tradicional a ética, a moral, o espírito de sacrifício e submissão exigidos à mulher guineense, pois ainda perante a precariedade e a adulteração dos valores por parte dos Dignitários da Nação, Mama Sabel não se corrompe e luta para passá-la à nova geração: “Não, assim não dá... Quem vai cuidar do país? (...) Mas deves contribuir... com trabalho honesto” (SILÁ, 2002: 390-391). Porém Djiba, bastante realista, aprendera a viver uma filosofia de vida completamente oposta; analisa os factos de acordo com a realidade vigente, não tem medo de falar de política e da corrupção do Estado, conforme se lê no excerto a seguir.

Diz-me se é honesto uma mulher-grande como tu estar a vender mancarra neste beco a esta hora. Estás a ser honesta? Para quem? Para os filhos, que já não tens? (...) As coisas estão como estão, não sou responsável de nada, aliás, ninguém é responsável (...) Mama Sabel, o próprio governo, depois de tantos anos de independência, continua a dizer que não é responsável (SILÁ, 2002: 389).

O conflito, na verdade, tem a ver com o choque ideológico motivado pela maneira como cada uma vê o mundo, assim como as formas que cada uma delas utiliza para resolver as *mistidas* que se esbatem sobre elas, e que basicamente se podem resumir numa única questão: como sobreviver à precariedade? Como ser útil à sociedade? Utilizando a expressão do autor, como *safar a mistida?*, Também tem a ver de certa forma com alguns aspetos da mentalidade tradicional no que tange à visão paternalista que restringe as mulheres a um círculo vicioso monótono, concedendo liberdade incondicional aos homens, até para serem em certos casos corruptos e mandriões.

O choque entre as duas mulheres tornou-se evidente logo no primeiro encontro. Djiba invade o espaço de forma abrupta, desrespeita os costumes pondo de

lado a memória coletiva, afirma-se impondo uma nova regra de relacionamento. Ao ser abordada pela anciã reage com desprezo “puxou a boca... e virou o rosto para o outro lado” (SILÁ, 2002: 391), uma atitude de desrespeito que provocou pensamentos intrigantes na velha.

As duas, movidas pela incerteza em distinguir os sentimentos que cada uma trazia consigo, sentiram-se impelidas a pensar mal uma da outra. A velha cogitava em rotular a menina de mal-educada, visto ser um padrão cultural a criança aprender com os pais o valor ético de *falar mantenha*⁸², principalmente aos mais velhos e neste caso a uma “mulher-grande”. Por seu turno, a menina se posiciona como adversária pronta para combater. Para ela, Mama Sabel não passava de uma chata e intrometida, por isso mandou-a calar a boca e não voltar a intrometer-se na sua vida: “Toma conta da tua vida e deixa a minha em paz” (SILÁ, 2002: 393).

Porém, dialogando reconheceram que entre elas havia uma identidade comum, a subalternidade e o sofrimento, perceberam que ambas eram duplamente elididas pela cultura e pela política, ambas eram vítimas da desestruturação social e da desestabilização política. Pois a situação de penúria que Mama Sabel vivia no momento, velha e doente, sem pensões nem reformas, sem currículo formativo que lhe pudesse garantir uma velhice tranquila, obrigada a vender mancarra debaixo do sol e da geada para subsistir, esta mesma sorte esperava a Djiba. “Mama Sabel levantou-se com dificuldade e encarou a rapariga. (...) Ao mesmo tempo sacudia a cabeça com ar triste. Forçou um sorriso acanhado, totalmente apagado (...) Esticou a perna e mostrou o joelho inchado” (SILÁ, 2002: 388).

O comportamento de Djiba até aí era o reflexo da raiva que escondia do inconformismo com a precariedade vivida, pois queria algo melhor, não queria continuar com aquela vida. Critica a má governação, culpabiliza o Estado pelo disfuncionalismo do sistema educativo mercê de constantes interrupções, ainda o responsabiliza pelo desemprego e pelo não aproveitamento intelectual dos formados, ou a desvalorização do intelectual. Por essa razão ela decide abandonar a escola: “Eu não vou voltar para a escola nunca mais! (...) Eu não vou ser como as minhas irmãs... Perderam tanto tempo para nada. Não têm trabalho, não têm dinheiro, não têm nada. Absolutamente nada.” (SILÁ, 2002: 393).

⁸² Cumprimentar.

Revoltada e amargurada, a pequena Djiba descreve o Estado como o nada, o vazio e inexistente, fala dele de modo semelhante a William Blake em *Poetical Sketches*, ao referir-se ao Estado nos seguintes termos: “está no poder deles prejudicar a instrução mas não o instruir, tal como está no poder deles o matar um homem, mas não o fazer um homem” (BLAKE, 2007). Um Estado corrupto e irresponsável, que não protege os seus cidadãos.

Djiba provinha de uma família monoparental, um modelo de família surgido nos centros urbanos que é totalmente diferente do da família tradicional, considerando que na família tradicional nunca desaparece a figura paterna, já que em caso de morte ou invalidez do homem (pai/marido) há sempre um sucessor que preenche o vazio, portanto os filhos sempre têm pais e as mulheres nunca ficam sem marido. No entanto, a família monoparental “moderna” emergiu com uma força brutal que obrigou a mudanças infrenes e descomedidas na ética e na moral social, e ainda comporta muitas deficiências em termos estruturais e de subsistência.

Seguindo o percurso social e psicológico da Mama Sabel e de Djiba Mané, Silá problematiza a crise sociopolítica da Guiné-Bissau pondo em evidência a questão das identidades marginais, neste caso da construção das identidades femininas e da participação das mulheres na reestruturação e no desenvolvimento da pátria. Para isso utiliza alguns dos parâmetros de construção da identidade feminina já formulados por teóricos feministas como Donna Harawaay, Judith Butler, Gayatri Spivak, Minh-há e Chela Sandoval, que nos seus estudos consideram que em virtude do sofrimento e da discriminação negativa da mulher em África, “a mulher africana é duplamente marginalizada”. Na Guiné-Bissau essa marginalização é visível tanto na cultura, na sociedade como na política.

O lugar que as personagens femininas ocupam em *Mistida* é exatamente aquele que a sociedade lhes reserva, o lugar de esposa obediente, doméstica, mãe educadora, vendedeira e até o lugar de prostituta, considerando que não lhe é garantida a formação sólida adequada para assumir-se e atuar como uma agente de decisão. Como escreve a Inocência Mata, “as mulheres são socializadas como sujeitos apolíticos e continuamente projetadas para longe da arena política quer como sujeitos, quer como agentes” (MATA, 2007: 23). Ora, não obstante as mulheres no romance manterem os mesmos estatutos subalternos que à partida não lhes permitiam entender, muito menos discutir questões políticas e sociais além do seu mundo delimitado, constata-se nelas uma capacidade crítica e analítica incrível. Devolveu-se-lhes a

autonomia de pensamento, o poder de decisão e a ação, ao ponto de no fim de tudo Djiba ser considerada “o símbolo da emancipação das mulheres (...) e o exemplo mais perfeito das virtudes da economia de mercado e da dinâmica da iniciativa privada...” (SILÁ, 2002: 421).

Contudo, os esforços pela emancipação das mulheres são constantemente atropelados pelo paternalismo, pelo opressor sempre presente em personagens masculinas, que lutam continuamente para vender os olhos à mulher guineense, tentando retirar-lhe a consciência crítica pela imposição de regras e deveres tais como o casamento forçado, a negação à instrução secular, a submissão à excisão, um conjunto de métodos que lhes permitem exercer a *matchundadi*. Entre outras barreiras se encontra a prostituição infantil, ou o fenómeno “catorzinhas” protagonizado e patrocinado pelos altos dignitários do Estado como resultado da violência e impotência nacional face aos abusos dos detentores do poder.

A sociedade guineense vive um momento de violência extrema que premeia a corrupção como alternativa para a melhoria das condições de vida, empurrando para a prostituição e a delinquência, jogando com um conjunto de soluções precárias mercê do desespero. Como se pode constatar através de Djiba, esta menina pobre estava “ansiosa por algo melhor que ultrapassasse os estritos limites do quotidiano penoso de uma vendedora de amendoim” (AUGEL, 2005). Queria algo melhor, entretanto é-lhe oferecida a prostituição como saída. Djiba é uma metáfora do sofrimento imposto à sociedade, que vitima indiscriminadamente jovens e crianças, não só da classe baixa mais também da classe média, que de forma diferente uma da outra tentam sobreviver a esta espécie de criminalidade negligenciada.

A seleção e abordagem conjunta destas cenas de *Mistida*, comparadas com a realidade histórica e social dessa época à atualidade, transformam-se na simbólica substância representativa da sociedade guineense contemporânea, com uma grande percentagem de crianças vendedeiras, que com tenra idade têm que tomar conta de si próprias, crianças-adultos precários que são levadas por pedófilos que as aliciam com presentinhos e as lançam na prostituição.

Também está presente o cenário quotidiano das mulheres pobres vendedeiras, cujos mundos constituem ilhas isoladas do mundo dos políticos e dos que detêm o Estado. Estas mulheres, na sua maioria analfabetas, que pela boa moral cultural são obrigadas a sustentar a família e muitas vezes os maridos, são vítimas do sofrimento, da decadência moral e a impotência nacional, como Mama Sabel. Silá reconhece na

mulher a auto-consciencialização, exteriorizada através dos seus dilemas quotidianos, assim como a determinação de agir, pois ela se posiciona contra a degradação dos valores morais sociais, contra a desestruturação e a corrupção do Estado, e contra a desintegração das estruturas básicas da sociedade: a educação e a família.

Neste capítulo, Silá evoca de novo um problema social grave, de que não se faz menção: a crise da paternidade e a emergência desenfreada e impositiva de um novo tipo de família (monoparental). O drama das famílias sem estruturas, sem garantias de sustentabilidade, principalmente nos centros urbanos e na capital, Bissau. Vou servir-me de novo do exemplo dessa personagem emblemática, Djiba Mané, sobre a qual conhecemos a infância, a adolescência, a vida adulta e a família. Porém, o autor não faz nenhuma referência à figura paterna quando menciona a família da pequena Djiba. As referências à família limitam-se à mãe e às irmãs, e mesmo Mama Sabel, que sabia muito a respeito dela, “nem chegou a conhecer o pai dela” (SILÁ, 2002: 391). Nesta ótica, chega-se à conclusão de que não havia exercício da paternidade ativa na vida dessa criança, faltava essa componente de responsabilidade e cuidados protetores, o que me leva a concluir que não tinha pai no sentido efetivo do termo e que os únicos contactos com os homens eram com os que dela se serviam sexualmente.

Atualmente na Guiné assiste-se a uma banalização da figura do pai, há um vazio muito grande no exercício da paternidade em termos de autorresponsabilização e presença na educação dos filhos, enquanto se regista um crescimento desenfreado de “pais nominais” que se autodemitem e não chegam a assumir as suas responsabilidades paternas. Isso deve-se inúmeros fatores socioculturais e/ou tradicionais, alguns deles abordados nos capítulos precedentes, como a “ausência da educação” e a “a cultura do chefismo”, o que justifica a sua incidência na literatura e na cinematografia guineense, como se pode constatar treze anos mais tarde no filme de Mussá Touré *Clara de Sabura*, uma reencarnação de Djiba Mané, ou seja a juventude feminina inconformada e destruída pela corrupção generalizada. Esta obra critica com maior intensidade a adulteração e degradação moral, já não são só os homens do Estado, mas a sociedade em geral. Até na educação, a prostituição é praticada como meio de sobrevivência e resolução de problemas.

É interessante o percurso da personagem Djiba Mané para a contextualização histórico-social da pós-independência na Guiné-Bissau. Não há dúvidas que Djiba pertence à geração pós-independência, esta criança que educa-se a si própria na bermagem de uma estrada, na esquina de um beco, sem escola e sem escrúpulos, emancipa-se, e

sem passar pela educação formal se torna Alta Dignitária da Nação. Em *O Desafio do Escombros* ela é descrita como a “imagem da mulher moderna e vítima das mazelas da urbanização desorganizada e decadência dos costumes”. (AUGEL, 2005).

Como criança pobre, criança vendedora de mancarra, sente na pele a castração da sociedade e a alienação das responsabilidades dos progenitores. A sua infância é semelhante ao comum da criança guineense que tem que vender no beco para ajudar a família.

Como mulher jovem, vítima de pedofilia, stripper e prostituta, Djiba é a imagem da sociedade enfraquecida, banalizada e castrada pelas sucessivas violências, pela banalização do Estado assim como pela negação total dos direitos. Djiba, assim como boa parte das mulheres modernas guineenses, magoada pelas vicissitudes da vida, emancipa-se e se entrega ao combate com vista à melhoria da sua condição. Embora viva rodeada de preconceitos socioculturais, luta para demonstrar o seu inconformismo com a alienação e demissão de responsabilidade por parte do Estado, e lembra mais tarde a Mama Sabel que “os próprios governantes dizem não ser responsáveis”. Por isso, ela acaba por assumir a *mistida* com o propósito de desenvolver a pátria e para isso conta com o envolvimento de outras mulheres: “Tenho uma *mistida* urgente a safar e preciso da vossa valiosa contribuição, mas de vocês todas. Prestem bem atenção que não vou ... repetir o plano” (SILÁ, 2002: 423).

O autor ainda penetra os dilemas da pobre velha Mama Sabel, revela todos os seus monólogos, as suas inquietudes e os dissabores do dia-a-dia que a intrigam, explora a sua visão do mundo para apresentar alternativas a uma modernidade de facto, equilibrada, baseada numa filosofia nova, mais coesa e equilibrada. As preocupações da velha Mama Sabel com as mudanças sociais tinham a ver não só com a preservação dos costumes éticos e morais referentes à educação das crianças e a conduta das mulheres, mas também com as mudanças sociopolíticas, e de uma forma geral o conformismo do mal, a falta de honestidade, a impotência/dependência como regra de comportamento, assim como se lê no seu monólogo no início do capítulo V em que ela se mostra profundamente indignada com a degradação social, mais concretamente com a decadência dos valores éticos e morais de dignidade e solidariedade.

Visionária, Mama Sabel combina as práticas tradicionais positivas com os benefícios da modernidade. Ao mesmo tempo que exige a obrigação de saudar, também incentiva a participação da mulher na escola, reconhecendo a formação secular como o meio eficaz e indispensável à elevação do nível de vida de qualquer

cidadão. Consta do seu diálogo com a menina Djiba, uma preocupação com o futuro e com o homem novo nos termos em que Cabral o preconizava “(...) escola é muito bom (...) Nesta tua idade devias continuar a ir para a escola (...) Tu ainda és muito nova (...) aproveita agora porque senão vais-te arrepender amanhã...” (SILÁ, 2002: 393).

A experiência de Mama Sabel demonstra que é possível a modernização da sociedade guineense através de um processo de seleção e abandono das más práticas da tradição e da modernidade, conjugando-as e pondo à disposição de todos os cidadãos sem discriminação, um processo que tem na escola o instrumento cultural de formação e informação do homem.

É interessante que o autor revaloriza o papel tradicional dos anciãos, o lugar intangível da ancianidade na sociedade africana, o papel de líder de opinião sempre ocupado por homens, contudo Silá eleva para este universo patriarcal uma personagem feminina – Mama Sabel, que se afirma como líder de opinião numa sociedade dominada pela violência e as violações, pela incapacidade de discernimento ou a obsessão das aparências, como ela própria conclui após as suas observações quotidianas das quais procede a sua análise crítica: “As pessoas só se interessavam pelas aparências” (SILÁ, 2002: 392).

Porém, não obstante a sua capacidade analítica e aconselhadora, Mama Sabel ainda mantinha uma certa alienação em relação à política, não falava de política, não participava, ela se posicionava como “um sujeito apolítico”, ao ponto de não querer escutar nada relacionado com os políticos, para ela a política era o avesso, o oposto do seu mundo, era a violência, a corrupção e a desonestidade: “Não, não (...) eu não falo de política (...) já te disse várias vezes”. Ora, a manifesta recusa de Mama Sabel, contudo declarada com veemência, esconde o sentimento de repulsa pelos políticos, assim como disfarça o medo da repressão e da violência que os caracteriza.

No entanto, Mama Sabel tem uma posição diferente da dos dois personagens masculinos anteriormente referidos, pois ela não se conforma nem se sente impotente perante a barbárie e luta com as armas que tem para sobreviver sem se corromper. Mama Sabel assume as suas responsabilidades. Importa referir o cenário da página 388, em que o autor veste-se da personagem para tecer a sua própria crítica social.

Silá empresta a fala à mulher grande para sugerir comportamentos sociais mais corretos. Por meio dessa fala o leitor vê-se colocado perante uma analogia da situação em que a sociedade está mergulhada, em completa depravação moral e social, sem nenhuma política de apoio aos carenciados. Mas com representantes do Estado a

patrocinarem a corrupção, “um homem que tinha um alto couro no Estado (...) que vinha com o seu carro preto” aliciou a menina Djiba a se prostituir.

Na Guiné-Bissau os lugares como becos, esquinas e bermas de estradas são territórios privilegiados para a prática da prostituição, onde crianças pobres são destruídas por gentes com condições sociais estáveis, pessoas normais, mas que são agentes clandestinos desta prática, irresponsáveis e violentos.

Ao longo da leitura torna-se evidente a indiferença do narrador face às cenas cruéis do romance. Não obstante serem chocantes, o autor não faz julgamento nem censura o opressor e os atos por eles cometidos, não faz juízo, simplesmente retrata as cenas como se fosse uma câmara de filmagem, descrevendo o ambiente em que se encontram as personagens, porém, atrás destas descrições de factos tristes esconde-se uma tristeza profunda, uma desilusão e espírito de solidariedade para com o povo. A literatura para Silá, assim como foi para Amílcar Cabral, “surge claramente posta ao serviço da libertação do Homem” (SOUSA, 2010: 139).

No romance, assim como na sociedade, a decadência dos princípios morais, a impunidade e a ausência de Estado se multiplicam em abortos, prostituição, na falta de escola, no abandono escolar e na precariedade, um conjunto de elementos

CONCLUSÃO

No arrimo final desta dissertação, torna-se pertinente concluir que há uma relação entre a componente histórica, política e cultural da Guiné-Bissau e as obras de Abdulai Silá, pois estas traduzem as mudanças sociais de carácter tradicional e as supostamente “modernas” ocorridas ao longo da pós-independência deste país. *Mistida* e as *Orações de Mansata* são ainda hoje as peças literárias mais representativas da nação guineense.

Abdulai Silá é um escritor prolífico, realista e comprometido com a verdade. Em *Mistida* e em *As Orações de Mansata*, revela uma escrita antipanfletária que se insere dentro dos parâmetros das literaturas pós-coloniais de carácter interventivo. Nelas retrata a experiência vivida e testemunhada do seu povo e a utopia da sua independência: retrata o seu sentimento particular como intelectual que experimentou o colonialismo e para quem a independência era um sonho que hoje se transformou em frustrações e desilusões.

A independência não trouxe melhoria das condições de vida do povo guineense, não se alcançou o desenvolvimento humano preconizado. Este facto é comprovado por vários estudos socioeconómicos que revelam que a Guiné-Bissau continua com os mesmos problemas de défice excessivo, falta de subida do PIB, e portanto o seu lugar na tabela de classificação do índice de desenvolvimento humano situa-a entre os países mais subdesenvolvidos do mundo. O objetivo do autor é denunciar, caricaturar e dar a conhecer ao mundo essa realidade cruel.

Sucede, porém, que a realização deste objetivo contou muito com o carácter subjetivo do termo “*mistida*”, que deu título à trilogia e ao último dos três romances. Os estudos sobre o crioulo da Guiné-Bissau até agora conhecidos comprovam o carácter conotativo desse vocábulo e, consequentemente, a sua riqueza em traduzir sentimentos, necessidades, e o seu poder persuasivo. *Mistida* traduz o sentimento do povo guineense face às desilusões e incertezas em que vive mergulhado desde a sua independência. No entanto, a expressão dos sentimentos acima referidos conta também com o carácter simbólico da imagem que compõe a capa deste romance, um Camaleão, representativo da falsidade e de um carácter movediço, o que reflete a intencionalidade discursiva do romance *Mistida*.

O simbolismo é um potencial didático da tradição oral, uma componente que permeia o raciocínio, capacita e persuade à tomada de decisão. A sua apropriação e utilização são fruto da relação entre o ser humano e a natureza, que permite conhecer o comportamento e as características do animal/símbolo. Na tradição oral guineense os

animais têm uma relação intrínseca com o mundo humano, pertencem à memória coletiva e funcionam como um instrumento cultural, um auxiliar na educação/formação e na transmissão do saber.

Pois, sendo a Guiné-Bissau que congrega mais de 32 etnias, com culturas e línguas diferentes. Estas etnias ainda não confluíram numa só nação, devido ao carácter deficiente do único processo de formação do Estado-nação (luta armada pela independência) que o país conheceu, o qual acaba por potenciar mais conflitos do que gerar integração cultural entre os vários grupos étnicos.

Ainda mantêm-se vivas as estruturas tradicionais existentes antes da chegada dos portugueses. Os reinos e régulos com poderes instituídos governam sobre cada uma das franjas étnicas, enquanto o Estado funciona como uma entidade estranha e ausente.

A tentativa de aniquilação brutal do poder tradicional e a imposição de uma nova filosofia de Estado de poder centralista pelo PAIGC revelou-se frustrada ante a resistência pacífica das autoridades tradicionais.

O poder tradicional sempre se posicionou contra as mudanças que o pudessem ofuscar. Assim como atuara paralelamente ao poder colonial a partir de 1800, o Estado independente também não foi capaz de melhor e, atualmente, depende do poder tradicional para subsistir.

A Guiné-Bissau, enquanto colónia, teve desvantagens em termos de implementação e desenvolvimento de políticas educativas. O ensino tardio e selectivo, criou desvantagens sociais difíceis de reparar. Essas desvantagens tiveram impacto negativo no tipo de Estado que se constituiu após a independência.

Tradição e modernidade em Abdulai Silá é uma das perspetivas de leitura que nos permite ligar o passado com o presente, traduzindo os temas interligados e o carácter multifacetado desta *mistida*, do colonialismo à contemporaneidade.

A independência é, para o povo da Guiné-Bissau, um mito de felicidade que nunca se concretizou; uma utopia que se transformou num fardo que promete durar. As lutas pelo poder e o uso indevido da autoridade do Estado caracterizam o Estado da Guiné-Bissau desde a sua génese à atualidade.

Em Abdulai Silá, os binómios conceptuais, tradição e modernidade, não foram contrapostos. Assim, dentro do universo da trilogia que compõe o substrato desta dissertação, procurou-se identificar os elementos característicos de cada um dos conceitos em presença.

Tanto a tradição como a modernidade comportam imperfeições, e cada uma delas precisa da outra para se consolidar. Porém, o comportamento social seguido ao longo dos últimos anos na Guiné-Bissau tem sido no sentido de construir a identidade a partir da atribuição do carácter fixista a tudo o que é tradicional e étnico, preterindo-o em relação ao moderno.

O Estatuto do Indigenato implementado nas últimas décadas do colonialismo, que aparentemente conferia alguns privilégios aos assimilados, nomeadamente o direito à escola e o direito ao batismo, não resultava de um processo voluntário, mas sim era produto de coerção dissimulada. A prática da fé católica foi desde o início tida como algo estranho, pertença do Outro, pelo que não dispensa a prática da religião animista, tradicional. No entanto, a segregação social por meio da implementação do Estatuto do Indigenato acirrou discriminações e contribuiu para a formação daquilo que se designou consciência nacionalista, com base na dicotomia Branco *versus* Preto e assimilado *versus* gentio.

Tradicionalmente, na Guiné-Bissau, o nome é uma componente cultural identitária bastante significativa, e que preserva a identidade do indivíduo. Por isso, o nome foi bastante atacado pelo colonizador obrigando às mudanças de nomes e de aparências, assim como, a imposição da fé católica foram utilizadas pelo colonialismo como um método de aniquilação das identidades étnico-culturais e de afirmação da civilização portuguesa.

Entretanto, a reificação dos povos da Guiné através do ataque às suas línguas e culturas é entendida por nós como uma tentativa de apagamento da consciência cultural do assimilado, com o propósito de eliminar qualquer tipo de resistência. Portanto, nada tinha a ver com a elevação do nível de vida dos assimilados que tanto se proclamou.

Volvidas várias décadas após o fim da colonização, a coisificação e os estereótipos propagados pelos ideólogos do colonialismo ainda não foram completamente ultrapassados pelo tempo. Com efeito, se olharmos para a realidade dos africanos atualmente residentes na Europa (emigrantes e seus descendentes nascidos no velho continente), descobrimos que poucos conseguem ultrapassar o filtro da subalternidade.

Porém, as debilidades acima referidas contribuíram para a formação da consciência revolucionária que permitiria a Amílcar Cabral congregar as diversas etnias à volta do projeto libertador. É verdade que os povos da Guiné se uniram para derrubar o inimigo comum; porém, esta união conseguida para a luta não foi suficiente para a

formação da consciência nacionalista e a unidade em torno de um poder estatal. Contudo, a construção da nação na Guiné tem tido reveses resultantes de um início porventura mal conduzido, da falta de uma elite intelectual para assegurar a transição tanto a nível das instituições governamentais como do exército. De igual modo, a falta da educação sistemática das gerações posteriores à luta de modo a incentivar a unidade contribuiu para aumentar ainda mais as contradições inerentes às diferenças, pois, ao fim das primeiras duas décadas de independência, assistiu-se a uma revalorização desenfreada das identidades étnicas, assim como à sobreposição dos interesses retrógrados e nefastos de algumas etnias sobre outras, pondo em causa a consolidação da paz e a modernização do nosso Estado.

Atualmente na Guiné-Bissau não se afigura fácil a consolidação de uma identidade nacional. As faltas cometidas ao longo dos 40 anos de independência facilitaram o desenvolvimento de identidades tradicionais baseadas em pertenças étnicas e culturais que desafiam e tendem a prevalecer sobre a identidade nacional. Após a adesão à democracia as pertenças étnicas passaram a ser um fator determinante para a subida ao poder.

No entanto, na Guiné-Bissau o tribalismo é tema tabu, continua a ser ignorado pelos políticos enquanto se servem de discursos hipócritas e promovem conferências que em nada contribuem para a verdadeira unidade nacional tendo em vista que o apelo ao voto e a adesão aos partidos políticos por parte da maioria da população são feitos com base em pertenças étnico-tribais.

O recurso ao tribalismo como meio de ascensão ao poder é a causa principal dos golpes de Estado e retarda o progresso desejado. As estratégias adotadas pelos principais atores políticos para a conquista do poder denota muito a forma tradicional de luta pelo poder, baseada na eliminação física do adversário e nas alianças com os chefes tradicionais para constranger ou até coagir moral e espiritualmente o povo a votar nos seus candidatos preferidos.

A criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) não representa a continuidade do processo de resistência à colonização iniciado pelas autoridades étnicas, na medida em que estas lutaram de forma separada, sem que uma apoiasse a resistência da outra. Outro aspeto importante é que essas resistências não contavam com a componente intelectual, o que facilitou o seu enfraquecimento pela autoridade colonial.

Porém, a realidade vivida ao longo dos 40 anos de vigência do Estado da Guiné-Bissau vem comprovar o grau de incipiência da unidade conseguida para a luta. Uma composição efémera e supérflua que para a maioria analfabeta do PAIGC servia para cumprir um objetivo – derrubar o inimigo comum. Porém, só por si, ela não era suficiente para eliminar as querelas étnicas e conduzir o novo país ao alcance das outras finalidades do Estado-nação para as quais se logrou combater, nomeadamente a consolidação da nação, o desenvolvimento económico e social e a consolidação do Estado de Direito.

Constata-se que o nível de compreensão da maioria dos aderentes à luta de libertação estava aquém da real interpretação dos objetivos do movimento de libertação nacional. Transportaram para dentro do partido as convicções puramente étnicas e tradicionais, por sua vez contrárias à visão de um partido que pretendia libertar a sociedade para construir um Estado moderno. Entretanto, boa parte das incongruências acima referidas derivaram do tipo de mobilização feita para a conquista da independência. O PAIGC, desde a sua génese, comporta imperfeições por agregar alas com visões totalmente antagónicas: uma composta de uma minoria intelectual que atuava no plano político nacional e internacional, e outra maioritariamente analfabeta, que detinha o poder das armas. A vitória desta última em relação à primeira determinou o fracasso do programa maior preconizado por Amílcar Cabral.

A guerra fora animada, da parte dos povos da Guiné, pelos objetivos de conquista da soberania, de resgate do orgulho próprio, de sua projeção no concerto das nações e de construção de um novo Estado forte, com homens capazes de assegurar o desenvolvimento económico e o progresso social.

No entanto, após a independência, o Estado da Guiné-Bissau não se manteve fiel àqueles desígnios. Isto sucedeu porque os guerrilheiros que se transformaram em dirigentes do Estado eram caracterizados na sua maioria pelo “*knowledge vacuum*”.

As fragilidades do Estado da Guiné-Bissau prendem-se igualmente com inúmeros aspetos, designadamente questões de cunho ideológico em que se fundou, a questão da legitimidade em termos raciais/tribais dos seus dirigentes e a relação destes com o poder. As populações, na sua esmagadora maioria analfabetas, aplaudiram a ascensão dos chefes, acreditando na sua pureza e boas intenções. Porém, o golpe de Estado de 14 de Novembro abriu precedentes para uma sequência de golpes baseados em promessas de melhoria que nunca chegam a concretizar-se.

Há uma concepção deturpada do perfil e do papel do governante na Guiné-Bissau, mercê da cultura do chefismo e da cristalização da impunidade no seio dos governantes. Posto isto, a conclusão a que chegamos é que os golpes de Estado e a cultura de impunidade se cristalizaram na política e na sociedade guineense, pelo que há uma urgência em modernizar, reformar e definir uma nova filosofia baseada na justiça e no ensino de qualidade, com vista a alcançar o desenvolvimento.

Perante a prevalência dos argumentos de “*matchundadi*” e de pertença étnico/partidária sobre os valores que promovem o desenvolvimento real e consistente de um Estado, o Estado da Guiné-Bissau fica votado ao fracasso e em permanente luta pelo poder e como consequência, perde a credibilidade interna e internacional.

É sobremaneira pertinente a aplicabilidade da justiça com vista à aniquilação das intrigas e calúnias sem acusação formal e sem a apresentação de provas reais até aqui legitimadoras de assassinatos e golpes de Estado sucessivos. Pois, só com a funcionalidade da justiça acabariam as lutas pelo poder na Guiné-Bissau. Como se sabe, a história da povoação do território da Guiné-Bissau, desde tempos imemoriais foi marcada pela luta entre os povos que se sobrepuseram uns aos outros, cada um tentando impor a sua hegemonia sobre os mais fracos.

Ora, a capacidade de organização de um povo e a sua unidade à volta de um projeto comum possibilitam a sua ascensão e desenvolvimento.

A emergência de novos Estados independentes de África nas décadas de 60 e 70 do séc. XX que marcou o fim do domínio colonial não determinou o alcance dos objetivos preconizados. Grande parte dos novos Estados independentes como a Guiné-Bissau ainda não alcançou a modernidade, pois não valorizou a educação e a formação qualitativa do homem como um meio indispensável para a construção de um país próspero.

A falta de adoção de estratégias inteligentes por parte dos sucessivos governos da Guiné-Bissau como a via da massificação do ensino de qualidade, contribuíram significativamente para a perenização das influências do modelo tradicional de poder, em concorrência com o sistema de Estado moderno. Ainda se verificam grandes lacunas no que concerne a políticas concretas com vista à estabilização e dinamização do Estado guineense, mercê da coexistência descoordenada de poderes políticos e respetivas linhas ideológicas.

O Estado atual da Guiné-Bissau, tal como previu Amílcar Cabral, é um Estado caracterizado por “divisões e fragilidades; mimetismo; ausência de ideologia; desprezo

por experiências locais e de outros lugares”. O Estado da Guiné-Bissau, apanhado numa encruzilhada de ideologias, enfrenta problemas sérios de reconhecimento, de afirmação e de estabilidade. O divisionismo, enquanto problema de falta de coesão, não cessou com a erradicação da ala cabo-verdiana do poder na Guiné-Bissau por aqueles que se consideravam “puros guineenses”. Na verdade, este problema continua a afetar sobremaneira o progresso político da Guiné-Bissau, opondo desta feita diferentes franjas de substrato étnico ao modelo moderno de Estado.

A história da evolução política da Guiné-Bissau está marcada pela sucessão desordenada de chefias, umas mais duradouras, outras efémeras, que ascendem ao poder por via de golpes de Estado, impõem os seus valores à sociedade, torturando e esmagando todas as vozes críticas. Esses chefes que concorrem à tutela do Estado da Guiné-Bissau pertencem a três categorias: os chefes-milícias emergentes da luta pela independência e da guerra de 7 de junho, os detentores do poder económico e os políticos mentores e apoiantes dos golpes de Estado. A prevalência dos fatores atrás descritos sobre as leis supremas da nação permitiu a cristalização da impunidade e da corrupção. Por isso, a conclusão a que cheguei é que a Guiné-Bissau ainda não alcançou os pressupostos indispensáveis para a modernização do seu Estado que são a democratização plena e o Estado de Direito.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Leopoldo, *Guineidade e Africanidade, Estudos, Crónicas, Ensaaios e Outros Textos*, Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.

AMADO, Leopoldo, *Guerra Colonial versus Guerra de Libertação Nacional (1950-1974):o Caso da Guiné-Bissau*. Lisboa: IPAD, 2012.

ANDRADE, Mário, (Coord.), *Obras Ecolhidas de Amílcar Cabral. A Prática Revolucionária, Unidade e Luta II*, Lisboa: Seara Nova, 1977.

AUGEL, Johannes, “Processos de transição na África lusófona”. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, n° 5, julho 2002, pp. 7-50.

AUGEL, Moema Parente, *O Desafio do Escombros: Nação e Identidade E.P.C Na Literatura da Guiné-Bissau*, Rio de Janeiro: Edições Garamond, 2007.

AUGEL, Moema Parente, *A Nova Literatura da Guiné-Bissau*, Bissau: INEP, Coleção *Kebur*, 1998.

AUGEL, Moema Parente, “A prosa literária na Guiné-Bissau”. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, n.º 18, Bissau: INEP, janeiro de 1994.

BALANDIER, George , “ A Situação Colonial: Uma Abordagem Teórica”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.), “*Viagens da Teoria Antes do Pós-Colonial*”, *Malhas que os Impérios Tecem - Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*, Lisboa: Edições 70, 2011

BALANDIER, George, *A Desordem: Elogio do Movimento*, Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 1997.

BALANDIER, George, *Ordem Tradicional e Contestação*, São Paulo: Edusp/Cultrix, 1976.

BALANDIER, George, *Tradição e Modernidade. Antropologia Política*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BÂ, Amadu Hampaté, “História Viva Tradição Oral”. In: UNESCO, *História Geral de África*, São Paulo: Ática, 1983.

BHABHA, Homi, *O Local da Cultura*, Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BESSA, Marques, *A Arte de Governar*, Lisboa: ISCSUP, 1999.

BORGES GRAÇA, Pedro, *Fundamentos Culturais dos Países Lusófonos*, Porto: Universidade Portucalense/Centro de Estudos Africanos e Orientais, 1997

BRITO, Vladimir, “Cacheu, ponto de partida para a instalação da Administração Colonial na Guiné”. In: LOPES, Carlos (Coord.), *Mansas, Escravos, Grumetes e*

Gentio – Cacheu na encruzilhada de civilizações (IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588-1988). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

BULL, Benjamim Pinto, *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), 1989.

CABRAL, Amílcar, “Libertação Nacional e Cultura”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.), *Malhas que os Impérios Tecem. Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*, Lisboa: Edições 70, 2011.

CAETANO, Marcelo, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951.

CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (Coord.), *Guiné-Bissau, Vinte Anos de Independência, Desenvolvimento e Democracia - Balanço e Perspectivas*, Bissau: INEP, 1993.

CARDOSO, Carlos (Coord.), *Bolama entre a Generosidade da Natureza e a Cobiça dos Homens. Actas do colóquio internacional “Bolama Caminho Longe”*, Bissau: INEP, 1996.

COUTO, Mia, *Pensatempos*, Lisboa: Ediorial Caminho, 2005.

CRISTÓVÃO, Fernando, *Método: Sugestões para a Elaboração de um Ensaio ou Tese*, Lisboa: Edições Colibri, 2001.

DJALÓ, Ibraima, “Contribuição para uma reflexão: educação, multilinguismo e Unidade Nacional” In: LOPES, Carlos (Coord.), *A Construção da Nação em África, Os Exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Bissau: INEP, 1989.

DJALÓ, Cherno, *O Mestiço e o Poder: Identidades, Dominações e Resistências na Guiné*, Lisboa: Nova Vega, 2012.

KOUDAWO, Fafali, “Educação e Teorias de Desenvolvimento: O que há de novo?”, In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 16, Bissau: INEP, 1995

KOUDAWO, Fafali, *Eleições e Lições: Esboço para uma Análise das Primeiras Eleições Pluralistas na Guiné-Bissau*, Bissau: Ku Si Mon Editora, 1994.

KOUDAWO, Fafali, “A ajuda económica como instrumento político: uma perspectiva histórica”. In *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 16, Bissau: INEP, 1993, pp. 103-123.

KOUDAWO, Fafali, “A independência começa pela escola: educação do PAIGC versus educação colonial” *In: Guiné-Bissau, Vinte anos de independência*, Bissau: INEP, 1993.

KOUDAWO, Fafali, “Educação e sociedade na África pré-colonial”. *In: Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 12, Bissau: INEP, 1991, pp. 61-67.

FARRÉ, Albert, “Estado y autoridad tradicional: la importancia y los límites del pluralismo”. *In: Soronda – Revista de Estudos Guineenses. Número Especial*, Bissau: INEP e Bayreuth University, 2008.

FEIJÓ, Carlos, *A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica plural angolana*, Lisboa: Edições Almedina, 2012.

FERREIRA, Armindo, “As crises políticas na Guiné-Bissau”. *In: Expresso das Ilhas*, Praia, 2012.

FERREIRA, Manuel, *Literaturas Africanas de Expressão portuguesa*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

FORTES, José Manuel, *Álbum Maron di Mar*, faixa nº 3, “Chefe”, EUA: Cobiana Estúdio, 2001.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

HAMILTON, Russell, “A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial”. *In: LARANJEIRA, Pires/ SIMÕES, Maria João/ XAVIER, Lola Gerald (Orgs.), Cinco Povos, Cinco Nações: Estudos de Literatura Africana*. Lisboa: Edições Imbondeiro, 2007.

HANDEM, Diana Lima, “Fonctionnement du Pouvoir Chez les Balanta Brassa”. *In: Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP, 1986.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.), *História Geral da África. I, Metodologia e pré-história da África*, Brasília: UNESCO, 2010 (Obra original publicada em 1981).

KOSTA, Emílio Kaft, *O Poder Autóctone na Arquitetura do Estado – Bicameralismo?* Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito, 2011.

LOPES, Carlos (Coord.), “Introdução Temática”. *In: Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio – Cacheu na encruzilhada de civilizações (IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588-1988)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

LOPES, Carlos, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau: INEP, 1987.

LOPES, Catarina, *Recortes da História da Guiné-Bissau, 1900-2005*, Lisboa: FEC/IPAD, 2010.

MANDANI, Mohamod, “As Relações de Poder em que se Baseou a Administração Colonial”. In: MARTINS, Catarina (Org.), *Outras Áfricas: Heterogeneidades, (Des)Continuidades, Expressões Locais*, Lisboa: Centro de Estudos, 2011.

MATA, Inocência, “Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da Mulher na sua diferença”. In: MATA, Inocência, e PADILHA, Laura, (Org) *A Mulher em África: Vozes de uma Margem sempre Presente*, Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MATA, Inocência, “A literatura colonial de inspiração bolamense”. In: CARDOSO, Carlos (Coord.), *Bolama entre a Generosidade da Natureza e a Cobiça dos Homens. Actas do Colóquio Internacional “Bolama Caminho Longe”*, Bissau: INEP, 1996.

MATA, Inocência, “A literatura na Guiné-Bissau”. In: LARANJEIRA, Pires, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta, 1995 .

MATA, Inocência, “Da oralitura à literatura guineense: reflexões sobre um compromisso produtivo”. In: *África Hoje*, - nº 114 , 1998.

MATUMONA, Muanamosi, *Filosofia Africana na Linha do Tempo*, Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

MENDY, Peter Karibe, “A relevância do pensamento de Cheikh Anta Diop na África lusófona: o caso da Guiné-Bissau”. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 1, Bissau: INEP, 1997.

MENDY, Peter Karibe, “A Herança Colonial e o Desafio da Integração”. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 16, Bissau: INEP, 1993.

MENDY, Peter Karibe, “A conquista militar da Guiné: da resistência à ‘pacificação’ do Arquipélago dos Bijagós”. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 13, 1992.

MENDY, Peter Karibe, “A Economia Colonial da Guiné-Bissau: «Nacionalização» e Exploração”. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº 9, Bissau: INEP, 1990.

MOREIRA, Adriano, Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade. In: LAGES Ferreira Mário/MATOS Artur (Coord.) *Portugal, Percursos de Interculturalidade, Desafios à Identidade*, Lisboa: ACIDI, I.P., 2008.

MOREIRA, Adriano, *Ciências Políticas*, Porto: Almedina, 1989.

MONTENEGRO, Teresa, *As Enxadas do Rei*, Bissau: Ku Si Mon Editora, 2009.

NÓBREGA, Álvaro, *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCSP, 2003.

KABOU, Alex, *Et si l’Afrique Refusait le Développement*, Paris: Editions l’Harmattan, 1992.

PINTO BULL, Benjamim, *O Crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria*, Lisboa/Bissau: ICALP/INEP, 1989.

RIBEIRO, Carlos Rui, “Personalidades Crioulas em Contextos Ideológicos Específicos: Os casos de Honório Pereira Barreto e Amílcar Cabral”. In: LOPES, Carlos (Coord.), *Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio – Cacheu na encruzilhada de civilizações (IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588-1988)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

RIBEIRO, Margarida Calafate e SEMEDO, Maria Odete Costa (Org.), *Literaturas da Guiné-Bissau: Cantando os Escritos da História*, Porto: Edições Afrontamento, 2011.

SANCHES, Manuela Ribeiro, “Viagens da Teoria Antes do Pós-Colonial”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.), *Malhas que os Impérios Tecem. Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*, Lisboa: Edições 70, 2011.

SCANTAMBURLO, Luigi, *Dicionário do Guineense, Dicionário Guinensi-Português*, Vol. II, Bissau: FASPEBI, 1999.

SILÁ, Abdulai, *Dois Tiros e Uma Gargalhada*, Bissau: Ku Si Mon Editora, 2013.

SILÁ, Abdulai, *As Orações de Mansata*, Bissau: Ku Si Mon Editora, 2007.

SILÁ, Abdulai, *Mistida*, Praia-Mindelo: Centro Cultural Português, 2002.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *Constitucionalismo e Império: A Cidadania no Ultramar Português*, Lisboa: Almedina, 2009.

SILVA, Fernando Delfim, *Guiné-Bissau, Eleições Legislativas 2004*, Bissau: Firkidja Editora, 2004.

SORONDA, Revista de estudos guineenses, nº 13, Bissau, INEP, 1992.

SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral (1924-1973) – Vida e Morte de um Revolucionário Africano*, Lisboa: Nova Vega, 2011.

SUCUMA, Arnaldo, *Estado e Ensino Superior na Guiné-Bissau, 1974-2008*, Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

VENÂNCIO, José Carlos, *Literatura e Poder na África Lusófona*, Lisboa: ICALP/ Ministério da Educação, 1992.

Pesquisa Online

www.legislacao.org/primeira-serie/

www.historiadomundo.com.br.Egipcia consultado em 21 de março de 2013)

http://www.ias.unibayreuth.de/de/research/ecollaborative_projects/c_conflict_management_guinea-bissau/Soronda_Inhalt.pdf (consultado em 15 de agosto de 2013)

ANEXOS I: Recortes de jornais



traje e fardado... as autoridades nacionais em razão, apesar das tantas processuais na detenção dos dois policiais cabo-verdianos.

Jodo de Barros

Semanário Nº 112 - 30 de julho de 2013

Expresso EB Bissau

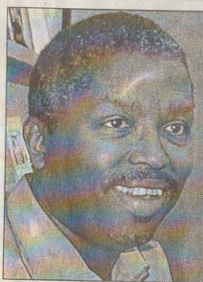
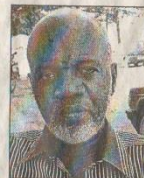
Preço 500 fcfa

Descarrilamento de comboio
que causou 80 mortos em Espanha



D. S. Pereira garante que ambiente
no interior do PAIGC não representa
responsabilidade histórica do partido

Aliu Bary
"Consciência do nacionalismo
deixou de existir"



Literatura

Abdulai Sila
condecorado com a
medalha "Chevalier
de l'Ordre des Arts
et des Lettres"

Sumariamente

Medo, cobardia...
impunidade, cobardia...
impunidade

EB - Pág 7

Medo, cobardia... impunidade

Medo, cobardia... impunidade, são irmãs trigêmeas da violência. É, até hoje, as ferramentas do regime que vigora na Guiné-Bissau. O medo da verdade tem provocado violência gratuita. Um tiro ou violência corporal, pode eliminar o adversário mas, não elimina a força da verdade que perdura uma eternidade! Na Guiné, o medo da verdade instalou-se nas primitivas horas da luta de libertação. Tudo era obscuro, o medo de confrontar ideias, a discórdia e a diferença, eram a sentença de morte ou de severo castigo. Ainda hoje, as coisas na Guiné não mudaram e, o excessivo medo da verdade continua a reinar e a impunidade idem... Tudo começou no seio dos libertadores ao longo da luta de libertação, a cultura da socialização do medo, que, tendo-se disseminado na classe política e militar, se alastrou a toda a sociedade, provocando autênticas hemorragias dos melhores filhos desta terra. Aparentemente é muito mais fácil governar povos oprimidos através do medo na ponta da espingarda que, em vez de diálogos proactivos e produtivos que conduzem ao desenvolvimento, temos unanimismo de continuidade que acabará sempre em trágicos acontecimentos. Entretanto há, de facto, dois tipos do medo: O medo de errar ou, de falhar. Aqui na Guiné-Bissau, há, igualmente, outros tipo do medo, o medo de discordar e o medo da verdade, porque a represália é sempre impune. Enquanto no primeiro medo de falhar ou errar, estas circunstâncias

o medo torna as pessoas mais produtivas, em busca da perfeição do percurso, de promoção e prestígio, desenvolvimento e progresso humano. Foi o que aconteceu na renascença Ocidental onde, antes o obscurantismo e inquisição condenavam à morte muitos sábios, escritores, cientistas e artistas que, procuravam intensivamente a verdade das coisas e da beleza. Foi no obscurantismo dantesco, ainda antes da idade média quando se cometeram as maiores barbaridades contra tudo o que era novo. Na primeira metade do milénio, Poder, Clero e Nobreza aliaram-se e, da força do saber e da arte, veio o Iluminismo no meio milénio que ficou denominado por renascimento Ocidental que perdura e se espalhou a todo o planeta, até hoje! As sociedades que busquem a perfeição, facilmente se encaixam no Mundo moderno e desenvolvido e no bem-estar humano. O medo da verdade e da discordância, pretere a competência dando acesso ao mundo do Poder aos ignorantes, mentirosos, intriguistas e aos mais fracos que se aliam aos militares para impor as suas ambições sendo que estes, estupidamente, oferecem-se para fazer trabalhos sujos e criminosos em troca de nada, pelo contrário desprestigiando a farda e criando grandes sarilhos com a Comunidade Internacional que nos brinda com sanções etc. Infelizmente, o País está onde está, por causa do medo da verdade e da cobardia dos mais fracos que, fazem da violência a metodologia e a pedagogia para alcançar o Poder. O medo e a cobardia, provocam a violência, a violência contra a sapiência. O covarde que usa o pavor do medo e violência para intimidar e liquidar o adversário, em vez de ouvir e dialogar com a diferença



de opinião.

Um covarde é um violento, no fundo, é um animal frágil que recorre à violência para intimidar, igualmente, é um pobre diabo, um fraco no momento do ajustes de contas.

O medo devora sentimentos, dignidade, consciência e vontades sublimes – tudo o que é a excelência da humanidade.

Na Guiné, o velho sonho dos libertadores de construir um novo mundo para todos, foi substituído pelo discurso do medo e do extermínio daí, a razão do desaparecimento dramático de todos as mais emblemáticas figuras da Luta de Libertação e de todos aqueles que ousaram desafiar a cúpula mafiosa violenta.

Por exemplo, ao se avizinham as eleições gerais, há vozes de homens covardes, sem argumentos válidos e aceitáveis, a recorrem à intimidação. Apesar de toda a desgraça que se abateu sobre o País ainda, há pessoas com sentimentos criminosos por ter medo da verdade ou de competitividade de ideais ou profissional. São estas criaturas de consciência mentecapta e criminosa que vegetam marginalmente no País impondo a cultura do medo e da impunidade....

Podem fazer Conferências sobre a Impunidade, Justiça e Direitos Humanos que quizerem, enquanto o medo e a cultura da impunidade continuar no País, para nada servem!

As autoridades nacionais que participaram na Conferência sobre a Impunidade, Justiça e Direitos Humanos, sabem perfeitamente quem são os autores das matanças ocorridas no País nos últimos anos mas, a cobardia e o medo levam as mesmas pessoas a fazerem uma narativa dos acontecimentos como se fossem casos banais.

Por exemplo, a brutalidade ignóbil inexcusável do assassinato do Presidente João Bernardo Vieira na sua residência particular, foi precedido de um ritual impensante e macabro, em que militares que praticaram o crime permaneceram no local horas a fio, com o cadáver do malogrado esquartejado e retido na sua residência.

Milhares de testemunhas assistiram atónicamente à delapidação e ao roubo descarado do património do Presidente, magistrados, polícias, jornalistas, investigadores nacionais e internacionais, milhares de fotografias e que, mesmo com abundante material probatório... o crime ficou impune, a cobardia e o medo falaram mais alto!!!

Por João de Barros

Excertos do depoimento do Coronel João Monteiro a Comissão de Inquérito

O Diário de Bissau apurou, de uma fonte fidedigna, de que os excertos do depoimento do Coronel João Monteiro a Comissão de Inquérito, divulgado na Internet, é um documento verídico depositado nos órgãos judiciais competentes. O mais importante é que estes excertos, enviado pelo repórter, já a 17 do mês em curso, apresentaram alguns dados que permitem ter um maior esclarecimento da tenebrosa história do nosso recente passado político.

Comissão de Inquérito (CI) - João queremos a tua cooperação nesta matéria. Estamos na quarta tentativa para que digas onde foram fuzilados e onde foram enterrados os restos mortais das pessoas acusadas no caso 17 de Outubro?

JM - Não tratei nem liqui directamente com essa matéria. As pessoas que lidaram directamente com essa matéria foram o Júlio Semedo, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros, o Coronel Manuel Santos, o Morgado, o Iala, e Joãozinho, o Marcos. Consta que foram fuzilados em Mansôa e transportados para a mata de Portugal. O facto que tem uma ponta naquelas ladas pode indicar exactamente o local.

CI - Porque o Ministro dos Negócios Estrangeiros nessa matéria?

JM - Porque ele estava a preparar o anúncio oficial ao corpo diplomático do fuzilamento dos acusados. O Camarada Presidente insistiu em que fosse ele a coordenar a operação.

CI - Porque é que utilizas o termo acusados e não condenados?

JM - Porque estas pessoas nunca chegaram a ser julgadas em qualquer tribunal.

CI - Nem mesmo no Tribunal Militar?

JM - Não, houve Tribunal Militar nenhum. O Tribunal Militar era tudo uma grande encenação. Todos sabemos que o Coronel Humberto Gomes era pessoa de mão do Nino. Ele mandava executar todos aqueles que o Nino e o Coronel Manuel Santos indicavam na lista. Os fuzilados no Caso 17 de Outubro estavam num estado de decomposição física como resultado das torturas do Capitão Robalo, Tchutchi, Marcos... Vou contar-vos um episódio que se passou no quintal do palácio. No decorrer do processo do Caso 17 de Outubro o Humberto e demais membros do Tribunal Militar aparecem no quintal

e o Humberto diz ao Presidente Nino: Senhor Presidente, o resultado do inquérito mostra claramente que estes acusados não são culpados. O Tribunal e o acusador público disseram ao Tribunal que as provas não existem contra estes acusados. As únicas provas são as confissões conseguidas sob tortura, e por isso inválidas perante o Tribunal. O Presidente Nino bateu com as mãos na cadeira dizendo que as provas tinham que ser inventadas, porque ele tinha informações seguras dos vizinhos do Paulo Correia, o Manecas e a Francisca, como provas suficientes do golpe do Paulo que recebia constantes visitas dos implicados. O Tribunal tinha que encontrar provas. Os olhos do Nino brilhavam de sangue vermelho.

CI - E como reagiu o advogado de defesa do Paulo (Carlos Pinto Pereira)?

JM - Qual advogado de defesa. O advogado de defesa do Paulo foi esbaldado por nós, mais precisamente, pelo Manecas. O advogado entregava a Segurança do Estado todas as declarações do Paulo.

CI - Mas porque é que tu mencionas o Manecas em quase todos os pontos?

JM - Porque uma vez disse ao Nino que as atitudes do Manecas iam afundar a sua presidência se ele não tomasse cuidado e afastasse o Manecas?

CI - Porque é que o Nino devia afastar o Manecas?

JM - Uma vez na reunião da ANP do Partido PAIGC (Partido único), ouvi o Manecas a chamar os deputados que estavam a colocar perguntas sobre o Imposto de Reconstrução Nacional de confusões e analfabets. A partir daí, cheguei a conclusão do grau de irresponsabilidade desse homem.

CI - Certas pessoas pensam que tu também foste irresponsável em certas tomadas de posição. Estamos referindo-nos ao teu papel na prisão do João



A Coronel João Monteiro

da Costa?

JM - Em toda a minha carreira, nunca tomei decisões por mim mesmo. Tudo o que fiz foi em cumprimento de ordens recebidas do Nino. O Manecas aventurava-se na tomada de decisões aventureiras que, as vezes, complicavam mais do que resolviam determinadas situações.

CI - Conta-nos o que sabes do caso João da Costa?

JM - Foi uma encenação estúpida em que pessoas inocentes perderam a vida. A reacção da oposição e do Chefe de Estado Maior na altura o Saco Cassamá dificultou ainda mais a operação ao

tomar sob sua custódia pessoal o João da Costa.

CI - Quem foi o responsável pela encenação?

JM - O próprio Nino. Ele era incapaz de compreender que os tempos tinham mudado. Os tempos exigiam outros métodos, mais discretos.

CI - Porque dizes que o Saco complicou a operação?

JM - Por causa da custódia sobre o João da Costa. Porque o Saco gozava de um prestígio enorme entre os jovens oficiais e tinhamos recebido informações que ele

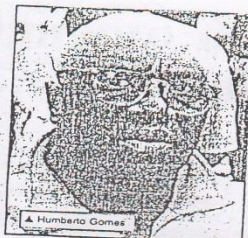
Interior



▲ Nino Vieira



▲ Samba Lamine



▲ Humberto Gomes



▲ Manuel dos Santos (Manecas)

Já estava farto do Nino até aos miolhos. Ele era intocável por causa de uma brilhante folha de serviços em missões de manutenção da paz das Nações Unidas. O Nino tinha muito medo do Saco, por isso decidiu envenená-lo.

CI - Tinham decidido eliminar também o João da Costa?
JM - Não. O plano nunca foi de eliminar o João. O plano era de encarcerá-lo com uma valente pancadaria e inutilizar os seus órgãos genitais.

CI - Anteriormente, tu disseste a esta comissão que vocês (a Segurança do Estado) tinham o controle de toda a situação na Guiné? Como explicas isso?

JM - A Guiné é um país pequeno e pobre. Basta apertar as pessoas um pouco economicamente para aliciá-las. As nossas estruturas mantinham um controle interno e externo ao mesmo tempo. Internamente, temos os nossos agentes nos Bancos, nos Ministérios, nas Embaixadas, na Presidência e nas Forças Armadas. Na Guiné ninguém ascende ao posto superior da hierarquia do Estado sem ser um dos nossos. Ninguém consegue um trabalho condigno sem a nossa autorização. Durante anos, como exemplo, o Bartolomeu e o Bernardino, entrevistavam os quadros que chegavam ao país e forneciam-nos informações sobre as convicções políticas dos mesmos. Deste modo complicávamos o cadastro de todos os quadros do país e sabíamos com quem podíamos contar. Quem estava contra nós. O Delfim desenvolveu o mesmo trabalho durante anos na antiga URSS para nós.

CI - E em relação aos Partidos Políticos?
JM - Em relação aos Partidos Políticos, as coisas foram bem mais fáceis. Nunca iríamos fazer a abertura política sem termos a certeza de controlarmos a situação. Financiámos a criação de certos

Partidos como por exemplo o PCD do Victor Mandinga e a Frente Democrática do Menezes. Ambos, devem somas colossais ao Estado e são comerciantes interessados no lucro. O Manecas organizou esta parte do trabalho com fundos do Nino e de alguns empresários portugueses, amigos do Nino. Foi levada a cabo uma acção de infiltração dos nossos oficiais nos Partidos, como é o caso do Edmundo Évora, do Victor Mandinga, do Sanea e outros. Identificamos os elementos que nos poderiam dificultar no interior da oposição e levamos a cabo uma campanha de desinformação para criar as condições de expulsão destes elementos do interior da oposição.

CI - E daí?
JM - Uma vez expulsos tornavam-se numa presa fácil porque ficavam também sem os seus empregos. Para uma vida normal, esperava-os uma grande complicação na vida.

CI - E no exterior?
JM - No exterior as acções foram desenvolvidas através das nossas Embaixadas.

CI - Com o conhecimento dos Embaixadores?
JM - Julgo que não é segredo para ninguém que os Embaixadores eram nossos agentes uma vez que assinavam um documento de compromisso conosco no acto da nomeação. Eram totalmente fiéis ao Nino.

CI - Ao Nino ou ao Estado?
JM - Ao Nino.

CI - E as instituições financeiras privadas?

JM - Julgo que todos vocês têm a ideia de como foram feitas as privatizações. Uma célula no Ministério da Coordenação Económica, chefiada pelo Manecas e dirigida pelo Issufu Sanhá. O resto não é

difícil de imaginar. O BIGB com os nossos homens de mão Lobo de Pina e o Chico. No Banco Central (BCEAO) o Luís Cândido, o Godinho, o Desejado. O Totta que é a caixa forte dos dirigentes da Guiné.

CI - Que sabes do caso das enfermeiras?

JM - Não me envolvi directamente nisso por causa das operações militares em curso. O Gabinete de crise decidiu confiar essa matéria a Francisca Pereira e ao Paulo Medina.

Pensava-se que eram as pessoas que tinham alguma experiência na área da Saúde e conheciam todos os Camaradas. Os feridos da Junta, com alguma formação militar, eram injectados com veneno e eliminados...

CI - Quem tinha decidido essa estratégia?

JM - O próprio Nino e o Samba Lamine.

CI - E aqueles que foram enterrados no cemitério?

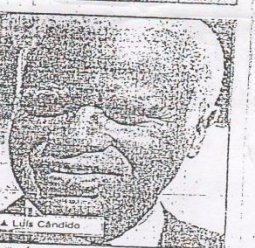
JM - Foram descontentes que pressionavam para que abrissemos negociações com a Junta. Foram executados sumariamente com um tiro na nuca por mim, pelo Manecas, pelo Baciro Dabó, pelo José Manuel, pelo Saido e alguns oficiais senegaleses.

CI - Quantos foram executados dessa maneira?

JM - Um número indeterminado na medida em que as execuções eram sumárias, sem julgamento. Por isso, não mantínhamos uma lista porque era muito perigoso, dizia o Presidente Nino.



▲ João Semedo



▲ Luís Cândido



▲ Delfim da Silva

ANEXOS II: Entrevistas

Entrevista com Abdulai Silá autor das obras que serviram de base para esta dissertação. Realizada em Bissau, Fevereiro de 2011 na empresa de eletrotecnia e comunicações que o próprio dirige (SITEC) pela Mestranda Maria Filomena Gomes Correia Umabano.

MFVCU – Como é que encara a questão da cidadania na Guiné-Bissau?

A.S – Actualmente é muito complexo falar de cidadania no nosso país, pois, o termo cidadão define o compromisso com o bem-estar da nação e, hoje em dia muitos não têm esse compromisso, aliás se o têm é com o bem-estar pessoal e não colectivo. Caso contrário não estaríamos a assistir o que temos vindo a assistir.

MFVCU – Existe uma personagem que está presente em toda a ficção Siliana e, que parece imortalizado e sempre representando o mal – o Amambarka. O que é que essa figura representa para si?

A.S – Amambarka não representa o mal, ele é o mal em pessoa, e o fato de aparecer em todos os romances é porque ele existe no nosso quotidiano, ele está presente e precisa ser reconhecido, caricaturado e aniquilado.

MFVCU – Em *Mistida* e *As Orações de Mansata* ele manda e mata, faz sofrer o país inteiro, no entanto, está sempre no poder, é praticamente louco pelo poder.. Acha que a forma que ele usa para obter o poder tem alguma semelhança com a realidade política do nosso país?

A.S – A escrita é ficção, mas cabe a cada um fazer a sua leitura e tirar as suas conclusões. O que eu acho é que o que se passa na Guiné-Bissau é chocante e, portanto, há que ser caricaturado, dramatizado, ridicularizado até que a geração vindoura venha a ganhar a consciência de que não é assim que se conduz um Estado, e o poder não é para massacrar e subjugar o povo. Que a geração vindoura venha a ganhar consciência e não cair nos mesmos erros.

MFVCU – Pode se falar da *Eterna Paixão* como a realidade das independências africanas e, das desventuras de Daniel Baldwin como o início do suicídio intelectual pós colonialista na Guiné-Bissau.

A.S – A ficção é aberta e cada leitor tem a liberdade de fazer da leitura a interpretação que entender ser mais adequada. Claro que tem a ver com as independências africanas, a propósito *Eterna Paixão* tem uma escrita diferente dos outros romances, um português mais correto, sem neologismos e quase que não trás nada que o possa identificar de imediato com o nosso país. Aos personagens foram dados nomes europeus ou de origem hebraica como Ruth, Daniel etc. Procurei no máximo evitar as evitar conotações com alguma franja da nossa sociedade.

Porém, nós que vivemos a independência sabemos que a expectativa que tivemos com esse novo mundo que se dizia estar a construir não se concretizou, só nos resta a desilusão, porque acreditamos numa coisa que hoje não dá para caracterizar.

MFVCU – Constata-se que, no geral, as personagens femininas de *Mistida* são muito corajosas, embora condicionadas pelo contexto sociocultural do mundo em que vivem, apresentam uma visão do futuro mais justo e lutam pela sua afirmação. No

entanto, a partir do terceiro romance começa-se a ver mulheres mais ousadas e menos submissas aos paternalismos e tradicionalismo dominante como a Djiba Mané. Chama a isso modernidade?

A.S – como já disse eu tenho uma forma de escrever um pouco diferente, eu nunca faço um plano sobre o que vou escrever, o que eu escrevo vem da minha relação quotidiana com o mundo que me rodeia, com aquilo que eu observo, portanto é algo espontâneo. Posso estar a ouvir uma música e começar logo a escrever, ou estar no carro e a observar de repente passa-se algo que me leva a escrita. Gosto muito da música e, não é por acaso que a maioria dos capítulos trás uma epígrafe com poemas que foram retiradas das canções que escuto e, o capítulo Mama Sabel surge na sequencia disso.

Doe-me muito o sofrimento das mulheres guineenses, custa-me vê-las de sol a sol no mercado, nas ruas a lutar para o sustento dos filhos e ao fim da tarde voltar para a casa com o resto do peixe que sobrou sem ter energia, muito menos um frigorífico para os conservar. Têm que correr de um lado para outro a procura de gelo ou ficar noite fora a rachar lenhas com machado para afumar os peixes a fim de salvá-los da podridão e poder no dia seguinte, de manhã cedo vendê-los no mercado.

E, os filhos para os quais tanto lutam, esses estudam três meses durante um ano lectivo, não chegam a ter formação de qualidade, nem emprego que os sustente e vivem continuamente dependente dessas pobres mulheres.

MFGCU – Na epígrafe do cap. 3 do romance *Mistida*, assim com em *As Orações de Mansata* utilizou alguns símbolos como a cinza, o fumo, o pano vermelho e o fogo. São símbolos da ruína característicos das nossas divindades ancestrais ou os irãs. Será que existe alguma relação entre esses e a realidade político-social da Guiné-Bissau?

A.S – Por mais que queiramos, não podemos ignorar a existência de seres sobrenaturais e outras coisas. Eu sou muçulmano, mas se há essa realidade como fugir a ela, é como aceitar que existe o catolicismo e outras religiões?

MFGCU – Alguns críticos dizem que o assunto principal de *Mistida* é o roubo da consciência e que o seu personagem principal é um só e, por ter perdido a memória, a cada dia que passa apresenta-se como um indivíduo diferente. Isso é relativamente ao capítulo intitulado “sem sombra de dúvida ou a todos?”

A.S – Realmente, o assunto principal de *Mistida* é o roubo, mas infelizmente não consegui trata-lo como gostaria. Mas em todo o romance está subjacente esse roubo.

MFGCU – No capítulo *Timba* parece que ocorre a uma animalização do ser humano no que tange a sua sexualidade, a utilização de expressões como cio, fecundação etc.

MFGCU – Em que período da colonização decorre a história de Ndani. Será que o romance entre ela e o professor, a deportação para São-Tomé aconteceu na realidade?

A.S – Não exatamente como foi descrito no romance, mas essa história baseia-se num facto real acontecido na cidade de Catió, antes da independência.

MFGCU – Verifica-se que há uma relação texto imagem com as figura que compõem a capa dos seus romances, concretamente em *As Orações de Mansata* e

Mistida, que após a leitura, no meu caso confirma a intencionalidade da obra. É esse o propósito?

A.S – Não sou eu que escolho as imagens que vem nas capas dos meus livros, e aproveito para fazer uma homenagem ao colega que faz os arranjos e acabamentos, ele é o autor de todas as imagens que vem nas capas dos romances, faleceu recentemente e era um profissional excelente. É claro, ele conhece as obras e certamente a partir daí faz a escolha das imagens, tudo dependia dele e eu concordava com a escolha que fizesse.

